

NAILZA ANTUNES CORDEIRO DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE UMA
EQUIPE PEDAGÓGICA, NO COMBATE À
VIOLÊNCIA ESCOLAR.**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Co-orientadora: Professora Doutora Ana Paula Silva

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

2014

NAILZA ANTUNES CORDEIRO DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE UMA
EQUIPE PEDAGÓGICA, NO COMBATE À
VIOLÊNCIA ESCOLAR.**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, conferido pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto
Co-orientadora: Professora Doutora Ana Paula Silva

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

2014

EPÍGRAFE

Não é possível refazer este País, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire)

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu irmão Milton Cordeiro, que sempre acreditou em meu potencial, apoiando-me em todos os sentidos para a minha formação pessoal e profissional, e principalmente na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu sabedoria suficiente para conduzir minhas decisões e ter discernimento na condução das atividades do curso de mestrado.

Ao meu marido Frederico, pela compreensão, paciência, carinho e incentivo para dar continuidade aos trabalhos de pesquisa, e o apoio incondicional nos momentos em que mais necessitei.

Aos meus filhos Aline e André, que mesmo morando distantes de mim, sempre deram apoio moral para eu continuar no aprimoramento dos meus conhecimentos.

Ao Professor Doutor Ricardo pela orientação e apoio intelectual em todos os momentos agendados para o encaminhamento da pesquisa e a conclusão desse trabalho.

À Professora Doutora Ana Paula Silva, pela dedicação como professora e coordenadora do Curso de mestrado.

Aos colegas de trabalho da SEDUC, do noturno, que compartilharam comigo em todos os momentos na elaboração do questionário piloto para aperfeiçoar a pesquisa prática.

A todos os professores que ministraram aula para o Curso de Mestrado em Supervisão e Formação de Professores, e dividiram conosco os seus conhecimentos.

Ao pessoal de apoio, secretaria e Direção do Curso Conhecimento e Ciência, sempre prestativos em nos dar as orientações necessárias no decorrer do curso.

Aos Diretores, vices diretores, pedagogos, técnicos em geral e professores das Escolas de Ensino Fundamental e Médio, lócus da pesquisa dos Bairros do Telégrafo, Pedreira e Sacramento, que receberam tão bem a pesquisadora, colaborando em responder aos questionários de pesquisa, os quais foram valiosos para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

Estudo descritivo que tem como objetivo analisar a importância da atuação de uma equipe pedagógica no combate à Violência escolar. Para realizá-lo utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, através de um questionário de pesquisa, em oito escolas dos bairros da Sacramento, Telégrafo e Pedreira. Mais de 80% dos educadores já presenciaram situações de violência dentro da escola. Poucos pensaram em desistir da função, apesar de se sentirem inseguros no local de trabalho. O bairro com maior ocorrência de violência, dos três pesquisados é o bairro do Telégrafo com 96%, e o segundo é o bairro da Sacramento com 94% das respostas dos educadores. Os relatos das equipes demonstraram que a Violência é combatida na escola de várias formas conforme o bairro pesquisado a saber: Pedreira, 20% dos profissionais responderam que o combate à violência se realiza através de um bom relacionamento entre a equipe pedagógica e os alunos; no bairro da Sacramento, 18,6% responderam que realiza palestras sobre violência e uso de drogas; no bairro do Telégrafo 16,5% dos profissionais disseram que o combate à violência é realizado com parcerias entre policiais e escola, para fazer palestras sobre uso de drogas e prevenção da violência escolar. Constatou-se que há um índice maior que 80% de violência nas escolas estaduais pesquisadas dos três bairros. Há que se fornecer aos profissionais destas escolas, maior suporte técnico e pedagógico para que possam atuar de forma efetiva no combate à violência escolar.

Palavras-chaves: Violência, Equipe pedagógica, Escola.

ABSTRACT

Descriptive study which aims to analyze the importance of the performance of a pedagogical team in combating violence in schools. In order to perform this study the qualitative and quantitative approaches were used by way of a questionnaire research in eight schools in the neighborhoods of “Sacramenta, Telegrafo and Pedreira”. More than 80% of educators have witnessed violence within the school. Few thought about considered giving up their functions, despite the fact of feeling insecure in their workplaces. Among the three researched neighborhoods, the one with the higher occurrence of violence is the neighborhood of “Telegrafo” with 96%, and the second is the neighborhood of “Sacramenta” with 94% of responses from educators. The reports from pedagogical teams have shown that violence is countered in schools in various ways depending on the neighborhood: “Pedreira”, 20% of professionals responded that combating violence takes place through a good relationship between the teaching staff and students; in the neighborhood of Sacramenta, 18.6% responded that they give lectures on violence and drug use; in the neighborhood “Telegrafo”, 16.5% of educators said that combating violence is accomplished with the partnership between police officers and the school, through lectures about “The use of drugs” and “The prevention of violence in schools”. It was found that there is an index higher than 80% of violence in the researched public schools, in the three researched neighborhoods. It’s imperative to provide the professionals in these schools with a higher pedagogical and technical support so that they can act effectively in combating violence in schools.

Keywords: Violence, Pedagogical Team, School.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas.

CF – Constituição Federal.

CIAC ou CAIC – Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente

CIPOE – Companhia Integrada Policia Escola

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Ed – (Educador) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Escola – A, B, C, D, E, F, G, H, I

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico.

PROERD – Programa Nacional de Resistência às Drogas

PRONAICA – Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente

SEDUC- Secretaria Estadual de Educação

USE – 02 – Unidade SEDUC na Escola nº 02

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	15
CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	16
1.1 Conceitos e significados teóricos sobre violência	18
1.2 Uso de droga e violência na escola	24
1.3 Uso do álcool e violência.....	27
1.4 Combate à violência sexual	29
CAPÍTULO II - POLÍTICAS EDUCATIVAS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	32
2.1 Estatuto da criança e do adolescente.....	33
2.2 Referências da LDB sobre violência escolar	37
2.3 Os parâmetros curriculares nacionais com relação a violência escolar	41
CAPÍTULO III - EQUIPE PEDAGÓGICA FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	44
3.1 A formação inicial dos educadores	46
3.2 A formação continuada dos educadores	49
3.3 O papel do educador e a educação diante da violência escolar	52
CAPÍTULO IV - O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	59
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	63
CAPÍTULO V - METODOLOGIA	64
5.1. Caracterização do problema.....	64
5.2 Aplicação do questionário	65
5.3 A população investigada.....	67
CAPÍTULO VI - RESULTADO DA PESQUISA.....	68
6.1 Tempo de atuação na função dos participantes da pesquisa.....	68
6.2 A escola registrou algum tipo de ocorrência nos dois últimos anos?	70
6.3 Turno em que ocorre maior frequência de casos de violência.....	71
6.4 Tipos de violências ocorridos na escola nos dois últimos anos.....	72
6.4.1 Contra bens materiais.....	73
6.4.1.1 Se respondeu ‘Sim’	73
6.4.1.2 Contra pessoas	75

6.4.1.3 Se respondeu ‘Sim’	75
6.4.1.4 Contra a dignidade sexual	78
6.5 Pensou em desistir da função de educador por causa da violência escolar	79
6.5.1 Porque pensou em desistir?.....	80
6.6 A escola possui alunos cumprindo medidas sócio-educativas?.....	81
6.6.1 Se respondeu ‘Sim’	82
6.7 Dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolas.....	83
6.8 De que forma a violência é combatida na escola?	91
6.9 De que maneira a violência escolar compromete o processo ensino aprendizagem?....	96
6.10 Já presenciou situações de violência na escola nos dois últimos anos ?.....	100
6.10.1 Se ‘Sim’, quem participou da violência?	101
6.11 Foi vítima de bullying e cyberbullying nos dois últimos anos?	102
6.12 Já se sentiu violentado com desrespeito, insultos ou xingamentos por parte de alunos, nos dois últimos anos?	103
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS	108
ÍNDICE REMISSIVO.....	115
APÊNDICES	I
Apêndice I - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	II
Apêndice II - Questionário para pesquisa in loco.....	IV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. <i>Participação das Escolas e Número de Profissionais Pesquisados</i>	67
Quadro 2. <i>Tempo de Atuação na Função dos Participantes da Pesquisa</i>	68

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1.</i> Tempo de atuação na função.....	68
<i>Gráfico 2.</i> Registro de violência na escola.....	70
<i>Gráfico 3.</i> Turno com maior índice de violência.....	71
<i>Gráfico 4.</i> Violência contra bens materiais.....	73
<i>Gráfico 5.</i> Tipos de violência contra bens materiais.....	73
<i>Gráfico 6.</i> Tipos de violência contra pessoas.....	75
<i>Gráfico 7.</i> Tipo de violência contra pessoas.....	75
<i>Gráfico 8.</i> Violência contra a dignidade sexual.....	78
<i>Gráfico 9.</i> Pensou em desistir da função.....	79
<i>Gráfico 10.</i> Porque pensou em desistir.....	80
<i>Gráfico 11.</i> Alunos que cumprem medidas sócio-educativas.....	81
<i>Gráfico 12.</i> Situação do aluno que cumpre medidas.....	82
<i>Gráfico 13.</i> Dificuldades da equipe para combater a violência.....	83
<i>Gráfico 14.</i> De que forma a violência é combatida na escola.....	91
<i>Gráfico 15.</i> A violência compromete o ensino aprendizagem.....	96
<i>Gráfico 16.</i> Se já presenciou situações de violência na escola.....	100
<i>Gráfico 17.</i> Quem participou?.....	101
<i>Gráfico 18.</i> Quantas vezes foi vítima?.....	102
<i>Gráfico 19.</i> O educador já se sentiu violentado?.....	103

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação o tema a ser pesquisado é desafiador por se tratar da violência que atinge as escolas públicas da cidade de Belém, no estado do Pará- Brasil, precisamente àquelas situadas nos bairros do Telégrafo, Sacramento e Pedreira. Com o título “A importância da atuação da equipe pedagógica no combate à violência escolar”, iniciou-se um estudo sobre as dificuldades encontradas pelos professores, pedagogos, coordenadores e diretores das escolas, bem como a forma como cada um desses profissionais que fazem parte da equipe encontram para combater a violência escolar.

A convivência diária com alunos e professores da Escola pública de periferia tornou possível trabalhar um tema que está na ordem do dia de professores e pedagogos. A cada ano os alunos estão chegando à escola, com uma carga maior de comportamentos violentos, o que faz aniquilar a paz, dentro e nos arredores das escolas.

As lembranças guardadas de episódios violentos ocorrido no início de carreira dessa pesquisadora levam recordar de um fato de explícita violência, quando uma professora amiga e colega de trabalho, ao convidar um pai de aluno para uma reunião na escola com o intuito de conversar a respeito do comportamento do filho, foi desrespeitada e ainda levou uma surra de cinto, porque o pai considerou que a professora não teria o direito de retirá-lo naquele momento do seu trabalho, simplesmente, para falar a respeito do comportamento inadequado do seu filho em sala de aula.

Esse fato e outros, onde os profissionais da educação se sentem impotentes e amedrontados diante de comportamentos agressivos de alunos e pais dentro das dependências da escola despertaram interesse de identificar nesta pesquisa, a forma como esses profissionais enfrentam o problema da violência, e ainda, como se organizam para combatê-la.

Atos violentos ocorridos dentro das escolas públicas são publicados em todos os meios de comunicação e levados ao conhecimento da população. Isso leva a repensar a atuação e contribuição de professores e pedagogos para minimizar tais comportamentos dos alunos. Assim, deve-se considerar a diversidade e vulnerabilidade social em que se encontram os jovens e a comunidade dos bairros onde essas escolas estão localizadas.

Inicialmente, se pesquisou os vários conceitos e significados sobre violência, onde cada estudioso aborda o tema de maneira diferenciada. Sabe-se que a definição mais comum é a que considera a violência como uma agressão a outra pessoa, a grupos de pessoas ou a si

próprio. Mas, a literatura nos relata as agressões ou violências físicas, simbólicas, verbais e institucionais. Todas, de uma maneira ou de outra, visam marginalizar os sujeitos e às instituições.

Assim, tratar sobre o tema violência requer um aprofundamento de estudos sobre os aspectos sociológicos e psicológicos que envolvem os indivíduos. Quando se remete a escola é necessário analisar além destes aspectos, a relação da violência com as questões pedagógicas de ensino e de aprendizagem.

No desenvolvimento dessa pesquisa foi possível observar que professores e equipe pedagógica, em início de carreira, quando enfrentam ações violentas na escola se sentem despreparados, porque não possuem experiência necessária no trato pedagógico com jovens em formação, advindos dos mais diferentes ambientes familiares, carentes de educação e imposição de limites. Esta situação torna o atendimento pedagógico e a educação um trabalho que necessita de maior reflexão, planejamento e participação de todos os envolvidos nesse processo.

Hoje em dia não parece ser mais importante para os educadores planejar bem suas aulas com conteúdos e metodologias dentro das normas técnicas e didáticas, ou mesmo com atividades atrativas aos alunos. Isso reforça a necessidade de ser também um profissional que possua sensibilidade e habilidade para desenvolver atividades, com argumentação direcionada a cada jovem, sendo capaz de refletir a sua prática, considerando a individualidade e os diversos comportamentos dos alunos.

Sabe-se que não existem receitas prontas em se tratando de educação familiar, pois cada família educa seus filhos e os instrui conforme a educação que recebeu. Assim, o comportamento dos jovens que hoje chegam à escola é bem diferenciado uns dos outros e força o profissional da educação e a família, a acompanharem as mudanças e os diferentes comportamentos agressivos dos jovens que, conseqüentemente, trazem influências do espaço social onde vivem.

A formação inicial e a continuada do educador podem influenciar sobremaneira para a formação e transformação desses jovens, que muitas vezes não contam com uma família bem estruturada. Ao mesmo tempo, esta família espera que a escola e a educação sejam os caminhos mais seguros para melhorar o comportamento dos filhos, tornando-os cidadãos menos agressivos e convictos de que o conhecimento é o melhor caminho para tirá-los da ignorância e da violência.

Desse modo, as questões a se investigar neste trabalho de pesquisa estão formuladas nos seguintes questionamentos: Quais as dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolar? De que forma a violência é combatida na escola? De que maneira a violência compromete o ensino aprendizagem?

O objetivo geral da pesquisa é o de verificar a importância da atuação do professor e da equipe pedagógica para combater a violência escolar. Os objetivos específicos do estudo são: verificar as políticas públicas e legislações que amenizam a violência no ambiente educacional; identificar as dificuldades encontradas pelos professores e equipe técnica diante dos atos de violência que ocorrem na escola; e, analisar o papel do professor, da família e equipe pedagógica da escola, além da atuação e contribuição de cada um para combater os atos violentos dos alunos nas escolas dos bairros pesquisados na cidade de Belém, no Pará.

Esta dissertação está organizada em duas partes: Parte I - O enquadramento teórico, distribuída em quatro capítulos. O Capítulo I trata sobre a Violência escolar, sua conceituação e significados, o uso de drogas, álcool e o combate à violência sexual. O Capítulo II apresenta as Políticas Educativas ao enfrentamento da violência escolar, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais. No Capítulo III trata-se dos Professores e equipe pedagógica face à violência escolar, a formação inicial e a continuada, e, o papel do educador. No Capítulo IV o enfoque é para o papel da família na formação da criança e na prevenção da violência escolar.

A segunda parte está distribuída em dois capítulos que compõem a pesquisa empírica, onde os dados levantados foram analisados para compor a dissertação dos resultados obtidos nas escolas que compõem o lócus pesquisado. O Capítulo V apresenta a Metodologia da Pesquisa e o Capítulo VI traz a Análise dos Resultados. Por fim, a conclusão do trabalho de pesquisa.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência sempre esteve presente na história da humanidade. Atualmente, os atos de violência dentro de escolas públicas e particulares se revestem de novas formas de violência que atingem de várias maneiras todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Este tema proporciona enormes desafios aos interessados em estudá-lo, de modo a contribuir para minimizar o grau de violência que atinge de forma assustadora a juventude dos bairros e comunidades onde estes jovens estão inseridos.

O que se imagina preliminarmente como violência, é o desrespeito, a violação dos direitos humanos, a negação do ser humano pelo próprio ser humano. Somando-se a isso os casos de pobreza ou de extrema miséria, a exclusão, o desemprego, os baixos salários que se contrapõem às grandes concentrações de renda, além do autoritarismo, da vulnerabilidade e desigualdade social, os quais estão presentes em todos os setores, considerando os fatos que historicamente envolvem tanto a sociedade antiga, quanto a contemporânea.

Conforme relata Valle & Mattos (2011), a prevenção precisa acontecer. Antes de mudar a violência do mundo, é preciso cuidar para que cada família possa ter apoio para viver a alegria de não sofrer violência em seu mundo. Depois da família são os professores os grandes aliados da criança e de seu grupo familiar, não para apontar erros, mas para crescer juntos, melhorando sempre em direção à sociedade que desejamos sem espaço para a violência.

Estas autoras confirmam que violência escolar é consequência de um processo que se inicia na família. Da falta de apoio necessário que não recebem dos órgãos governamentais, da desestrutura familiar com ausência de princípios educativos, de imposição de limites e de referências para as crianças e jovens, que conseqüentemente, dão continuidade nos grupos e relacionamentos que estes encontram fora do ambiente familiar. Assim, é importante frisar que a Lei nº 9.394/96 no art. 2º que amplia a responsabilidade com a educação, reza que: A educação é dever da família e do Estado.

Prioto et al (2008) diz que fatores como: exclusão social, causas socioeconômica, o tráfico de drogas, o desemprego, o tempo ocioso, até mesmo a falta de perspectiva ou de construção de um sonho, podem ser fatores que causam a violência escolar.

A amplitude do conceito sobre violência está presente em todas as sociedades. É realmente um fenômeno inerente à vida do ser humano, e diretamente ligado às sociedades, as

quais estão historicamente influenciadas ao dia a dia das pessoas. A violência pode ser explicada a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais.

Falando da escola atual, como aquela que a legislação exige ser aberta a todos seguindo princípios democráticos, com ensino obrigatório, em que o ponto inicial é a igualdade de todos, e pregando que o sucesso depende do esforço e da inteligência de cada um. Mas, que na realidade não é bem isso que acontece. Na escola real, a grande maioria é excluída e marginalizada, o acesso à escola não existe para todos, além do mais reforça a ideia de que, aqueles que fracassam são incompetentes e inferiores.

A escola que temos não leva em conta o cotidiano do aluno, nem sua contextualização, ela trata de maneira igual os que são desiguais em todos os sentidos, os quais muitas vezes são injustiçados socialmente pelos ditames da ordem econômica.

A escola que existe hoje é fechada, protegida por muros e grades, com professores desmotivados e descontentes pelos baixos salários, pelas más condições de trabalho, sem preparo suficiente para enfrentar a realidade violenta das escolas.

A situação de insegurança da escola e na escola, e o estado de impotência em que se encontram os professores e toda a comunidade é muito grande. Muitas vezes a fragilidade do ambiente da sala de aula se transforma em local de tensão e medo, o professor, juntamente, com os alunos não veem uma saída imediata para se sentirem confortavelmente mais seguros.

O trabalho escolar torna-se impossível sem a cooperação de professores e alunos no contexto de sala de aula, onde há um intrincado processo de negociação. Portanto o processo de conflito e de cooperação de professores e alunos significa que a vida escolar se realiza de forma harmônica e em permanente conflito.

Os conflitos na escola não devem ser encarados sob um prisma negativo, porém aponta que sua estrutura apresenta falhas que deverão ser investigada e analisada para uma posterior proposta de intervenção.

É importante que a escola tenha parceria com a comunidade e a relação com os seus diversos atores: alunos, pais, professores, etc. A comunidade com suas lideranças e instituições será parte da escola, quando a escola e a comunidade possuírem laços, ou seja, quando houver sentimento de “pertencimento”. Assim sendo a escola estará presente na vida social da comunidade, preparando seus alunos para serem cidadãos participantes, e de ação dentro de sua comunidade. E a escola passará a ser vista como um centro da comunidade, especializado na integração dos seus jovens, atingindo o ideal desejado de uma sociedade organizada na qual o indivíduo passar a viver uma vida mais plena e satisfatória.

Vê-se que as instituições escolares, como espaços que refletem o que acontece no mundo a sua volta, não podem ignorar as situações de injustiças que afetam alunos, professores e a equipe pedagógica em geral. A escola não pode ignorar os atos violentos que ocorrem no seu interior. Atos estes que são lacunas existentes no ambiente escolar. Sem dúvida, os conflitos prejudicam as relações humanas entre alunos, professores e demais pessoas que compõem o universo escolar.

1.1 Conceitos e significados teóricos sobre violência

É importante apresentar aqui alguns conceitos e significados sobre a violência, que são baseados em estudos de diversos autores, os quais possuem fundamentação em análises e investigações que fizeram no campo empírico sobre a violência escolar.

Não é muito fácil conceituar a violência escolar, pois é um processo que vem passando por renovações, significados e expressões na sociedade, e que a cada dia recebe uma roupagem nova. Mas, sem grandes aprofundamentos iremos rever e refletir aqui sobre alguns dos principais conceitos fornecidos por estudiosos deste tema.

Como são múltiplos os determinantes da violência não se pretende aqui fornecer conceitos detalhados, ou apresentar definições aceitas universalmente, porém citar estudiosos que de alguma maneira contribuíram para o estudo conceitual da violência escolar.

Para se definir o que vem a ser violência escolar deve-se, primeiramente, abordar alguns aspectos relacionados ao tema, para daí então inseri-la ao fenômeno da violência. A Organização Mundial da Saúde (2002, p. 5) refere-se à violência como:

uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação.

A Organização Mundial de Saúde qualifica a violência como, violência física, a psicológica, sexual e a negligência. Entende-se por violência Física, atos que ferem a integridade física da pessoa, como ameaças de uso de violência física (tapas, empurrões, chutes, socos, beliscões, atirar objetos, etc). Como violência psicológica, são as ações que tenham como provável consequência danos psicológicos ou emocionais a outrem e ameaças de violências físicas contra pessoas ou entes queridos, criar situações a fim de provocar medo, degradar verbalmente a personalidade, crenças e atitudes da pessoa, ridicularizar ou inferiorizar os esforços da pessoa.

A violência psicológica se refere aos atos contra a sexualidade do indivíduo, sem o seu consentimento como (acariciar, manipular a genitália, mama ou ânus, atos pornográficos e exibicionismo, praticar ato sexual com ou sem penetração ou sem o uso da força física). A negligência é um tipo de violência que se refere à omissão diante de necessidades de outro indivíduo, ou o fato de não evitar situações de perigo ao outro (OMS, 2002).

Vê-se neste conceito, que a violência é algo explícito, capaz de ser percebido pela vítima. Contudo, há outros aspectos mais velados e com dificuldade para serem aprendidos nos conceitos de violência apresentados por outros autores.

Conforme relata La Taille (2013) a definição de violência se refere a uma condição precisa, na qual a destrutividade, o ódio, ou a dominação e submissão do outro são postos a serviço de uma relação assimétrica na qual o poder é exercido arbitrariamente, anulando o outro e transformando-o em coisa (a coisificação humana). O ódio e a agressividade, tal como as demais pulsões, assumem um caráter político, no contexto específico no qual se expressam. Passam a ser instrumentos de governo, de gerenciamento do coletivo, de organização de relações sociais e efetivas, de criação de hierarquia e, sobretudo, instrumento de poder.

Nesse sentido, Odália (2004) diz que a violência não se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato que possua estrutura facilmente identificável. O contrário talvez fosse mais próximo da realidade, ou seja, o ato violento se insinua frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violento, demanda um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas.

Nesse sentido, é possível verificar que a violência é um ato sutil que carece de sensibilidade para percebê-la como tal, não somente as agressividades exposta de forma brutal tem conotação violenta. Dentre tantas categorias e formas de violências, vejamos o que pensam outros estudiosos:

Valle e Matos (2011) diz ser pertinente distinguir a violência na escola, a violência à escola, e a violência da escola que segundo a proposta de Charlot et al (2002) é a seguinte:

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local.

Violência da escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam à violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam.

Violência contra a escola deve ser analisada com a violência da escola. Uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da

maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados, pelos alunos como injustos ou racistas. (Charlot, 2002, p. 432)

Abramovay (2004) faz referência à violência na escola e classifica o fenômeno através dos seguintes eventos: violência física, agressões físicas, violência simbólica e violência verbal. A Violência física caracteriza-se quando um indivíduo ou grupo age contra a integridade de outro(s), ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além, das diversas formas de agressões sexuais.

O referido autor, ainda aponta que a Agressão Física traduz-se em homicídios, estupro, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam. Por fim, a Violência Simbólica ou Verbal verifica-se através de abuso de poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade, são as incivildades, ou pressão, intimidação, ou “*bullying*”; Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

Abramovay (2005) afirma que a violência não pode ser compreendida apenas como episódios graves e espetaculares, homicídios, porte de arma, mas conflitos, comportamentos e práticas institucionais, incorporadas ao cotidiano dos estabelecimentos de ensino.

Carvalho (2013) conclui em sua pesquisa que a violência social influi diretamente sobre a violência na escola, e esta tem relação intrínseca com os modos de organização da instituição escolar, e com a relação estabelecida nas relações interpessoais nos diferentes espaços de participação. O desafio é avançar na democratização dessas relações, e nas relações didático pedagógicas entre os professores, os alunos, e estes com os seus pares, para reduzir de forma efetiva os casos de violência escolar.

Assim se verifica que conceituar violência não é uma tarefa simples, pela quantidade de tipos e formas em que se apresenta aos indivíduos, sendo que cada caso necessita de um estudo a parte carecendo de muito aprofundamento analítico por parte de todos os profissionais, que de uma forma ou de outra se envolvem no registro e no estudo das várias formas de violência.

Segundo Vale e Matos (2011), qualquer que seja a referência conceitual, é consensual a percepção de que ocorrências como guerra, fome, tortura, assassinatos, preconceitos, vandalismos entre outras são manifestações da violência. Na comunidade

internacional dos direitos humanos, esse conceito amplia-se ainda mais, sendo a violência compreendida com todas as violações dos direitos tipificados a partir da tríplice concepção de Marshall (1965): direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); direitos políticos (votar e ser votado, ter participação política); direitos sociais (habitação, saúde, educação, segurança); acrescidos dos direitos econômicos (emprego e salário) e culturais (manter e manifestar sua própria cultura).

Outros tipos de violência são enumerados por diversos autores e outra configuração de violência na escola é o “*bullying*”. Considerado um ato de violência, devido aos comportamentos apresentados, tem origem na palavra *bully*, que quer dizer valentão. Mesmo sem uma denominação na língua portuguesa, a expressão é entendida como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato. É uma ação que ocorre “quando alguém faz ou diz coisas para mostrar poder sobre outra pessoa” (Amorim; Romanelli et al, 2005, p. 65).

Forma Verbal: insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas, “zoar”.

Forma física e material: bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar (furtar ou destruir os pertences da vítima), atirar objetos contra as vítimas.

Forma psicológica e moral: irritar, humilhar (ridicularizar), excluir, isolar, ignorar (desprezar ou fazer pouco caso), discriminar, aterrorizar e ameaçar, chantagear e intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhetes e desenhos entre os colegas de caráter ofensivo, fazer intrigas, fofocas ou mexericos (mais comum entre os meninos).

Forma sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar.

Forma virtual: Os avanços tecnológicos também influenciam esse fenômeno típico das interações humanas. Com isso novas formas de bullying surgiram através da utilização de aparelhos e equipamentos de comunicação (celular e internet), que são capazes de difundir de maneira avassaladora, calúnias e maledicências. Essa forma de bullying é conhecida como cyberbullying. (Amorim; Romanelli et al, 2005, p. 65)

Fante (2005) afirma que o bullying é uma das formas de violência que mais cresce no mundo. Segundo essa especialista, trata-se de um ato violento que pode ocorrer em qualquer contexto social, como escolas, universidades, famílias, vizinhanças e locais de trabalho. O que pode parecer à primeira vista um simples apelido inofensivo, afeta emocionalmente e/ou fisicamente o alvo, isto é, o indivíduo violentado.

Para esse autor, além de um possível isolamento ou queda no rendimento escolar, crianças e adolescentes que passam por humilhações racistas, difamatórias ou separatistas, podem apresentar doenças psicossomáticas e sofrer de algum tipo de trauma que influencia traços da personalidade. Em casos extremos, o *bullying* chega a afetar o estado emocional do jovem de tal maneira, que ele opta por soluções trágicas como o suicídio.

Nunes (2011) diz que o *bullying* é um problema mundial, existente em todas as sociedades que ocorre nos diversos lugares onde existem relações interpessoais, tais como: escolas, clubes, prisões, Forças armadas, entre outros. O problema é antigo, mas somente de umas décadas para cá tem chamado a atenção dos estudiosos. Segundo o autor os xingamentos são as formas mais comuns desse fenômeno, além das agressões físicas, os gestos ofensivos, a exclusão da criança e do adolescente do grupo de amigos e a disseminação de boatos, hoje potencializados com as redes de relacionamentos pela internet e com as mensagens eletrônicas (*cyberbullying*).

Patchin & Hinduja et al (2006) descrevem outra modalidade de violência que vem ocorrendo nos últimos tempos, é o *cyberbullying*, que é uma atitude violenta de um indivíduo ou grupo de indivíduos para atingir o outro de forma repetitiva, para causar danos morais ou psicológicos, com o uso de tecnologias, como o celular e computador. Nessa nova modalidade de violência os autores agridem suas vítimas, por meio de mensagens ou imagens de vídeos e e-mails, superando o tempo e espaço, pois pode acontecer em qualquer horário e local.

O *cyberbullying* pode ser tão simples quanto continuar a enviar um e-mail para alguém que já disse que não deseja mais contato com o remetente. Inclui-se também, as ameaças, comentários sexuais, rótulos pejorativos, discurso de ódio, mensagens instantâneas ameaçando e assediando a vítima.

A vítima do *bullying* é geralmente um jovem com perfil tímido, com um padrão um pouco diferente do resto da turma, com relação à raça, religião, altura, peso ou comportamento. Pode também ser um jovem inseguro diante da agressão, o que o torna um alvo fácil. Com o sofrimento contínuo, a vítima pode sofrer consequências graves como: angústia, síndrome do pânico, depressão, anorexia e bulimia, fobia escolar, problemas de socialização dentre outros, que pode depender da estrutura psíquica do adolescente e levar a consequências graves como o suicídio.

Adolescentes que foram agredidos podem se tornar adultos ansiosos, depressivos ou violentos, e, reproduzir em seus relacionamentos sociais, os mesmos comportamentos vividos na fase escolar. Já o agressor do *cyberbullying* é beneficiado pelo anonimato, sua atitude é motivada pelo desejo de se sentir poderoso. Ele não aprendeu transformar sua raiva em diálogo, e, não se sensibiliza com a situação de humilhação da vítima. Tem uma necessidade de autoafirmação, e continua agindo assim durante a vida adulta. Há uma grande dificuldade, tanto do agressor quanto da vítima, de fazer mudar a situação em que se encontram. Assim, também há dificuldade de ambos em construir novos valores e novos comportamentos.

O fenômeno *bullying* é muito discutido no interior das escolas, e hoje em dia todos os meios de comunicação são preocupados em divulgar e dar esclarecimentos à população em geral sobre esta forma silenciosa de violência entre os jovens nas escolas. É um tema que não se exaure por afetar constantemente a vida social e psicológica das pessoas.

Silva (2010), afirma que dentro de um conceito mais amplo todos nós já fomos ou seremos vítimas de *bullying* em algum momento da vida. Isso ocorre em função da própria natureza humana: Somos seres essencialmente sociais, e, onde há relações interpessoais sempre haverá disputa por liderança e poder. É claro que existem lideranças que se estabelecem de forma positiva, poder esse que traz benefícios para a humanidade. Porém, o poder exercido pelo *bullying* é feito em benefício próprio, para se divertir, e maltratar a outrem.

A autora traz outras denominações para a violência do *bullying*. O termo *Mobbing* no Brasil é sinônimo de assédio moral. Já nos países europeus define o abuso de poder que ocorre entre adultos no ambiente profissional. *Mob* que é originário de *Mobbing*, há anos é usado para designar a máfia. Portanto *mobbing* encerra grupo de caráter mafioso. A dinâmica comportamental é a mesma, tanto no *mobbing* quanto no *bullying*, convencionou-se utilizar este último termo para definir o abuso de poder que ocorre em ambientes escolares, enquanto o primeiro designa a mesma situação ocorrida no âmbito laboral (Silva, 2010).

É possível associar este tipo de violência narrada pela autora em vários momentos com educadores na escola. No momento de greves, onde o diretor critica, mas faz o jogo do poder, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, é a máxima de tais pessoas. O professor é vítima de *mobbing* quando são transferidos para unidades distantes da sua residência como castigo. Isso pode acontecer quando o gestor não é eleito democraticamente, mas sim por indicação política, e tem medo de perder o cargo que ocupa. O professor ou pedagogo procura se livrar do problema, tirando licença, se afastando com atestados médicos ou criando outras desculpas para se ausentar da escola.

Valle & Mattos (2011, p.131) recomendam que:

a família deva estar atenta ao comportamento dos filhos para a identificação daqueles vitimados pelo constrangimento do *bullying*, além de certos cuidados como resguardar o máximo possível, a identidade, *e-mail* em redes sociais. Não deixar público fotos e dados pessoais; escolher com muito cuidado os amigos, utilizar senhas seguras, não abrir *e-mails* desconhecidos; não responder a mensagens difamatórias ou ofensivas; proteger a criança e jovens à internet por meio de sistemas de filtros browsers e firewall.

As referidas autoras ainda falam sobre o papel da família para que a escola tenha sucesso no combate ao *bullying* ou *cyberbullying* e suas consequências. A família deve repercutir algumas ações da escola no sentido de monitoramento do uso da web pelos jovens. Acompanhar, discutir e estabelecer regras de uso e acesso à internet em casa e em *lan houses* são práticas educativas de ação familiar muito efetivas para a formação intelectual e moral dos filhos.

1.2 Uso de droga e violência na escola

Vejam os que relata Araújo (1995 apud Robaina, 2010) a respeito do mundo globalizado das drogas e a droga na escola, afirmam que no mundo interconectado de hoje, o prazer artificial é supervalorizado. Esse fato se reflete no desenvolvimento intenso de produtos químicos e na crença em seu poder mágico. Na era do notebook e celulares, os jovens tem acesso facilitado à visão pretensamente mágica das drogas. Nesse contexto torna-se um erro considerar a drogadização apenas uma questão de patologia individual. É preciso caracterizá-la e compreendê-la numa rede complexa de relações. Essa rede inclui a droga, o indivíduo e o contexto sociocultural.

Assim, hoje, em todo o mundo, há uma expansão rápida, e sem precedentes na drogadização e o consumo de drogas lícitas ou ilícitas está diretamente relacionada a situação experimentada pelo jovem, pela ausência ou da precariedade dos ligamentos sociais proporcionados por instituições como a família, a escola e o mundo do trabalho”.

Certos questionamentos foram feitos por Araújo (1995 apud Robaina, 2010), como: Porque adolescentes e jovens fogem de suas casas? Qual o valor da escola em suas vidas? Qual é a visão dos adolescentes e jovens em relação à função social da educação Quais são suas possibilidades de sucesso na luta contra o uso indevido de drogas. Os jovens muitas vezes fogem de casa por serem maltratados no ambiente familiar, por serem ofendidos, agredidos e excluídos. Segundo o autor, jovens repetem procedimentos que observam em casa, como exemplo em casos em que o pai tem o hábito de todos os dias, ao voltar para casa, tomar um aperitivo. Jovens faltam às aulas para ficar na rua usando drogas e cometendo os mais diversos delitos, as vezes devido aos maus tratos dos pais. O autor constatou em sua pesquisa (1996) que as relações familiares conflituosas constituem-se como preponderantes para que os jovens tornem-se dependentes químicos.

Ainda segundo Araújo (1995 apud Robaina, 2010), a escola é o melhor local para trabalhar a inclusão desse aluno em sua família. Os educadores representam para o estudante

um apoio às vezes não recebido em casa, no esclarecimento da prevenção ao uso de drogas, e pode contribuir também para a inclusão desse estudante na reinserção familiar.

Para muitos estudantes, a escola representa um espaço de liberdade, que contrasta com os maus tratos físicos sofridos no seio familiar, sendo esse o principal motivo do seu comportamento conturbado na escola. Por tudo que foi declarado pelo autor acima, o uso crescente de drogas por jovens nas escolas públicas, particularmente, nas estaduais, vem preocupando os educadores e as famílias em geral.

É necessário lembrar que o problema das drogas entre os jovens, é muito significativo, principalmente dentro das escolas, talvez bem maior do que nós possamos imaginar. É sabido que as drogas não escolhem vítimas, não respeitam classes sociais, nem o poder aquisitivo das pessoas. Elas escravizam os indivíduos lentamente. Enganam-se os que pensam que a maldição das drogas nunca chega às suas casas ou na escola do seu filho. Mesmo sabendo os perigos que os jovens correm quando experimentam ou usam até que se viciam, elas insistem e pagam para ver o risco que assumem. É uma violência pessoal transformada em violência social. Acontece inicialmente com a falta de desrespeito próprio, com o consumo de droga, depois por ambição em conseguir dinheiro com maior facilidade, ou pelo resultado da educação que se recebe no seio da família.

Com mais essa forma de violência no interior das escolas, a presença do uso de drogas, seja ela lícita ou ilícita tem incomodado as instituições governamentais e educacionais do mundo inteiro. Uma pesquisa realizada pela UNESCO (2009), nas principais capitais brasileiras, inclusive em Brasília, informa que foram entrevistados 50.049 alunos, 3.099 membros do corpo técnico-pedagógico e 10.225 pais de alunos. Nesta pesquisa há uma concepção do que significa droga, quais são as mais conhecidas e consumidas entre os jovens, as peculiaridades referentes ao uso e à concepção sobre drogas lícitas e ilícitas.

A presença de drogas dentro da escola, a comparação dos dados, referentes aos participantes da pesquisa mostram que, o índice de alunos que afirmam ter presenciado o uso de drogas na escola é duas vezes maior que o de profissionais técnicos-pedagógicos, 23% dos alunos dizem existir drogas nas escolas e 10% dos professores também constataram esta informação. Com referência aos pais, 3% aproximadamente afirmou a presença de drogas na escola. A pesquisa apresenta uma dissociação entre o uso de drogas ilícitas e o rendimento escolar, as variáveis consideradas são a reprovação, expulsão e transferência escolar.

A busca para a solução de problemas mostra que na questão das drogas não pode ser associada somente à utilização de medidas isoladas e de caráter repressivo, como câmaras e

detectores de metais nas escolas. Assim, é relevante se desenvolver projetos estratégicos de longo prazo com a participação da família, escola, e da comunidade, com apoio das instituições governamentais (UNESCO, 2013).

No estado do Pará, há o Programa Pró Paz, desenvolvido pelo governo estadual nas escolas e a polícia militar atua dentro das escolas públicas estaduais, com uma coordenação específica (CIPOE), que faz as intervenções quando solicitada, nos casos de violência e uso de drogas no interior da escola ou em seu entorno.

Algumas instituições escolares buscam ajuda com organizações religiosas para conter a violência e o uso de droga, a partir da utilização de palestras e seminários a respeito. Segundo a pesquisa de doutorado a “Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas”, de Sanches & Nappo (2006), a religião não apenas promove a abstinência do consumo de drogas, mas oferece recursos sociais de reestruturação: nova rede de amizade, ocupação do tempo livre em trabalhos voluntários, atendimento psicológico individualizado, valorização das potencialidades individuais, coesão do grupo, apoio incondicional dos líderes religiosos, sem julgamento e em especial entre evangélicos, para a formação de uma nova família.

Parte considerável do sucesso dos “tratamentos” religiosos está no acolhimento oferecido àqueles que buscam ajuda, no respeito que lhes é transmitido auxiliando na recuperação da autoestima e reinserção social por meio de novas atividades e vínculos sociais. Esta estrutura se alicerça na fé religiosa, que promove o vínculo ao grupo por oferecer respostas religiosas filosóficas para as questões da vida.

Vale & Matos (2011), tratam da relação da agressividade e do uso de drogas, e, considera que uma diferença entre as crianças não agressivas e as agressivas, está no fato de que as primeiras costumam ser bem aceitas socialmente, e os próprios pais das crianças não agressivas costumam responder prontamente aos chamados, sabem relatar com minúcias sobre o desenvolvimento dos filhos e revelam mais aconchego no enlaçamento físico, segundo os estudos de Souza (2007).

A prevenção precisa acontecer. Antes de mudar a violência no mundo, é preciso cuidar para que a família possa ter apoio para viver a alegria de não sofrer violência em seu mundo. Depois da família, são os professores os grandes aliados da criança e de seu grupo familiar, não para apontar erros, mas crescer juntos, melhorando sempre em direção à sociedade que desejamos sem espaço para a violência. (Vale & Matos 2011, p. 100-101)

Assim as autoras concluem que o ato antissocial, expresso pela agressividade destrutiva, parece se ligar ao meio ambiente, o que representa um sinal de esperança para que se ofereça uma atitude atenta, quando notamos que algo não vai bem.

1.3 Uso do álcool e violência

Baltieri & Cortez (2009) se referem ao consumo inadequado de bebidas alcoólicas e diz ter produzido efeitos destruidores, em diversos setores da vida dos bebedores. Além das complicações físicas e psiquiátricas, muitos problemas sociais e legais relacionados a esse consumo têm sido amplamente registrados. A interface entre o consumo de bebidas alcoólicas e o comportamento violento ou agressivo tem sido matéria de intensas pesquisas em todo o mundo. Embora a associação direta seja difícil, é possível sugerir que o consumo inadequado de bebidas alcoólicas esteja relacionado a crimes violentos. Todavia, outros fatores que possam originar o crime, sempre devem ser considerados.

Os autores citados se referem à epidemiologia do consumo de álcool, como um fenômeno mundial que ultrapassa fronteiras nacionais, culturais, sociais, políticas e econômicas, podendo resultar em inúmeras complicações que abrangem as áreas física, jurídica, profissional, escolar, social e familiar.

Paiva (2009) ao se referir ao uso de álcool diz que a média de idade para o consumo tem diminuído e parece não haver mais diferença entre os meninos e as meninas. O uso abusivo desta substância é potencializado em função de alguns fatores como: a expectativa com relação ao uso de álcool, grupo de amigos, o suporte social, além da própria família que é considerada um dos principais fatores envolvidos nesta cadeia multifacetária.

Como descreve Robaina (2010), a iniciação ao álcool muitas vezes começa dentro de casa. Em algumas residências é usual haver um local para guardar bebidas alcólicas variadas, a serem oferecidas aos visitantes. Vendo essa situação que gira em torno de uma substância tão endeusada, também sentem vontade de experimentá-la. Segundo o autor, em um recorte do discurso de um pai de um jovem que se referia ao consumo, este relata que beber: “É coisa de homem, acontece” Robaina (2010, p. 12). Como se vê, o consumo do álcool está enraizado na cultura do nosso povo, às vezes estimulado pela própria família.

O autor acima se refere a uma pesquisa realizada em Porto Alegre, Araújo (1995) descreve a experimentação de bebidas alcólicas por crianças a partir de 13 anos, e o tipo de bebidas de maior consumo é de baixo teor alcóolico em festas de uma a cinco vezes por mês. Com relação aos efeitos agradáveis apontados, os mais frequentes foram: alegria,

esquecimento dos problemas, sentir-se diferente e desinibido; entre os efeitos desagradáveis, tontura e desinibição. A desinibição foi mencionada como efeito agradável e desagradável. Outro fator relevante na pesquisa é o uso de bebida com orientação familiar. O “beber orientado”, ou seja, beber dentro de certos limites toleráveis, parece ser uma alternativa adotada pelas famílias, a fim de evitar o desenvolvimento de expectativas típicas dos bebedores mais frequentes.

Robaina (2010) conclui que o aumento da proporção do uso de bebidas alcólicas, parece ser uma das consequências de conflitos familiares, de abandono da escola e brigas, entre outros fatores antissociais que ocorre com os jovens.

É sabido que qualquer pessoa que faz uso do álcool altera o humor, e altera o comportamento em todos os sentidos. Pode ficar descontrolada, barulhenta, violenta, se comporta de forma que normalmente não o faria. O descontrole é realmente imprevisível. Quem convive ou já se relacionou com alguém que é viciado em álcool sabe muito bem como essas pessoas se comportam durante e após a embriaguez.

A pesquisa da UNESCO (2005), com o título “Violência, Drogas e Aids nas Escolas”, indicou que 3% dos jovens no Brasil são usuários de droga ilícitas e quase 5% declararam que já experimentaram e não usam mais nenhum tipo de droga. As drogas ilícitas mais utilizadas pelos jovens são a maconha e a cocaína.

O consumo do álcool, no entanto, é o grande vilão da história, e a pesquisa relata que cerca de 2,5 milhões de alunos fazem uso ou já consumiram algum tipo de bebidas alcoólicas. É importante ressaltar que o álcool é uma droga barata, de fácil acesso por ser lícita, beber é socialmente aceito, e é uma maneira do jovem se integrar ao grupo, e de autoafirmação pessoal.

Segundo Rosin (2013), o álcool é a droga psicoativa mais usada na maioria dos países, tanto para a celebração como para o sofrimento, pois libera as inibições. As pessoas consomem álcool para relaxar e se divertir. O álcool é uma companhia nos eventos sociais e, na maior parte das vezes, o consumo de álcool implica riscos relativamente baixos, tanto para quem bebe como para terceiros. Há o outro lado do uso de álcool, responsável por danos nas esferas sociais e individuais.

Os prejuízos que o álcool traz para os adolescentes estão relacionados à morte por acidente, violência sexual, absenteísmo escolar, déficit de aprendizagem, além de problemas familiares, perda de emprego e prejuízo financeiro. Toda política de saúde pública que

envolve o adolescente e o uso de álcool, deve ter como prioridade a mudança dos padrões de consumo, retração das quantidades consumidas e diminuição dos danos subsequentes à saúde.

Silva & Padilha (2011), relata em sua pesquisa que o emprego do método de história de vida centrada na Teoria das Representações Sociais mostrou-se relevante para compreender o universo do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos adolescentes, assim como a relação com estas no seu cotidiano. Este estudo possibilitou compreender as atitudes e os comportamentos dos adolescentes frente às bebidas alcoólicas, elas são responsáveis pela socialização e como propiciam, no imaginário social, um prazer.

Neste estudo os autores citados acima, confirmaram que as bebidas alcoólicas são usadas pelos adolescentes de forma abusiva e que este uso ocasiona um prazer que o jovem busca intensificar com o uso de drogas mais pesadas, sendo que as que foram consumidas pelos depoentes do estudo foram a maconha, a cocaína e o tiner (solvente químico). Por isso, evidencia-se que as bebidas alcoólicas serviram como droga de acesso às drogas ilícitas.

O uso de álcool entre adolescentes é, naturalmente, um tema controverso na sociedade e no meio acadêmico brasileiro. Ao mesmo tempo em que a legislação define como proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18anos, a ingestão é uma prática comum entre os jovens, seja no ambiente domiciliar, em festividades ou mesmo em ambientes públicos. A sociedade como um todo adota atitudes paradoxais frente ao tema: por um lado condena o abuso de álcool pelos jovens, mas é tipicamente permissiva ao estímulo do consumo por meio da propaganda.

Como se não bastasse, os vários tipos de violência que ocorrem no interior e no entorno da escola, as crianças e jovens são vítimas da exploração dos adultos sobre ela, e se deparam com outro tipo de violência, camuflada e muito difícil de ser combatida que é a violência sexual.

1.4 Combate à violência sexual

Segundo os psicólogos Vilga, Felix e Urvaneglia, o Estatuto da Criança e Adolescente permitiu uma nova visão das crianças e dos adolescentes: são sujeitos de direitos, estão em condições peculiares de desenvolvimento e são merecedores de proteção integral. Estas condições trouxeram ao processo judicial dos crimes de abuso sexual doméstico contra a criança e o adolescente (estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores) um novo enfoque e um avanço no trato desta questão (UNICEF, 2009).

Há referências ao fenômeno do abuso sexual doméstico contra a criança/adolescente que deixa de ser apenas um crime contra a sua liberdade sexual e passa a ser uma violação dos direitos ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar saudável e às oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, social e sexual. Nesse sentido o abuso sexual seria toda e qualquer forma de invasão perniciosa do campo da afetividade e da sexualidade da criança e do adolescente: ultrapassagem de limites de poder e de direito do nível de desenvolvimento da vítima.

Mattar (2009), fala da necessidade de uma política de atendimento e prevenção da violência sexual doméstica e faz um esboço de proposta política para o enfrentamento deste tipo de violência.

Inicialmente, todos os profissionais da rede de atendimento nas áreas de política pública da saúde, educação e assistência social, sem privilégio de nenhuma área, devem ser capacitados para detectar o fenômeno e denunciá-lo ao órgão competente, como o Conselho Tutelar, procurando agir mediante o Artigo 245 do ECA: “Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar a autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças ou adolescentes: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência” (Araújo, 2007).

Propõe ainda que a rede deva estar preparada, acreditando em um suporte macro. Que os programas devam ser descentralizados e expandidos por todos os municípios, com a formação de equipes multiprofissionais para atender a família no sentido de orientá-la para a não vitimização de seus filhos e acompanhar o desenvolvimento da dinâmica familiar.

Criar espaços comunitários de formação aos pais, com o papel de apontar como lidar com seus filhos, sem utilizar a violência, ou mesmo em situações específicas de violência sexual, não instrumentalizando os pais abusadores? Ou o que fazer em situações em que a criança é indefesa no ambiente familiar?

Segundo Parrat-Dayán (2012), os alunos precisam conhecer normas básicas da convivência, que conjuguem o direito dos alunos a se sentirem seguros na escola, livres de todo tipo de agressão, livres de serem ridicularizados ou discriminados, com o dever a responsabilidade de saber escutar e de responder a todos os adultos com respeito, aceitando as sanções que possam derivar de um mau comportamento. Falta de respeito, insulto ou vandalismo, é a realidade cotidiana de muitas escolas. Para frear a indisciplina crescente os

docentes necessitam de meios e capacitação, deve-se estimular o aprendizado cooperativo, valorizar o aprendizado, cultivar expectativas altas em relação ao desempenho da escola, à socialização e às condutas dos alunos.

O autor citado acima relata que a linha disciplinar da escola deveria figurar no projeto político pedagógico, não apenas como um conjunto de normas que organizam o ambiente escolar, mas como objetivo educacional para conseguir este objetivo.

Landini (2011) afirma ser necessária uma formação adequada para que o professor saiba identificar um conjunto de sintomas, além de avaliar o contexto da criança e do adolescente, como e quando começarem a ocorrer tais sintomas. Observar se foi um processo de repente, se esses sintomas têm permanecido por um período longo, se está atrapalhando sua aprendizagem escolar, e, assim encaminhar para os profissionais capazes de acompanhar e trabalhar com essa questão.

Segundo esse último autor mencionado, a escola configura como mais uma instância, onde circulam saberes sobre o corpo e a sexualidade da criança. Os educadores estão comprometidos diretamente com a formação dos corpos dos seus alunos. Não podem ser meros observadores, mas devem contribuir para uma educação sexual sem repressão. Não devem silenciar na construção desse processo de construção ou desconstrução das identidades dos seus alunos.

Diretores, professores, orientadores pedagógicos e educadores em geral, devem estar atentos para as situações de vulnerabilidade, sobretudo para com a violência sexual a que os alunos possam estar submetidos. É fundamental que a escola consiga reconhecer sinais de maus tratos nas crianças e adolescentes. Estudos têm demonstrado que, quando uma criança é violentada sexualmente, de alguma maneira ela demonstra, com gestos, comportamentos diferenciados, ou por meio de desenho. Ninguém melhor do que os educadores, que passam longos períodos com as crianças e os adolescentes, para perceber tais mudanças.

CAPÍTULO II - POLÍTICAS EDUCATIVAS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Vários são os modelos de políticas educativas elaboradas e executadas pelo governo federal, estadual e municipal, e cada qual com suas especificidades procura colocar em prática projetos que vão dar o suporte básico para fazer face ao enfrentamento à violência, que penetra nas escolas, nos lares, desorienta as famílias através das crianças e dos adolescentes.

As principais legislações em vigor atualmente no Brasil, que estabelecem normas para garantir direitos e deveres para as crianças e jovens são: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além da responsabilidade de cada órgão público ou privado e da atuação do Ministério Público que é solicitado a aplicar as leis, pelos Conselhos Tutelares, quando há casos mais graves de violência na família e na escola.

No Brasil mudanças estruturais na assistência à Infância, a partir do final do século XIX, substituíram gradativamente a piedade e o amor cristão pela racionalidade científica. A criança pobre deixa de ser propriedade exclusiva da assistência da igreja. Surge mesmo, como filantropia uma política de assistência que não objetivava mais a esmola, mas a reintegração social dos desajustados.

Já no século XX, mais especificamente no ano de 1927, é promulgado o 1º código de menores, ou código de Mello Mattos. Foram criadas colônias correccionais para a reabilitação de delinquentes e abandonados. O estado passa a assumir a tutela do menor abandonado ou infrator.

Em 1979 surge o código de menores e cria-se a figura do menor em situação irregular. O termo MENOR até hoje é utilizado pejorativamente para designar crianças e adolescentes no Brasil. Somente em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi fruto do desdobramento da Constituição de 1988 (art. 227). A Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA traz a doutrina da proteção integral. A criança deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do Estado, e, passa a ser entendida como um sujeito de direito e em desenvolvimento. Daí a importância da educação.

A Constituição Federal em seu art. 227, e que se repete no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente esclarece que: é dever da família, da sociedade e do estado, com prioridade absoluta, garantir a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O que se percebe que este artigo no Brasil está longe de ser cumprido, pois as escolas vivem situação de abandono, no que diz respeito ao apoio da segurança, e a garantia da manutenção das leis. Alunos, professores e a comunidade vivem sobressaltados e impotentes diante dos atos de violência, no interior dos ambientes escolares.

Sabe-se que as crianças e jovens que são matriculadas hoje nas escolas públicas, são jovens que muitas vezes já vivem em situação de risco e apenas carregam suas mazelas para o ambiente escolar.

2.1 Estatuto da criança e do adolescente

O ECA foi criado e editado como a lei nº 8.069/1990, com entrada em vigor em 16 de outubro do mesmo ano. Esta lei tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente. Segundo Geraldo de Mendonça, procurador geral de justiça do Estado do Pará, (2009), o advento dessa lei proporcionou a normatização da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sujeitando estes às devidas sanções, em caso de cometimento de atos infracionais, ainda que haja àqueles que entendem ser uma lei responsável pela delinquência juvenil, pelo fato de desconhecerem o seu teor.

É possível que haja desconhecimento da lei, porém o que se observa é que os órgãos competentes, ainda não conseguiram, por algum motivo, colocá-la em prática, e dessa forma reverter o caos em que a sociedade brasileira se encontra com relação o aumento da delinquência juvenil.

A Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata de vários temas que orientam os direitos fundamentais da Criança e do Adolescente tais como: o direito a vida e à saúde; Direito a convivência familiar e Comunitária; Da família natural e da família substituta; Da guarda; Da tutela; Da adoção; Do direito à Educação à cultura; Ao esporte e lazer; À profissionalização e à proteção no trabalho; Da prevenção; Dos produtos e serviços à crianças; Da autorização para viajar, dentre outros.

O art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que jovens em situação de risco, são crianças e adolescentes na qualidade de vítima, nascem em precárias condições de habitação, higiene e condições estruturais muitas vezes sem o mínimo atendimento hospitalar e/ou ambulatorial. Famílias numerosas e desestruturadas, que vivem em periferias e favelas, que possuem uma visão dramática da infância brasileira mais pobre. As inadequadas condições de vida da população infanto-juvenil, já provocam graves danos à formação pessoal dos futuros alunos.

Os problemas escolares específicos têm início logo após o ingresso na escola. No Brasil há falta de vagas em creches, pré-escola, que são problemas decorrentes da falta de planejamento familiar, comunitária e do próprio estado. As crianças mais carentes, abandonadas pelos pais, são alvos fáceis da violência e da criminalidade. Os jovens são assediados pelos traficantes que atuam nos bairros e proximidades das escolas, normalmente na entrada e saída da escola. Os alunos muitas vezes deixam de estudar e ingressam no mundo do crime. Outros até ingressam na escola para distribuírem droga com mais facilidade a outros alunos. Paralelamente é comum o assédio sexual e a prostituição infantil.

Nas grandes cidades brasileiras, incluindo Belém é possível encontrar jovens adolescentes nos cruzamentos e semáforos, vendendo, pedindo e se expondo de uma ou de outra forma. Todos esses problemas dão margem à violação dos direitos das crianças e jovens que vivem e convivem com a pobreza ou extrema pobreza, e, quando necessário são assistidos pelos Conselhos Tutelares.

O Conselho Tutelar é um órgão público autônomo que desempenha suas atribuições legais, para proteger a criança e ao adolescente, sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do estado, como também por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou em razão da sua própria conduta.

Mesmo sendo autônomo Conselho Tutelar, suas ações são passíveis de fiscalização pelo Ministério Público e pela justiça da infância e da adolescência. É um serviço público relevante (art. 135 da Lei nº 8.069/90), e tem como princípio norteador, o respeito ao interesse superior da criança, sendo um instrumento fundamental de exigência dos direitos humanos da criança e do adolescente. É um órgão de estado, vinculado administrativamente ao poder executivo.

O Conselho Tutelar atua de forma a atender reclamações, reivindicações e solicitações feitas por crianças, adolescentes e famílias além de outras atribuições:

- Escuta, orienta, aconselha e aplica as medidas de responsabilização aos pais ou responsáveis, além de medidas protetivas pertinentes cada caso.
- Requisita os serviços necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso, que pode ser as áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- Encaminha ao Ministério Público, as infrações administrativas ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- Contribui para o Planejamento e a formulação de políticas e planos distritais de atendimento à criança, aos adolescentes e as suas famílias.
- Fiscaliza entidades governamentais e não governamentais de atendimento à crianças e adolescentes, junto com o judiciário e Ministério Público. (JUSNAVEGANDI, 2009, p.1)

Normalmente os pais omissos ou violentos, apenas matriculam seus filhos nas escolas, para que esta faça as intervenções ou encaminhamentos aos Conselhos Tutelares. Pais que não participam da vida escolar de seus filhos, e a direção que por sua vez não os estimula e não exige intervenção da família, os jovens ficam abandonados e são vítimas em potencial da violência urbana, social e conseqüentemente da escolar.

O art. 136 do Estatuto (ECA/2009), diz que o Conselho Tutelar possui o dever de aplicar sérias punições administrativas aos pais omissos e/ou negligentes e, nos casos mais graves denunciá-los diretamente ao Juízo da Infância e da Juventude ou promover uma representação no Ministério Público.

É importantíssimo o papel do Conselho Tutelar, como agente atuante e provocador de mudança na educação dos jovens, garantindo ao aluno-vítima que sejam protegidos em seus direitos básicos. À justiça cabe resolver os casos mais graves.

O estado e os municípios têm o dever de implantar os programas de proteção previsto no art. 90 do ECA para garantir as decisões dos Conselhos Tutelares. É lamentável que muitos municípios brasileiros, ainda não criaram programas para garantir os direitos infanto-juvenis, e os conselheiros tutelares perdem autonomia diante dos serviços municipais, principalmente nas áreas médicas e sociais, deixando a desejar o atendimento ao aluno vítima.

É importante lembrar que o descumprimento de uma requisição do Conselho Tutelar, desde que pautada na lei, constitui infração administrativa, com punição e multa conforme o art. 249 do ECA.

As Direções das Escolas, juntamente com a comunidade escolar, deverão elaborar os seus Regimentos Internos em comum acordo com a Leis de Diretrizes e Bases da Educação (L.D.B), com o ECA, e a Constituição Federal, que em seu art. 5º impõe regras e os princípios legais essenciais para qualquer sociedade organizada.

O Regimento Interno é um documento que deverá ser lido, discutido e interpretado amplamente no início do ano letivo para todos os alunos e comunidade escolar. Divulgar os casos necessários a sua aplicação e punições, irá evitar as situações graves de indisciplina ou atos infracionais.

No art. 129, cap. I da Constituição Federal (1988), diz que o Ministério Público é o titular da ação penal pública, que na forma da lei, promove o início dos processos criminais contra os maiores de dezoito anos, que praticam ilícitos penais, através de denúncia e caberá ao promotor de justiça, ajuizar as ações com objetivo de punir os culpados.

A proposta de participação efetiva de todas as instituições públicas apontam para que, sempre que ocorrerem atos infracionais leves, médios ou graves, nunca fiquem sem o processo judicial necessário à punição do adolescente que pratique qualquer ato ilícito. Dessa forma a sociedade poderá acreditar que será possível fazer um resgate educacional, e assegurar o respeito à escola e aos profissionais que nela trabalham, como também, a proteção aos jovens que serão os futuros cidadãos.

Vale & Matos (2011), relatam que embora abrangente e com referência constante, o Estatuto da Criança e do Adolescente, não é a única Lei de caráter geral no âmbito da União versando sobre a criança e o adolescente. Existe um Programa especial voltado ao tema, consistente na Lei nº 8.642/93, que criou o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA).

A PRONAICA criada pela Lei Federal nº 8642, de 31 de março de 1993, tinha por finalidade a integração e a articulação de ação de apoio à criança e ao adolescente. Vale & Mattos (2011) nomeiam nove áreas prioritárias de atuação: a mobilização para a participação comunitária; a atenção integral à criança de 0 à 6 anos; o ensino fundamental; a atenção ao adolescente e à educação para o trabalho; a proteção à saúde e segurança à criança e ao adolescente; a assistência a crianças portadoras de deficiência; a cultura, desporto e lazer para crianças e adolescentes e a formação de profissionais especializados em atenção integral a crianças e adolescente.

O Programa é Coordenado pelo Ministério da Educação, porém todos os ministérios de atuação social da União deverão estar integrados, a fim de articular as diferentes linhas de atuação, visando à execução descentralizada e garantindo a respectiva efetividade da comissão interministerial, auxiliada por um comitê executivo responsável pela elaboração de planos anuais e plurianuais, bem como de planos orçamentários. O Programa teve como resultado a criação dos Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIACs) ou CAICs. Estas unidades educacionais possibilitavam o acesso de crianças e adolescentes às áreas urbanas consideradas de risco, retirando-as das ruas e propiciando condições para o seu completo desenvolvimento, protegendo-as da violência nessas áreas.

Ressalta-se que atualmente existem diversas iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação, nos termos da legislação vigente, que canalizam e priorizam os recursos. Embora na sua maior parte voltados à criança e ao adolescente, são todos conduzidos sob a perspectiva estrita da educação, conforme a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional e

o Plano Nacional de Educação e principalmente, ao Plano de Desenvolvimento da Educação (Vale & Matos, 2011).

2.2 Referências da LDB sobre violência escolar

A Lei de diretrizes e bases da Educação nº 9394, foi sancionada em dezembro de 1996, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e substituiu a antiga LDB de 1961, que foi modificada pela lei 5692/1971, que vigorou por mais de 25 anos.

Segundo Demo (2008) a nova LDB, na verdade, não foi uma lei inovadora em termos do que seriam os desafios modernos da educação. Introduziu componentes interessantes, alguns atualizados, mas no todo predomina uma visão tradicional para não dizer tradicionalista. A Lei reflete, nada mais, do que uma letargia nacional nesse campo que impede de perceber o quanto as oportunidades de desenvolvimento dependem da qualidade educativa da população.

A LDB de 1996 dividiu a Educação em dois níveis a saber: I- Educação básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; II-Ensino Superior. O Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional declara que a educação básica tem por finalidade, desenvolver o educando, assegurando formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. E o art. 29 trata da Educação infantil como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família.

Nos dois artigos anteriores a Lei 9394/1996 contempla e protege a criança até os seis anos de idade, ajudando e fortalecendo a família em todos os aspectos. Com isso não quero dizer que a lei está sendo cumprida, porém há uma grande esperança de fornecer a formação e educação às crianças menores, o que não acontecia em legislações anteriores.

Em 04/04/2013 a LDB de 1996, foi atualizada e alterada, sendo substituída pela Lei 12.796/2013, sancionada pela Presidente Dilma Rouseff. A nova Lei amplia ainda mais o alcance da Educação Básica que antes era obrigatória e gratuita de 6 à 14 anos, hoje é de 4 à 17 anos e está organizada da seguinte forma: a) Pré-escola; b) Ensino Fundamental; c) Ensino Médio.

O inciso II diz que a educação infantil será gratuita às crianças de até 5 anos de idade e no inciso III, a Lei garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação,

transversal a todos os níveis, etapas e modalidades preferencialmente na rede regular de ensino.

A gratuidade para a educação de crianças até cinco anos em escolas ou creches especializadas facilitará sobremaneira aos pais, responsáveis que precisam trabalhar e não tem onde deixar as crianças, ajudando às famílias mais necessitadas. Dessa forma as crianças ficarão seguras e podem iniciar as primeiras orientações educacionais distantes de ambientes familiares vulneráveis à violência.

O inciso VIII do Art. 4º da LDB estabelece o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A nova legislação provoca inquietação nos profissionais da educação, trazendo novas esperanças e os leva a refletir sobre os temas que dizem respeito à profissionalização e a educação especial com maior precisão, como também o atendimento educacional especializado e gratuito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Aqui se acredita que quanto melhor for, a formação dos profissionais, maior serão as habilidades para o atendimento ao aluno. Ser um profissional preparado, estudioso, sensível e atuante com as causas educacionais, irá diminuir os casos de desrespeito, indisciplina e violência no ambiente escolar.

As oportunidades ofertadas para que o professor se atualize irá fornecer de forma genérica qualquer necessidade dos alunos, prevenindo todas as distorções que por ventura venham a acontecer, seja de caráter, social ou psicológico. Um avanço maior na LDB está demonstrado no art. 34, parágrafo 2º onde acrescenta que “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

A Escola em tempo integral poderia ser o futuro e a salvação de muitas crianças e adolescentes que hoje estão destruídas pela violência. Com essa solicitação da lei os administradores educacionais de todo o país, teriam oportunidade de articular Projetos e propostas educativas para ocupar o tempo ocioso dos jovens. Esse tempo em que a cabeça se encontra desocupada, na maioria das vezes, é utilizado com atividades fúteis e até mesmo com a articulação de atos de violência na escola e no seu entorno.

O art. 33 da LDB que trata do ensino religioso e diz que cabe aos Estados decidirem como e por quem serão dadas as aulas de religião. Toda escola pública brasileira de ensino Fundamental e Médio deve oferecer aulas de religião, mas a frequência é facultada ao aluno. O referido texto na íntegra declara: “O ensino religioso é ponto integrante da formação básica

do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedados qualquer forma de proselitismo”.

Apesar do discurso da lei, poucos foram os Estados que instituíram o tempo integral nas escolas. Logo no início da sua implantação houve alguns ensaios com esta finalidade. Em Belém até o ano de 2009, algumas escolas que haviam iniciado os cursos de Educação integral, aos poucos foram se desarticulando. Somente em 2010 o projeto foi retomado como no início da implantação e inseridas outras escolas públicas na proposta do estado. Porém, o que se pode observar é que não houve nenhuma reestruturação nos espaços escolares e no Projeto Pedagógico atual, para que a educação integral tivesse maior credibilidade e fosse realmente concretizada na prática.

O Art. 2º da LDB declara que, a educação (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esta dissertação é bem parecida a Constituição Federal Cap. III, Seção I art. 205, estabelece que: A Educação (...) será promovida visando (...) o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A questão do exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho reforçou nas duas Leis, a necessidade de garantir a oportunidade aos jovens na participação concreta em todas as atividades necessárias à formação do homem para a convivência harmoniosa e pacífica dentro e fora da escola.

O que se observa que a prática e a convivência escolar acabam se distanciando daquilo que preconiza a legislação existente, e a escola é um local fácil para fazer com que o jovem vivencie o contraditório do que está na Lei. O grande desafio da escola é fazer com que os indivíduos se tornem educados para a cidadania, e tenham noções de reais do que seja realmente cidadania.

Gadotti (2010) se refere a educar para a cidadania e fornece um conceito que enumera os direitos e os deveres dos cidadãos como forma de exercer a democracia, de tal forma que cidadania, seja essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia: Direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação etc.; direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos etc. Não há cidadania sem democracia.

O autor se refere à cidadania de uma forma muito ampla e diz que hoje esse conceito é bem complexo, pois as políticas públicas não garantem os direitos reais dos cidadãos, nem tão pouco, os direitos básicos das crianças e dos adolescentes. A LDB recebeu várias alterações, no que se refere à educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Conforme o relatório do Conselho Nacional da Educação, Parecer de N° 7/2010, a maior parte dessas modificações tem relevância social, porque além de reorganizarem aspectos da Educação Básica, ampliam o acesso das crianças ao mundo letrado, asseguram-lhes outros benefícios concretos que contribuem para o seu desenvolvimento pleno, orientado por profissionais da educação especializados.

Nesse sentido, destaca-se que a LDB foi alterada pela Lei n° 10.287/2001 para responsabilizar a escola, o Conselho Tutelar do Município, o juiz competente da Comarca e o representante do Ministério Público pelo acompanhamento sistemático do percurso escolar das crianças e dos jovens.

Dessa forma, por ter grande relevância social as modificações ocorridas na lei se torna possível que os estados, a família e a escola assumam a responsabilidade de educar, assegurando mais cidadania e menos violência na escola. Com a efetivação contínua dos benefícios ocorridos pelas modificações da lei, pode contribuir significativamente para a permanência do estudante na escola.

No relatório do MEC (2010) destaca-se também, que foi incluído, pela Lei n° 11.700/2008, o inciso X no artigo 4º, fixando como dever do Estado efetivar a garantia de vaga na escola pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. Muito interessante o que reza neste artigo 4º da lei, uma vez que, quando a matrícula é garantida próximo da residência da criança, será mais fácil a sua fixação na escola, sem portanto, haver evasão escolar ou desinteresse da família pela frequência da criança na escola.

A LDB, com suas alterações, e demais atos legais desempenham papel necessário, por sua função referencial obrigatória para os diferentes sistemas e redes educativos. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que ainda está em curso o processo de implementação dos princípios e das finalidades definidos constitucional e legalmente para orientar o projeto educativo do País, cujos resultados ainda não são satisfatórios, até porque o texto da Lei, por si só, não se traduz em elemento indutor de mudança. Ele requer esforço conjugado por parte dos órgãos responsáveis pelo cumprimento do que os atos regulatórios preveem (MEC 2010).

2.3 Os parâmetros curriculares nacionais com relação a violência escolar

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados por equipes de especialistas do MEC (1996), e têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino. São orientações aos professores, divididos em disciplinas que oferecem melhores maneiras para seguirem os caminhos que garantam aos jovens uma educação básica de qualidade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), para agir na relação com outras pessoas devemos trabalhar com quatro pilares: justiça, solidariedade, respeito mútuo e diálogo. Numa análise mais superficial sobre estas questões, é possível concluir que basta haver desrespeito e falta de diálogo, para que o processo da violência se inicie e se desenvolva entre os indivíduos. Uma relação afetuosa e de respeito entre professor e aluno, ou entre os alunos será um aspecto bastante interessante para contribuir para um clima harmonioso de paz dentro ambiente escolar.

Quando se trata da reforma curricular e a organização do Ensino Médio, os PCNs (1997) enfatizam que o Currículo enquanto instrumentação democrática, deve utilizar conteúdos e estratégias de aprendizagem significativas, para capacitar o indivíduo na realização de atividades nos três domínios da ação humana, como forma de viver em sociedade, ser produtivo e adquirir experiência subjetiva, como forma de integração de homens e mulheres no universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Nessa perspectiva, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO (2012) com os eixos estruturais da Educação na sociedade contemporânea:

- Aprender a conhecer, garante o aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida.
- Aprender a fazer, privilegia a aplicação da teoria a prática e enriquece a vivência da ciência na tecnologia e destas no social passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea.
- Aprender a viver, trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.
- Aprender a ser, supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda, exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer tanto quanto possível dono do seu próprio destino. (Planos, s/d, p.5)

Vemos no desenvolvimento dos eixos estruturais dos PCNs (1997), que há toda uma orientação curricular para envolver os professores e alunos em conteúdos significativos e temas que devem constituir ações permanentes, que visem à formação do educando como pessoa, imbuída de atitudes e responsabilidades, que contribuirão para transformá-lo no cidadão de bem.

Segundo Robaina (2010), de acordo com os PCNs, algumas temáticas configuram uma ocasião ímpar de concretização dos princípios e valores democráticos. Destaca-se a dignidade da pessoa humana, valoriza-se o respeito mútuo nas relações sociais e há repúdio a qualquer tipo de discriminação. Vale ressaltar que os PCNs consistem em um conjunto de diretrizes gerais e específicas capazes de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, com base em um processo flexível e articulado em respeito à autonomia de estados e municípios.

O autor citado diz que, segundo os PCNs, os temas transversais consistem em um conjunto de temáticas sociais, presentes na vida cotidiana, tangenciadas pelas áreas curriculares específicas, impregnando transversalmente os conteúdos de cada disciplina e o convívio entre os pares escolares. Portanto, os temas como saúde, violência, sexualidade, drogas utilizadas pelos adolescentes e suas consequências e outros devem ser trabalhados pelos professores e pedagogos em geral, de forma a desenvolver no aluno a consciência crítica e reverter o processo de alienação dos jovens.

Logo, a escola exerce de fato um papel de grande importância na vida da sociedade segundo Palma & Marlene (2014, p. 8)

Em um artigo que trata de sexualidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais, de certa maneira, passaram a regulamentar o que seria importante ou não nessa parceria ao longo do ciclo vital. E conjuntamente com eles, a possibilidade de uma determinada homogeneidade nos conteúdos trabalhados em um país com tantas diferenças sociais e culturais. Partindo do pressuposto que as escolas estão seguindo os parâmetros conforme indicados para cada momento escolar, a análise dos mesmos gerou preocupações e fez ligar o sinal de alerta para a maneira como a sexualidade estava sendo percebida nos documentos. Apesar de profissionais competentes terem sido as/os responsáveis pela criação dos PCNs, entende-se que sexualidade no sentido que foge da biologia ainda é considerada “tabu” nos documentos, e conseqüentemente, nas escolas também.

La Tailler (2013) lembra ainda que, o Brasil possui uma proposta para a educação moral dos alunos, são os Parâmetros Curriculares, que inclui o tema transversal sobre “Ética”. E os educadores poderão desenvolver este tema de forma inter e intra disciplinar com amplas abordagens sobre, violência, uso de drogas, cidadania, meio ambiente entre outros.

Calegari (2013) discute a visão de moral conforme o que é se apresenta nos PCNs, onde é vista uma definição muito clara, e fala mais de aprendizagem de valores, atitudes e comportamentos. Os textos ressaltam a importância de haver coerência entre os valores que o aluno experimenta em suas vivências escolares e o seu contato intelectual com esses valores, além de saber claramente o que se espera dele em termos de regras e normas de comportamento, segundo o projeto educativo da escola, o que inclui as intervenções do professor. O texto dos PCNs, vol. 1, aborda assim a questão das atitudes e valores:

Para a aprendizagem de atitudes é necessária uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejados sejam expressos no relacionamento entre as pessoas e na escolha dos assuntos a serem tratados. Além das questões de ordem emocional, tem relevância no aprendizado dos conteúdos atitudinais o fato de cada aluno pertencer a um grupo social, com seus próprios valores e atitudes. (BRASIL, 1997, p.53)

Conforme a análise da autora citada, a aprendizagem de certos procedimentos e atitudes é, segundo os PCNs, instrumento para a construção da autonomia, e a escola deve criar situações que auxiliem o aluno a se tornar cada vez mais autônomo, e para isso contribuem aprendizagens tanto em tarefas individuais, como em trabalhos em grupo (BRASIL, 1997).

Sobre o trabalho em grupo o texto dos PCNs (1997), afirma que sua realização é dificultada, assim como o diálogo e a cooperação, quando na sala de aula as carteiras são organizadas de forma fixa e os armários são trancados; dessa forma o processo de autonomia e preservação do bem coletivo acaba sendo prejudicado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) não indicam um único caminho como orientação aos profissionais da educação, mas propõe formas e estratégias que irão proporcionar o desenvolvimento de todos os alunos na sua totalidade, e não só daqueles mais habilidosos. Especificam os objetivos gerais, que podem ser utilizados em qualquer disciplina, e ao final do Ensino Fundamental, o aluno deverá ser capaz de participar de atividades corporais estabelecendo relações equilibradas e construtivas com outros indivíduos, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem fazer discriminação por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais.

CAPÍTULO III - EQUIPE PEDAGÓGICA FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Os professores e educadores em geral discutem com muita frequência nos dias de hoje a importância da transformação dos alunos através do ensino aprendizagem, bem como se preocupam com os jovens diante da influência que sofrem na convivência com os mais variados tipos de violência.

Conforme Benevides-Pereira (2008) os grandes desafios enfrentados por aqueles que se dedicam a arte de ensinar, parecem muitas vezes intransponíveis. Pois, é necessário se ter extrema coragem, e persistência para enfrentar salas de aula superlotadas, salários baixos, pais omissos, e a violência crescente que deixa os educadores apreensivos e desmotivados.

Muitas responsabilidades são delegadas à escola e aos educadores, com cobranças de todos os setores, inclusive da família e do estado, os quais deveriam ser o suporte maior para contribuir com a formação inicial das crianças e dos adolescentes.

É notório que a revolução tecnológica, as grandes informações e a comunicação entre os povos veem crescendo de forma muito acelerada, causando uma revolução no ambiente educacional, o que se torna um pouco difícil o acompanhamento dos alunos por parte dos educadores. Dessa forma fica por vezes impossível, transformar de maneira rápida a educação e a formação dos alunos diante de um contexto de violência.

A situação de violência em que se encontram as escolas, os professores e educadores em geral, necessitam de reflexões profundas. Pesquisas apontam que muitos profissionais chegam a sofrer de variados tipos de doenças, depressões e até Síndrome de *Burnout*, principalmente os que se encontram em início de carreira.

A síndrome de *Burnout* ou síndrome do esgotamento profissional de acordo com Benevides-Pereira (2002) foi escrita pela primeira vez pelo psicólogo Freudenberg no ano de 1974 é uma condição de sofrimento psíquico relacionada ao trabalho. O termo *Burnout* tem origem inglesa e significa: “algo que deixou de funcionar por exaustão de energia”.

Benevides-Pereira (2008), Kohan & Mazmanian (2003), apud Silveira (2005), dizem que o trabalhador com síndrome de *Burnout*, passa a ter um contato frio e impessoal, até mesmo chega a ser irônico e cínico com as pessoas que recebem seu trabalho, além do mais esse indivíduo estar vinculado ao mal estar físico, a depressão, a ansiedade, a dificuldade nas relações interpessoais, a diminuição de rendimento do trabalho, ao aumento do absenteísmo, bem como a intenção de desistir. A síndrome pode ser definida como um estado de exaustão

emocional, física ou mental causado pelo envolvimento de longa duração em situações emocionais exigentes.

Assim, os estudos e discussões sobre a Síndrome de *Burnout* em professores tratam essas situações da profissão docente, evidenciando que elas estão relacionadas a uma possível desistência frente ao magistério, que muitas vezes se configura como uma desistência psicológica.

A violência escolar vem tomando rumos e proporções cada vez mais assustadoras, conforme os anos vão se passando. Não é por acaso que os mais idosos se falam com certo saudosismo se referindo ao simples fato do aluno que respeitava o professor, os colegas e o espaço escolar em tempos passados.

A substituição do material escolar por revólveres, estiletos, canivetes, facas e tesouras na bagagem escolar dar a impressão de que se estar em meio a uma luta armada dentro da escola. Pois, são alunos que formam gangues para se fortalecerem e organizarem brigas, atos de indisciplina e vandalismo. Espancam, assaltam outros colegas e pessoas que passam nas ruas, inclusive os próprios professores.

Diante deste caos em que se encontra a educação, é importante saber mais sobre a seguinte questão: Como os educadores em geral, professores e equipe pedagógica enfrentam este momento crucial nas escolas públicas? A preocupação de todos deverá ser em torno de um grande empenho, em conjunto com a família, Estado e a sociedade, para lutar contra o sucateamento do ensino e repensar a curto ou a longo prazo como ajudar os nossos jovens a vislumbrarem um mundo melhor.

Abramovay & Rua (2004, p. 234) se referem aos diretores, dizendo que:

os mesmos estão sofrendo ameaças e agressões, principalmente por alunos que receberam ‘punições mais severas, como suspensão e expulsão’. Desse modo o ambiente de intimidação é constante e frequente não somente aos diretores, mas também com os professores e funcionários da escola.

Segundo La tailler (2013), a escola é instituição epicentro da sociedade contemporânea, padece da violência canalizada para seu interior, e daquela que ela gera nas suas próprias práticas. Como concentração de um contingente expressivo, vira alvo fácil de ações externas contra seus membros, e ainda nessa proximidade cotidiana, propicia ações violentas entre seus próprios parceiros. Em muitos casos a escola é o ponto de encontro forçado de “tribos” rivais ou de desafetos que não conseguem se evitar, por serem forçados a viver num mesmo espaço.

3.1 A formação inicial dos educadores

A dificuldade na formação inicial do educador está no fato da limitação do tempo, ou seja, com apenas um ou dois anos nesta formação. Há que se definir prioridades para iniciar o trabalho pedagógico.

Perrenoud (2002) escreve que a orientação para a prática reflexiva, poderia propor uma forma original de aliar objetivos ambiciosos e de considerar a realidade... é importante construir paralelamente saberes didáticos e transversais bastante ricos e profundos para equipar o olhar e a reflexão sobre a realidade, a formação de bons principiantes tem a ver, acima de tudo, com pessoas capazes de evoluir, de aprender conforme a vivência, repensando sobre o que gostariam de fazer, sobre o que já fizeram e sobre os resultados de tudo isso.

O autor citado diz que, não é com “um toque de magia” que o novo professor que enfrenta uma sala de aula vá entender o seu contexto ou o contexto do aluno. Quando estamos iniciando, nos faltam métodos coerentes e assim nos faltam também lucidez e coragem para agir corretamente. Perrenoud (2002) apresenta as características de um professor principiante:

- 1) Está entre duas identidades: abandonando sua identidade de estudante para adotar a dum profissional responsável.
- 2) O estresse, angústia, diversos medos e os momentos de pânico assumem enorme importância, mas eles diminuirão com a experiência.
- 3) Precisa de muita energia, tempo e de muita concentração para resolver problemas.
- 4) A forma de administrar o tempo na preparação, correção e trabalho de classe, não é muito segura, e isso lhe provoca desequilíbrio, cansaço e tensão.
- 5) Ele passa por um estado de sobrecarga cognitiva devido ao grande universo de problemas que tem de enfrentar.
- 6) Geralmente se sente sozinho, distante dos colegas de estudo, pouco integrado ao grupo, que nem sempre o acolhe.
- 7) Ele está em um período de transição oscilando entre os modelos aprendidos durante a formação inicial e as receitas mais pragmáticas que absorve no ambiente profissional.
- 8) Não consegue se distanciar do seu papel e das situações.
- 9) Ele tem a sensação de não dominar os gestos mais elementares da profissão, ou de pagar um preço muito alto por eles.
- 10) O novo profissional mede a distância entre o que imaginava e o que está vivenciando. (Perrenoud, 2002, p. 19)

Ao analisar estas características de um profissional que está iniciando, é possível lembrar da prática pedagógica com colegas professores que estavam sendo lotados nas escolas públicas em momento de contrato de trabalho ou de efetivação em concurso público. Apesar do autor não mencionar a influência do comportamento ou da característica desses profissionais, e a relação com a violência escolar, interessante refletir a respeito dessas características na vivência escolar do profissional iniciante. Como não tem ainda firmeza no

que aplicar, e está entre o que aprendeu na academia e a realidade, é comum a insegurança. Nesse caso, o aluno percebe e passa a testá-lo e até mesmo a fazer provocações de forma desrespeitosa, quando percebe que a sua prática não condiz com o contexto escolar.

A questão do estresse, angústia, medo, e até momentos de pânico são características que podem indicar uma possível Síndrome de *Burnout*, que pode até acarretar a desistência psicológica em professores. É possível que esses sintomas sejam eliminados com o passar do tempo, porém é necessário que haja na escola uma equipe pedagógica que o oriente, o ampare e o auxilie a trabalhar coletivamente. Que este grupo ajude o professor a se integrar no Projeto Político da escola e que ele adquira confiança nos colegas mais antigos de profissão e na equipe pedagógica da escola.

É notório que uma prática insegura, o descontrole no manejo da turma por parte do professor, a omissão irão refletir no comportamento dos alunos. Seja a forma como conduz a metodologia do seu trabalho ou a insegurança no conhecimento dos conteúdos, poderá motivar alunos ou grupos de alunos a iniciarem práticas de desrespeito, pequenos atos de indisciplina, e conseqüentemente, atos de violência durante a aula.

Nada em qualquer profissão ocorre de forma automática. A tomada de conscientização, o debate diário, estar sempre disponível para aprender e para pedir ajuda, e também, repensar e refazer o que fez durante o dia ou durante a semana, contribui sobremaneira na forma como agir com alunos que tenham comportamentos atípicos, de indisciplina e até mesmo ações violentas na escola.

O decreto de nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, que institui a política Nacional de Formação de profissionais do Magistério da Educação Básica no Artigo 2º, trata dos princípios da Política Pública Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e declara que a formação dos profissionais do magistério deve ter compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais; reconhece a escola de educação básica como espaço necessário à formação inicial dos profissionais do magistério.

Ainda no artigo 2º do mesmo decreto, inciso de VIII e IX falam da importância do docente no processo educativo da escola e da valorização profissional, como estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva, melhoria na remuneração e a garantia de condições dignas de trabalho. Deve haver articulação entre a formação inicial e a formação continuada e entre os diferentes

níveis de ensino; e a formação continuada deve ser entendida como componente essencial da profissionalização docente, que integra ao cotidiano da escola, considerando os diferentes saberes e experiência docente (JUSBRASIL, 2014).

Segundo Severino (2009), a Universidade enfrenta problemas no interior de sua especificidade, como lugar de produção, sistematização e ampliação do conhecimento, problemas ainda não superados, onde persiste o desafio para rever com criticidade, criatividade e competência, sua relação com o conhecimento, tratando o conhecimento como processo e não como produto, equacionando-o como mediação da educação e esta, como mediação da cidadania.

Hoje a sociedade inteira indaga a respeito dos rumos que estão sendo tomados pela educação e pelos educadores. Por certo os educadores são os mais cobrados, na sua preparação e na formação contínua para poderem enfrentar a prática diária de sala de aula, que constantemente está mesclada à indisciplina e a violência.

Diferentemente de outras profissões, os professores assim que se formam passam a assumir a plena responsabilidade de sala de aula. Esse início de carreira se caracteriza pelo choque de realidade.

Não é surpreendente que os formandos considerem as licenciaturas como muito teóricas, composta de cursos repetitivos e maçantes, tendo conteúdo intelectual pouco significativo. Lortier et al (2002), declara que as licenciaturas apresentam expectativas transcendentais nos estudantes, sem prover-lhes os meios para alcançá-las. Logo há que se rever uma base teórico-prática, adequada ao contrário de várias profissões.

O que se tem verificado nas lotações dos professores iniciantes, nas escolas brasileiras e principalmente no Estado do Pará, é que as turmas difíceis ou menos comportadas são destinadas a estes professores. Quanto aos alunos com fracasso escolar, é atribuído às origens sociais e familiares, que são atribuídos aos professores iniciantes.

No Estado do Pará, os professores iniciantes que são admitidos por concurso público ou contrato de trabalho, serão lotados em escolas de periferia, sem a menor estrutura administrativa e pedagógica, em turmas superlotadas, com alunos novatos e com procedência de comportamentos e de aprendizagem desconhecidas.

O professor novato se sente impotente e desprotegido no enfrentamento à violência escolar. Na maioria dos casos ele é considerado um profissional inexperiente, que por estar em constante tensão, sua saúde fica abalada e não se vê preparado para solucionar os problemas de indisciplina e violência, as quais se deparam em sala de aula.

3.2 A formação continuada dos educadores

É inquestionável que a formação ao longo da vida profissional é uma resposta necessária aos permanentes desafios da inovação e da mudança simultaneamente, as quais são condições de promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

O decreto de nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, que institui a política Nacional de Formação de profissionais do Magistério da Educação Básica, trata das promoções e melhorias para a formação continuada dos educadores no artigo 3º diz que o objetivo é promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, apoiar a oferta e a expansão dos cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior; dentre outros objetivos está a ampliação de oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social; promover atualização teórico-metodológico nos processos de formação dos professores, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias; integrar a educação básica com a formação inicial docente, reforçando a formação continuada como prática escolar regular, respondendo assim as características culturais e sociais da região (PLANALTO, 2014).

Considerando o que diz Vale & Matos (2011), as políticas de formação continuadas instituídas pelo MEC são apresentadas como possibilidade de contribuir para a qualidade do atendimento ao aluno, reforçando a competência e a autonomia dos professores na sua prática pedagógica. Entretanto, em seus documentos e programas trazem explícito o caráter de complementação, uma vez que, consideram como formação inicial o nível médio ou a conclusão do nível médio profissionalizante, que não é mais suficiente, sendo necessário lançar mão de programas de formação continuada em serviço, confirmando assim o caráter de complementação dos programas do MEC.

As autoras confirmam que por conta da valorização específica dos aspectos didáticos da formação, que priorizam especificamente o suporte pedagógico aos conteúdos lecionados, com adesão dos estados e municípios, quase não deixam espaços para procedimentos que levem às discussões as temáticas sobre problemas emergentes. Essas propostas nada mais trazem do que a reprodução de concepções e condutas conservadoras e autoritárias. Sendo assim, conclui-se que enquanto a questão da violência escolar não for prioridade para as instâncias políticas gestoras do ensino, implementando políticas públicas específicas, os

segmentos sociais, inclusive a escola, sozinhos pouco poderão avançar. (Valle e Mattos, 2011).

Gatti & Barreto (2009) analisam de forma crítica as inovações na estrutura das instituições e currículos da formação de professores no Brasil, pondera ainda que qualquer proposta de inovação esbarra na representação tradicional e nos interesses instituídos; o que dificulta repensar essa formação de modo mais integrado e em novas bases, bem como a implementação de formatos novos que trariam avanços qualitativos nos cursos de formação, com reflexos nos trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas escolas.

Há que se pensar na complexidade do fenômeno da violência escolar através da construção e execução de um Projeto Político Pedagógico, com a participação de todos os envolvidos no processo, para orientar e organizar ações coerentes e eficazes. Desta forma não se age de forma improvisada, desarticulada e descontextualizada no trabalho de prevenção aos atos de violência na escola.

A contribuição do Projeto político pedagógico tem a importância e o compromisso da formação humana, de forma contínua que é assumida por todos de maneira articulada e organizada, com metas e objetivos a serem executados em conjunto com a comunidade escolar. Assim sendo, tem o propósito de melhorar o ensino e a aprendizagem, além de prevenir e combater a violência escolar.

Além do PPP, planejado e executado por todos que fazem parte do trabalho pedagógico, é importante que haja envolvimento com os projetos específicos, no caso um projeto sobre violência na escola deverá ser divulgado interdisciplinarmente para que haja participação de todos os profissionais, alunos e comunidade.

Segundo Imbernón (2011), a formação continuada, centrada na escola pretende desenvolver um paradigma colaborativo entre os professores, e se baseia em uma série de pressupostos:

1-A escola como foco do processo “ação-reflexão-ação” como unidade básica de mudança, desenvolvimento e melhoria. Implantar uma inovação na escola não é o mesmo que fazer dela o sujeito e o objeto de mudança. Portanto é preciso promover a autonomia das escolas nesse sentido e as condições necessárias para que tal autonomia ocorra: capacidade de mudança e de promover sua própria mudança; desenvolvimento progressivo; melhoria.

2-Para uma reconstrução da cultura escolar como objetivo não apenas final, mas também de processo, pois a escola deve aprender a modificar sua própria realidade cultural.

3-Aposta em novos valores. Em vez de independência, propor a interdependência; em vez do corporativismo profissional, a abertura profissional; em vez do isolamento, a comunicação; em vez da privacidade do ato educativo, propor que ele

- seja público; em vez do individualismo, a colaboração; em vez da dependência, a autonomia; em vez da direção externa, a auto regulação e a crítica colaborativa.
- 4-A colaboração, mais que uma estratégia de gestão, é uma filosofia de trabalho.
 - 5-Não é uma tecnologia que se pode aprender, e sim um processo de participação, envolvimento e apropriação.
 - 6-Respeito e reconhecimento do poder e capacidade dos professores.
 - 7-Redefinição e ampliação da gestão escolar. (Imbernón 2011, p. 85)

Ainda como confirma Imbernón (2011, p. 86):

a instituição é vista como um “nicho ecológico para o desenvolvimento e a formação. O professoro é sujeito e não objeto de formação. Parte-se da premissa de que o profissional da educação também possui uma epistemologia prática, possui um conhecimento e um quadro teórico definido a partir da sua prática. Por isso é necessário um modelo de aprendizagem cujas metas sejam dirigir-se a si mesmo e orientar-se para a capacitação, para a autonomia e cujas características principais sejam: criação de atitudes de valorização e respeito; presença de um currículo de formação articulado em torno das necessidades e aspirações dos participantes; estabelecimento de relações de estímulo e questionamento mútuo.

Conforme a dissertação do autor citado acima a formação continuada é colaborativa porque se baseia na inovação da escola para fazer do professor o sujeito das mudanças e do desenvolvimento progressista na escola. Nesse sentido, todas as propostas e necessidades da comunidade deverão ser planejadas e executadas em conjunto para promover as mudanças.

O processo de participação de todos quando a escola está envolvida em casos de violência no seu ambiente de trabalho ou no entorno, vai fazer grande diferença se o professor exigir participação junto à gestão, respeito e reconhecimento a seus valores profissionais, além de exigir a manutenção organizada da formação continuada na escola.

Segundo Robaina (2010), a profissionalização do ensino exige um vínculo muito estreito entre a formação contínua e a profissão, baseando-se nas necessidades e situações vividas pelos professores. Nessa concepção, o formador universitário para de desempenhar o papel de “transmissor de conhecimento” e torna-se alguém que acompanha e apoia os futuros professores em seus processos de formação, ou auto formação.

Ainda de acordo com esse autor, a formação de professores supõe continuidade ao longo de toda a carreira docente, na qual fases de trabalho devem se alterar com fases de formação continuada. Em geral entende-se por formação continuada um processo que se segue à certificação inicial com vistas ao aperfeiçoamento profissional, melhorando os conhecimentos, as habilidades práticas e as atitudes dos professores em busca de maior qualidade na educação dos alunos. A formação dos professores é válida no exercício da profissão e prossegue durante a vida profissional.

Robaina (2010) reforça que, a formação centrada na escola, não é só uma mudança no local da formação e nos procedimentos, mas também uma mudança na carga ideológica, nos valores, nas atitudes e nas crenças. Essa formação centrada na escola pretende desenvolver um paradigma colaborativo entre os professores, objetivando o desenvolvimento e a aplicação do projeto de prevenção das drogas e da violência no contexto escolar.

Dessa maneira, a prevenção ao uso de drogas, e a violência de forma geral, a partir de um projeto de prevenção, elaborado e desenvolvido na escola pelos educadores, alunos e comunidade, como alternativa de formação continuada, pode se constituir na melhor alternativa para a prevenção do uso de drogas e da violência na escola.

3.3 O papel do educador e a educação diante da violência escolar

Considerando as grandes mudanças ocorridas no século XX, e partindo do pressuposto que a educação só pode ser compreendida em determinado contexto histórico, torna-se evidente a atenção de professores e educadores em geral, aos novos rumos a serem perseguidos daqui em diante.

La Tailler (2013) sugere algumas ações a serem colocadas em prática pelos educadores e pela escola: Deve-se promover a formação moral de seus alunos e que depende essencialmente da qualidade das relações sociais, nas quais as crianças e adolescentes evoluem. Não se trata de fazer discursos sobre o bem ou sobre o mau, mas de organizar o convívio escolar de forma que seja a expressão da justiça e da dignidade. Nem tampouco se trata de realizar ações pontuais (como organizar uma “Semana pela Paz”), mas de um trabalho constante e organizado.

Ainda segundo o autor referido, seria muito proveitoso que as escolas refletissem sobre os princípios que inspiram as regras de convívio, para que deixassem claros os princípios que inspiram as regras de convívio e esclareçam sobre a importância de tais princípios para toda a comunidade.

No entanto, quem mais tem contato com o aluno são os professores (educadores), assim cabe a eles sempre que possível abrir momentos para discussão acerca desse assunto. O tema sobre drogas e violência, não é de incumbência somente de determinadas disciplinas, mas sim deve ser contemplada em todas as disciplinas da grade curricular. Visto que, o professor desenvolve um grande poder de influência, além de ser um formador de opinião, e, é justamente nesse contexto que insere o seu papel.

Segundo Souza & Queiroz (2012), em um artigo sobre Violência escolar, o professor terá de refletir sobre as condições sociais de sua prática, demonstrando seu empenho em atuar de maneira que diminua os efeitos nocivos das desigualdades que atravessam as nossas escolas e a nossa sociedade, e este empenho se dará através de ações para a não violência. Para que isso aconteça é importante salientar a fundamental participação da gestão escolar nesse processo, aliado a programas de prevenção da política educacional.

Barreto et al (2010) fala sobre a responsabilidade que o professor tem no enfrentamento à violência e as condições de preparo profissional para que haja condição de exercer suas funções pedagógicas.

Os problemas de indisciplina e violência que penalizam um crescente número de escolas, apontam para o fato de que hoje é o próprio professor que tem de se fazer respeitar, e de conquistar a sua legitimidade junto aos alunos, condição fundamental para que possa exercer as suas funções pedagógicas. E para tanto ele precisa lançar mão de novas formas de convencimento, o que requer uma outra concepção de preparo e desempenho profissional. (Barreto et al, 2010, p. 40)

Valle & Mattos (2011) esclarecem que o professor é o principal agente do processo educativo e deve estar atento ao que acontece no âmbito da sala de aula, contudo grande parte dessa categoria, ainda não está preparada para lidar com as situações de violência em geral, com o *bullying* ou *cyberbullying*. Mas, isso não o exime de buscar ou propor orientações em relação às políticas da escola para a prevenção e o combate a violência. Assim, conhecer os programas e as políticas da escola para prevenção da violência é condição essencial para o trabalho em sala de aula. O professor tem a responsabilidade de se manter atualizado em relação às temáticas que envolvem o trabalho docente, participando de fóruns, seminários, congressos que debatem o assunto, procurando se formar, visto que ele é o agente do pelotão de frente no combate à violência na escola.

Tardif & Lessard et al (2008, p. 10) se referem às condições de trabalho exigidas na atualidade aos profissionais da educação, dizendo que: “A carga de trabalho dos professores é mais pesada do que antes, sobretudo mais absorvente, mais exclusivista e mais exigente, enquanto os meios e os financiamentos encolhem”.

Parrat-Dayán (2011) escreve que, a educação é vista como um processo integral que permite às crianças e aos jovens aprenderem a pensar, raciocinar, sintetizar, ser responsáveis, praticar as virtudes de solidariedade e de amor ao próximo. Pretende-se que a educação estimule a criatividade, o espírito científico, o espírito literário e artístico. Espera-se que ela contribua na construção da identidade e da autoestima, que incite ao respeito dos direitos

humanos e dos valores étnicos, e, que permita desenvolver relações de amizade e de solidariedade com os outros.

se esse processo for levado a sério, o professor e a escola terão um espaço muito grande, com horas e anos na educação para a formação humana e a construção da pessoa. Assim o professor deve utilizar de ferramentas como: o diálogo, relacionar a teoria e a prática, ser sempre o mediador entre o conhecimento e a disciplina, é possível ensinar aos alunos a serem responsáveis pelo respeito e pelas regras comuns e simples da escola, além de ensiná-los a desenvolver a pesquisa multidisciplinar e promover projetos que transformem as condições de vida e de trabalho de alunos e professores. É imprescindível que a formação do professor e a investigação psicopedagógica, sejam essenciais para que isso seja possível. (Parrat-Dayan, 2011, p. 104)

Ainda segundo a autora supramencionada, o papel do professor não é o de comunicar o saber, mas sim o de guiar e acompanhar o aluno nas suas investigações, tentativas, atividades e iniciativas. O papel do educador é o de ajudar os alunos na definição dos problemas, na formulação das perguntas na análise dos dados e na construção das respostas. Este educador adapta suas intervenções às necessidades de cada um e desenvolve uma pedagogia ajustada e baseada no diálogo que supõe trocas dialéticas entre educador - alunos e aluno - educador. Dessa maneira, o professor tentará ajudar o aluno a desenvolver sua capacidade de aprendizagem, e, a tomar consciência de suas próprias estratégias de aprendizagem.

Tudo isso nos leva a definir qual é o papel do professor, além de ser um mediador de tarefas construtivas dos alunos, é personagem chave no que se refere ao desenvolvimento de interações positivas; portanto ele desenha, em colaboração com toda a equipe educativa, uma estratégia que mostre aos alunos a necessidade de escutar, de dialogar, de ter tolerância, de enfrentar os conflitos, de reconhecer os erros e de conseguir progressivamente a independência. Com esse aluno, a aula transforma-se num espaço de investigação, debate e construção solidária e cooperativa. Nessa sala de aula não existem problema de indisciplina. (Parrat-Dayan 2011, p.117)

Quando se trata de equipe pedagógica, se quer admitir todos os profissionais inseridos no processo de ensino aprendizagem. Pois, são profissionais que estão envolvidos na formação integral dos alunos e na organização da escola como: o professor, o supervisor, o orientador educacional, o diretor da escola e toda a equipe multidisciplinar que está envolvida nos Projetos da escola.

O pedagogo tem a necessidade de cumprir o seu papel na esfera escolar e não mais ser apenas alguém que “apaga incêndios”, “acalma os ânimos”, uma vez que isso qualquer um pode fazer sem precisar estudar anos para se graduar. O professor por sua vez é peça fundamental no processo educacional, porém ele é esmagado pelo sistema que não lhe dá

condições necessárias para desempenhar satisfatoriamente esse papel, e ainda, é acusado de responsável pelo fracasso do ensino.

Libânio (2001) faz a seguinte indagação: Quem então pode ser chamado de Pedagogo? É o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista os objetivos de formação humana, previamente, definidos em sua contextualização histórica. É nesse entendimento que é possível falar em três tipos de pedagogos:

- 1) O Pedagogo lato sensu, aquele que se ocupa do domínio e problemas da prática educativa, aqui se incluem os professores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- 2) O Pedagogo stricto sensu, como aqueles especialistas, que sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional, trabalha com atividade de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresa, escolas ou outras instituições ;
- 3) O Pedagogo ocasional, que dedica parte do seu tempo em atividades conexas a assimilação reconstrução de uma diversidade de saberes. (Libânio, 2001, p. 153)

Crispino & Crispino (2002) diz que num mundo onde as mudanças ocorrem muito rápido, a criatividade, a adaptação com o novo e a postura reflexiva podem favorecer a conduta e a ação dos gestores. Para atender a infinidade de lacunas que aparecem no espaço da escola, é realmente necessário reinventar o cotidiano, pois a violência ocupa lugar de destaque pelas consequências de curto e até longo prazo, que podem vir a se fixar no ambiente educacional.

Sendo assim, a participação dos diversos seguimentos comunitários e o envolvimento da maioria dos profissionais do ensino na elaboração de uma proposta de trabalho preventivo contra a violência nas escolas, coerente com o seu Projeto Político Pedagógico, poderá contribuir com a redução da Violência no ambiente escolar.

Há que se considerar que a exigência social de educação e varia segundo cada comunidade. Assim a exigência atual do papel do diretor de escola, é a de que este seja também um agente do desenvolvimento comunitário, configurando a escola como um projeto de desenvolvimento pela escola. Nesta perspectiva, a UNESCO (2004) em parceria com a UNICEF propõe manter a escola aberta nos finais de semana para trabalhos com a comunidade. Esta proposta da UNESCO no Brasil propõe que em parceria com os governos estaduais e municipais as escolas públicas sejam abertas nos finais de semana, mesmo em comunidades em situação de vulnerabilidade social e que apresentam altos índices de

violência juvenil. O Programa “Abrindo espaços: Educação e Cultura de Paz” visa oferecer aos alunos e suas comunidades, atividades culturais, esportivas, artística e de lazer nas escolas, com a intenção de contribuir para a redução das violências e para a promoção de uma cultura de Paz e não a violência.

Segundo Carapeto - Ferreira (2013) a figura do Pedagogo (supervisor escolar), numa escola de qualidade é marcada por compromissos, e trabalho qualificado, principalmente pela responsabilidade com a “emancipação” humana, que dará o verdadeiro significado da qualidade do trabalho pedagógico.

A qualidade do trabalho educacional e da formação humana possui relevância no compromisso do pedagogo dentro do espaço escolar. Isto propicia a transformação de caráter humanizado, ou seja, forma indivíduos mais humanos em meio a uma sociedade alvo de guerras, conflitos, desigualdades, fome, pobreza, individualismo, entre outros, o que faz ser o trabalho educacional bastante desafiador.

Na ótica dos autores acima a escola será mais humanizada e torna-se um instrumento de mudanças sociais para todos os indivíduos que estão envolvidos no processo de ensinar e aprender. É imprescindível a ação do professor, é essencial que ele tenha consciência de que uma boa convivência com o aluno deve ser precedida de um bom diálogo.

Demo (2011) fornece uma definição simples sobre o “bom docente”, dizendo que este não se caracteriza somente por dar uma boa aula, ele precisa superar tirocínio árduo e duramente avaliado, implicando processo formativo exigente. Desconstruir e construir conhecimento, uma dinâmica típica do conhecimento inovador. Docência é autoria, pesquisa, texto próprio.

A figura do professor tradicional segundo o autor, não combina nem com o que se entende hoje por conhecimento, muito menos com aprendizagem. Em geral esse docente não sabe produzir conhecimento com autoria e autonomia, nem sabe aprender bem. Não por “culpa”, mas por deformação durante o curso superior, e chegam à escola, incapazes de libertar-se desta prisão intelectual. Só se sabe dar aula pura e simples.

Gadotti (2012) diz que, o educador consciente dos limites de sua ação pedagógica, procura educar-se educando, aprender ensinando, sem renunciar ao risco de indicar o caminho. Desta forma, a falha fundamental de algumas pedagogias chamadas “não diretivas”, consiste na renúncia ao que é essencial à tarefa pedagógica, ou seja, assumir o risco de indicar uma direção a seguir. O educador com isso pode errar, e caso descubra que errou, poderá modificar a sua orientação. A direção apontada pelo educador nasce no diálogo que foi

estabelecido entre ele e o aluno. É preferível um educador manipulador e direcionista, do que um pseudoeducador, incapaz de posicionar-se e assumir-se como educador. E ainda, o educador não é nunca simplesmente um papel, uma função, um personagem, uma ruela residual da máquina educativa; e se assim o for, é porque se demitiu como pessoa.

Segundo Gadotti (2012), não basta ser competente para ser educador. É necessário, se ter consciência política para definir se o indivíduo é ou não educador. Sua formação se dará a partir de uma sólida formação política social. Que os cursos de pedagogia sejam verdadeiros laboratórios de análise da sociedade em que se vive. É na prática que se encontra a necessidade de recorrer à teoria para compreendê-la melhor, pois as teorias escondem o essencial, e a realidade muitas vezes não se adapta a nenhuma teoria.

Carvalho (2013) diz que o professor deverá demonstrar domínio sobre questões de violência na escola e em seu entorno, bem como as práticas de *bullying* e indisciplina, procurando incentivar o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos e de toda a comunidade escolar, preparando-os para enfrentar os conflitos sociais, as desigualdades, o racismo e os preconceitos.

A abordagem da revista eletrônica da TV Escola, um **Salto para o Futuro** (2013), reforça a ideia de que o Papel do Educador no enfrentamento da violência é fundamental para que qualquer ação no contexto escolar tenha sucesso, seja pela capacidade de dialogar ou pela articulação com outros seguimentos. Para atingir este objetivo é necessário que o educador crie formas de aprendizagens que valorizem a produção de sentimentos positivos. Uma das formas é rever os Parâmetros Nacionais Curriculares e os modelos de aprendizagens que fazem parte da instituição escolar (TV BRASIL, 2014).

O educador precisa desenvolver competências para ações de educação e saúde, e ter acesso a conteúdos técnicos qualificados sobre temas que trate dos preconceitos sobre os usuários de droga. O insucesso muitas vezes está baseado no enfoque do assunto sobre uma única perspectiva. Enquanto, o educador apresentar sentimentos negativos em relação às drogas, será impossível se comprometer com o trabalho preventivo.

Na pesquisa realizada por Rodrigues (2011) com professores do Estado Goiás informa que, a escola necessita de segurança, grades e sistemas de alarme. Esse quadro, no entanto, parece não ser percebido pelos alunos como uma violência contra a escola. Outro fator que nos chamou a atenção foi que, embora os professores, de modo geral, se mostrem atentos para a violência visível estampada na escola, não se sentem envolvidos nela. Em

alguns discursos eles colocam seus alunos como sujeitos sem futuro, sem perspectiva, e, de certa forma, os discriminam, manifestando uma violência invisível.

A revista eletrônica SESI (2013), o educador é fonte de inspiração e modelo para os alunos. Todo movimento exercido por ele pode ser imitado, avaliado ou reprimido. Suas atitudes pessoais de cuidado com a saúde, o meio ambiente e a sociedade podem ser observadas e seguidas.

O professor é essencial para o enfrentamento desta questão em razão de sua proximidade com os alunos. A construção coletiva do conhecimento, mediada pelo professor pode proporcionar informações claras sobre os efeitos das drogas para o jovem, sua família e a sociedade. É importante exercitar a reflexão sobre seus contextos e determinantes sociais, políticos, econômicos, históricos, biológicos, culturais e éticos. O professor deve buscar constantemente conhecimentos científicos e novas práticas de prevenção às drogas, com vistas à conscientização dos alunos. Além disso, é seu papel contribuir com a formação de sujeitos transformadores da realidade (SESI, 2014).

Portanto, são o professor e o pedagogo que devem assumir o papel de mediadores dos conflitos escolares munidos de muita compreensão, tolerância e bastante diálogo. Que essa função seja ampliada entre outros membros da escola e principalmente com o chamamento da família para a participação do enfrentamento à violência no interior da escola.

CAPÍTULO IV - O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

O relatório para a UNESCO (1996), comissão Internacional sobre educação para o Século XXI reforçam que: “A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação, e assegura por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como transmissão dos valores e normas”.

Educar as crianças e jovens deve ser responsabilidade primordial da família, lembrando também que o Estado tem grande parcela de contribuição nesse processo. Sabe-se que os pais possuem a obrigação primordial de sustentar os filhos e por isso saem para trabalhar deixando-os às vezes sozinhos ou sob os cuidados de irmãos menores, dos avós ou outros parentes.

Na visão de Valle & Mattos (2011), o convívio familiar é fundamental para o ser humano, pois a família é o elemento básico da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem estar de todos os seus membros, em particular das crianças. A família é o grupo social que oferece as condições de desenvolvimento satisfatório da personalidade de uma pessoa, garantindo vínculos estáveis com a própria família, parentes ou adultos que cumpram o papel de ser referência da criança. Logo, não existe segundo as autoras, um único padrão de estrutura familiar hoje, e declaram que:

Com a mudança das leis que reconhecem os direitos das mulheres, da criança e do adolescente, que antes não eram beneficiados por esses recursos, muitas situações mudaram na família.

A união e separação de casais também tiveram suas regras alteradas. Nas famílias atuais, existem diferentes estruturas: pais separados, mulheres ou homens que criam sozinhos os seus filhos, casais homossexuais, crianças educadas por avós, tios e outros.

O desejo é de preparar a criança para o mundo, e assim, a família precisa interagir de perto com os demais ambientes que se ligam às crianças, especialmente à escola, onde a criança parte a maior parte do tempo.

A violência é um problema resultante de inúmeros fatores, e a família é o maior recurso que existe na expectativa de um futuro melhor, a partir das crianças. Mas como lidar com os comportamentos agressivos das crianças? Como lidar com a violência na educação? Como lidar com programas e jogos violentos, incentivados pela mídia? Como transformar as notícias da realidade à nossa volta?. É recomendável em caso de dúvidas diante de tantas perguntas, buscar a orientação de um psicólogo ou especialista que poderá restabelecer a segurança. (Vale & Matos, 2011, p. 94)

Enfim, não se resolve o problema da violência, com outra violência. Os pais conseguem mais, quando não assumem o papel de punir ou controlar as crianças, e assim

mostram que estão ao seu lado primando pela construção de relacionamentos cooperativos, que oferecem muitos e melhores resultados. Os pais podem ajudar a criança a estabelecer formas valorizadas de ajudar os outros para terem experiências satisfatórias, das quais se orgulhem, aprendendo a cuidar em vez de prejudicar ou destruir.

Bittar (2010) acredita que a família tem a função primordial de proteção, dando apoio emocional para a resolução de problemas e conflitos, podendo formar uma barreira defensiva contra agressões externas. A família ajuda a manter a saúde física e mental do indivíduo. Ainda segundo a autora, a criança em sua necessidade básica, remete à figura de sua mãe, que a alimenta, protege, ensina, criando um apego individual seguro. A falta de afeto no seio familiar não desenvolve a capacidade da criança de confiar e de se relacionar com o outro. Portanto, a família assume um papel socializador muito importante, pois é ela quem modela o comportamento e o sentido de identidade da criança.

Charlot (2005) diz que certos alunos sofrem de “deficiência sociocultural”, de carências, que são relacionadas as suas condições de vida familiares e sociais. São vítimas do baixo nível cultural de seus pais, das más condições de trabalho em casa, da violência do bairro, das drogas, da televisão, enfim, de tudo o que contraria os esforços dos professores.

Como descreve esse autor, as crianças são vítimas da vulnerabilidade social. E acabam assumindo muito cedo, algumas responsabilidades inerentes a de um pai ou mãe de família como, lavar, cozinhar, cuidar da casa e dos irmãos menores, e ainda, precisam se preocupar com as tarefas da escola e a obrigação de estudar para as avaliações diárias. Isto significa queimar etapas da sua infância, não tendo tempo suficiente de brincar e viver como crianças. Aí reside o grande problema, pois uma criança, primeiro necessita do cuidado dos seus pais, ou de um adulto que possa lhe cobrar pequenas tarefas, principalmente a de ir à escola, e de fazer as tarefas escolares.

Muitas vezes recebemos crianças na escola sem o material básico para realizar as tarefas, sem o caderno ou o lápis, sem as tarefas realizadas, ou a assinatura de um responsável no caderno. Qualquer pai ou uma pessoa adulta deve ter a capacidade de fazer este pequeno acompanhamento a uma criança. (Charlot, 2005, p. 81)

Parte dos pais dos alunos não tem acesso a informações, dessa forma não possuem também condições mínimas para auxiliar os filhos nas atividades escolares. E o acompanhamento da família, deixa a desejar no que diz respeito à formação educacional, à vida dos filhos na escola, como também à interação entre pais e filhos com relação aos assuntos educacionais. Por outro lado, nada disso tem a ver com os princípios e a formação moral e ética que os pais devem repassar aos seus filhos.

As questões de respeito ao outro, sejam novos ou mais velhos, e aos professores que estão à frente da educação, ajudam sobremaneira na formação das crianças contribuindo para a transformação educativa de cada um, deve ser a tônica da fala e do aconselhamento.

No artigo intitulado “Violência: na família, na escola e na sociedade”. De quem é a responsabilidade? Gasparine (2010) escreve que é importante considerar que os pais também apresentam os mais variados comportamentos: excessivamente condescendentes com os filhos, alguns presentes e outros totalmente ausentes em suas vidas e atividades. Guardiões da moral e dos valores, muitas vezes equivocados, em nada auxiliam na formação dos jovens e adolescentes. A permissividade é tão danosa quanto à indiferença – fatores de que levam a falta de autoridade dos pais e conseqüentemente atitudes de violência até contra eles mesmos. A origem destes comportamentos vem da educação, a primeira instância dos lares (Unicastelo, 2013).

É possível que a família possa contribuir significativamente para conter a indisciplina e a violência na escola, mas para isto, é preciso que seja resgatada a prática do diálogo no ambiente familiar, a prática de participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos, indo às reuniões, procurando saber da vida dos filhos, seus medos, angústias, e suas conquistas bem como suas expectativas e possibilidades de realizações com relação ao futuro.

A fala da autora confirma a falta de diálogo entre as pessoas da família e principalmente entre pais e filhos, o que caracteriza a falta de importância que a família dar no acompanhamento dos seus filhos, sua educação e formação. Pode-se fazer uma consideração que isso não acontece apenas em família pobres, mas também naquelas que possuem um nível sócio econômico mais elevado.

Conforme diz Robaina (2010), muitas vezes o jovem parece não dar importância à sua vida, nem à do próximo, pois ele não tem onde se apoiar. Essa falta de amparo se reflete no seu desenvolvimento e este acaba se envolvendo em drogas. Por sua vez a família, maior fonte de afeto e de princípios, com frequência não cumpre o seu papel.

De modo geral, as famílias são atingidas pelas drogas na sociedade. Tanto as famílias de classe média, alta ou baixa apresentam problemas de estruturação. Nelas os jovens não encontram condições sadias a um desenvolvimento adequado, com vistas a se tornarem cidadãos participativos na sociedade. Na falta de esteio e de bons exemplos, buscam nas drogas a solução de todos os seus problemas.

Diante do disposto na legislação quanto ao poder familiar, compete aos pais o dever de cuidar da criança, atendendo-a em suas necessidades básicas, entre elas a questão da

educação. O não cumprimento deste dever caracteriza negligência ou omissão de cuidado dos pais, justificando uma intervenção do Conselho Tutelar (Ministério Público de S/P, 2014).

Costa (2011) afirma que a causa da violência na escola é a de que os professores pesquisados identificam como desestruturação familiar. Para eles isso significa diversos fatores: pais traficantes ou usuários de drogas; pais alcoólatras; mães que se prostituem; crianças que foram abandonadas; pais que não sabem como agir diante de determinadas atitudes dos filhos; famílias onde há muita desavença; maus exemplos dos pais; familiares que veem à escola agredir outros alunos ou professores e pais que não têm objetivos ou perspectiva de vida.

Como se ver os jovens não são violentos por que querem, ou por que sentem prazer nos seus atos violentos, mas porque trazem das suas famílias as mazelas sociais e psicológicas, que vão se refletir no interior da escola.

Segundo Oliveira & Menin (2012) pode-se dizer que, tanto a família como a escola, deve assumir o compromisso de educar moralmente as crianças e adolescentes. No entanto, vemos que há uma discordância sobre o quanto cabe a um ou ao outro fazê-la, sendo comum uma cobrança mútua em relação à formação moral das crianças e adolescentes, bem como um jogo de culpa. De um lado, a família atribui a formação e educação dos filhos à escola, principalmente pela falta de tempo com estes; e, de outro, a escola concebe-se como responsável apenas por desenvolver as competências intelectuais, atribuindo à família a responsabilidade de educá-los moralmente.

Robaina (2010) diz que, quando a família está doente, deve-se promover uma reflexão sobre as principais questões que levaram a este estado. Questões referentes aos conflitos que acontecem entre os membros desta família devem se passar por reflexões e terapias com reconhecimento de regras e criação de oportunidades, para que aconteça possíveis mudanças, as quais são necessárias para a retomada de rumos e de valores.

A família quase sempre não pode fazer nada quando sente as dores da violência, apenas os comportamentos sintomáticos aparecem. E o jovem externa estes comportamentos no ambiente escolar.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO V - METODOLOGIA

5.1. Caracterização do problema

Para tornar a pesquisa significativa e concreta sobre a “Importância da atuação de uma equipe pedagógica no combate à Violência Escolar”, optou-se em analisar a atuação, as dificuldades e as várias situações vulneráveis e de violência, pelas quais passam os profissionais de a equipe pedagógica na escola, composta por professores, gestores, vices diretores e coordenadores. Dessa forma, utilizou-se de abordagens quantitativas e qualitativas, além de técnicas de coletas de informações, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica.

Segundo Demo (2000), a pesquisa bibliográfica ou teórica é “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista em termos imediatos aprimorar fundamentos teóricos”. O autor trata a pesquisa empírica como possibilidade que oferece maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural.

“O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática” (Demo, 1994, p.37).

A população alvo da pesquisa foi a equipe pedagógica das escolas (professores, diretores, vices diretores, pedagogos ou coordenadores), e o lócus empírico a Escola pública de Ensino fundamental (5^a à 9^a séries), e Ensino Médio Regular, de três Bairros periféricos de Belém: Pedreira, Sacramento e Telégrafo. A pesquisa foi realizada apenas em Escolas com um total de mais de quinhentos alunos matriculados.

Com o objetivo de ampliar o estudo já existente sobre o tema, optou-se por realizar uma pesquisa teórico empírica sobre Violência escolar, além de complementar o assunto sobre a atuação da equipe pedagógica no combate à violência escolar, as formas pelas quais os profissionais, professores e pedagogos, realizam atividades que auxiliem no combate aos atos violentos no interior ou no entorno da escola.

Num primeiro momento, os dados foram coletados através de instrumento bibliográficos, de caráter qualitativo; numa segunda fase utilizou-se primeiramente um questionário piloto, respondido por dez professores de escolas de bairros diferenciados, para se chegar a um instrumento definitivo e de caráter quantitativo, para ser aplicado no lócus da pesquisa.

As perguntas do instrumento de pesquisa se referem aos casos de violência contra BENS MATERIAIS: depredação (prédio, imobiliários, ambientais etc.), pichações, danos de veículos, arrombamentos, explosão de bombas, furtos; contra PESSOAS: desacato (contra professores, funcionários, ou direção), *Bullying*, racismo, briga (agressão física entre alunos), invasão de estranhos, porte ou consumo de bebida alcoólica, tráfico/porte e consumo de drogas, ameaça de morte (contra alunos, professores, funcionários ou diretores, porte ou uso de arma, outros; contra a DIGNIDADE SEXUAL: estupro (entre professores e alunos, entre alunos), prostituição, outros. Além dessas questões, os professores e pedagogos responderam se haviam registro de Boletim de ocorrência nos dois últimos anos; qual o turno mais violento; quantos alunos estão cumprindo medidas sócio educativas e se há programa de inclusão para estes alunos.

As questões adaptadas e ampliadas no referido questionário, investigaram a insegurança dos profissionais no local de trabalho; as dificuldades encontradas no combate à violência escolar; de que forma a violência é combatida na escola; como a violência compromete o ensino aprendizagem. Dessa forma, possibilitou a ampliação de questões de ordem pedagógicas ao questionário final.

O lócus da pesquisa possui uma população de aproximadamente 12.176 (doze mil cento e setenta e seis) alunos matriculados, que compreende as nove escolas escolhidas, as quais possuem cursos de Ensino fundamental e ensino médio.

Os dados finais foram analisados inicialmente com a tabulação de cada questionário. Numa segunda fase foram computados os dados por escola e finalmente os dados foram analisados pelo conjunto de escolas dos bairros pesquisados, dando um resultado geral das respostas por bairro. Após esta análise levantou-se os gráficos, fornecendo o resultado final por cada bairro.

A aplicação do questionário de pesquisa atende às normas da resolução 196/96. Na realização da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que foi assinado por todos os participantes no momento da entrega do questionário.

5.2 Aplicação do questionário

A partir de um modelo de questionário sobre Violência Escolar, elaborado pelo Ministério Público e utilizado nas escolas públicas do estado, fez-se uma adequação do mesmo, ampliando com questões pedagógicas relacionadas ao tema.

Após a espera durante dois últimos meses do ano de 2013 - o período de greve dos professores do Estado – em que já se havia selecionada a população alvo e o lócus empírico, visitou-se as escolas na primeira semana de janeiro de 2014, para solicitar aos diretores agendamento e autorização para se aplicar os questionários, e entregar a Carta de apresentação, o que foi concretizado com a aplicação do questionário, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

Observou-se que o tema pesquisado sobre Violência escolar, que na visão da pesquisadora, causou constrangimento a alguns profissionais de algumas equipes, por se tratar de um tema com os quais alguns já haviam se envolvido, e portanto, não queriam retomar o envolvimento. Nota-se que uma minoria se recusou a falar sobre a violência que acontece no ambiente escolar, outros querem desabafar para pedir que alguma coisa seja feita pelos órgãos responsáveis, porém a maioria dos diretores não se opôs, e garantiram espaço para a aplicação do questionário.

Mesmo não sendo um período muito propício, por causa da elaboração de um novo calendário para repor os dias de greve, realizações de provas, recuperações dos alunos e atividades complementares das equipes pedagógicas, todos nos receberam bem. E, se comprometeram em participar livremente da pesquisa. Apenas uma das escolas pesquisadas, na Escola G* que também estava na relação da pesquisa não foi possível a aplicação do questionário, por estar em reforma estrutural do prédio, e os professores dispensados para o recesso escolar. Uma pedagoga (coordenadora) da escola A, se recusou a participar da pesquisa por questões particulares, mas deu a atenção especial no sentido de fazer os encaminhamentos aos profissionais que estavam presentes no dia da visita. Um professor da escola D, não quis participar, disse que o horário era impróprio pra ele, pois era seu horário de descanso.

A estratégia de abordagem utilizada teve início com a explicação antecipada dos objetivos da pesquisa e apresentação do questionário aos grupos de profissionais, antes ou no horário do intervalo, como também foi realizada a abordagem individual, trinta minutos antes dos horários de entrada para não prejudicar o andamento das aulas ou dos trabalhos dos professores. Sempre sob a orientação do diretor ou coordenador do turno. Conforme o quadro abaixo é possível verificar o número de Professores e Pedagogos das escolas que colaboraram livremente na realização do questionário.

5.3 A população investigada

A amostra da pesquisa é composta por professores, pedagogos (coordenadores, diretores e vices diretores), num total de 112 profissionais, identificados na pesquisa por ED (Educador). Os Educadores que deram depoimentos foram numerados de 1 (um) a 15(quinze). O lócus da pesquisa foi identificado como (Escolas A, B, C, D, E, F,G*, H, I), Não foi possível a realização da pesquisa na Escola G*, indicada no quadro acima, por estar em período de recesso dos Professores e Reforma da estrutura física da Escola.

Quadro 1. *Participação das Escolas e Número de Profissionais Pesquisados.*

Total de participantes da pesquisa: 112

Número	Identificação da Escola	Nº de Pedagogos	Nº de Professores	Questionários aplicados	Questionários devolvidos
01	Escola A	03	11	14	14
02	Escola B	03	07	10	10
03	Escola C	02	07	11	09
04	Escola D	01	14	16	15
05	Escola E	03	14	17	17
06	Escola F	03	15	18	18
07	Escola G*	-	-	-	-
08	Escola H	03	11	14	14
09	Escola I	05	10	15	15

*Escola em reforma e Professores em recesso escolar.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

CAPÍTULO VI - RESULTADO DA PESQUISA.

Apresentação dos resultados coletados, obtidos por meio do instrumento de pesquisa (o questionário), aplicado aos professores e pedagogos que fazem parte da Equipe Pedagógica das Escolas A, B, C, D, E, F, G*, H, I dos Bairros da Sacramento, Telégrafo e Pedreira. Apresentaremos uma leitura interpretativa dos dados coletados de acordo com a pesquisa teórica indicada no trabalho.

Quadro 2. *Tempo de Atuação na Função dos Participantes da Pesquisa.*

Ano	Esc A	Esc B	Esc C	Esc D	Esc E	Esc F	Esc G*	Esc H	Esc I
1 à 5 anos	8	2	2	4	4	3	-	5	3
6 à 10 anos	2	3	1	4	2	8	-	5	2
11 à 20 anos	3	4	5	5	7	6	-	3	5
21 à 30 anos	1	1	1	2	4	1	-	1	5

Fonte: Pesquisa direta (2014)

6.1 Tempo de atuação na função dos participantes da pesquisa

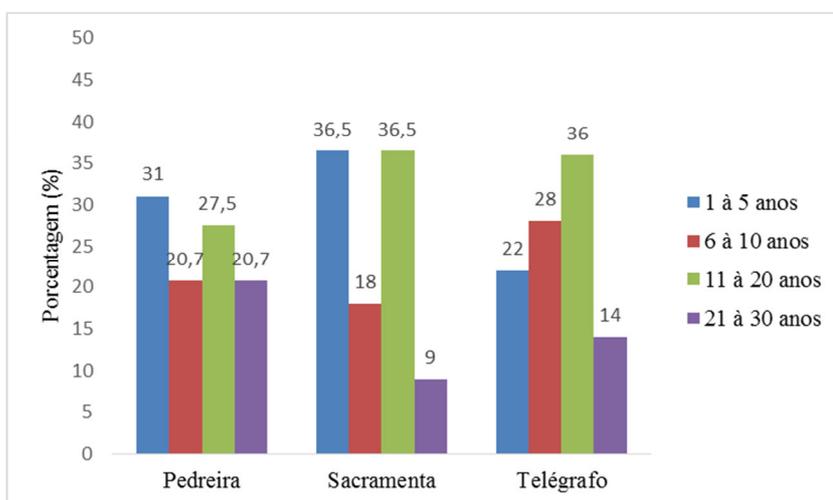


Gráfico 1. Tempo de atuação na função

Fonte: Pesquisa direta (2014)

Os resultados no quadro acima, sobre o tempo de atuação na função dos educadores pesquisados demonstram que as Escolas nos bairros do Telégrafo, Sacramento e Pedreira

estão lotadas com profissionais com uma faixa intermediária de tempo de trabalho, ou seja, entre 11 a 20 anos na função. Observa-se ainda, que há uma equivalência com a maioria, que é de profissionais que estão no exercício da função entre 1 a 5 anos de trabalho, portanto sem a experiência necessária para o enfrentamento à violência que ocorre no interior da Escola.

Como se relatou anteriormente na pesquisa teórica, (item 3.1) que trata sobre a Formação Inicial dos Professores e o Impacto com a prática educativa – Perrenoud (2002) que descreve as características de um professor principiante, como sendo um profissional que está abandonando sua identidade de estudante para adotar a identidade de um profissional responsável, que passa por um estado de sobrecarga cognitiva devido ao grande universo de problemas que tem de enfrentar. Este período de transição está entre os modelos aprendidos durante a formação inicial e a prática adquirida no novo ambiente profissional.

As escolas públicas do Pará absorvem em seu quadro administrativo, educadores que são lotados por concurso público. O Estado efetiva o profissional por 25 a 30 anos de contribuição, conforme regulamenta o Estatuto do Magistério, ou por contrato de trabalho. Estes contratos normalmente são cargos adquiridos por indicação política, para o profissional exercer a função por apenas um ano, conforme determina o Ministério Público do Estado. Não há estabilidade profissional para os contratados, por isso há grande rotatividade de professores nas escolas estaduais.

É possível verificar que isto é um agravante para se estabelecer na coletividade ou no grupo de professores e pedagogos, proposta ou projetos políticos pedagógicos que fortaleçam as normas ou bases de convivência para fazer um trabalho pedagógico com lucidez, coragem e segurança no que diz respeito à violência escolar, uma vez que a cada ano sai um grupo, que já está integrado ao trabalho, e entra outro para iniciar tudo da “estaca zero”, e recomeçar o trabalho pedagógico nas escolas públicas de Belém.

Dos 112 professores pesquisados, com relação ao tempo que exercem na função, em primeiro lugar estão os profissionais que já possuem de 11 a 20 anos, num percentual de 27,5% dos profissionais do Bairro da Pedreira, 36,5% do total dos profissionais da Sacramenta e dos 36% dos profissionais do Telégrafo; em segundo lugar são os que exercem a função em média de 1 a 5 anos, com 31% dos profissionais da Pedreira, 36,5% da Sacramenta e 22% do Telégrafo; em terceiro são os pesquisados que exercem a função de 6 a 10 anos; e em quarto lugar estão os que exercem a função de 21 a 30 anos.

Na análise deste questionamento observou-se que o índice de tempo na função é menor para os profissionais com maior tempo exercendo a função, porém foram os que mais

contribuíram com depoimentos, pela experiência e convivência com os atos violentos na escola.

6.2 A escola registrou algum tipo de ocorrência nos dois últimos anos?

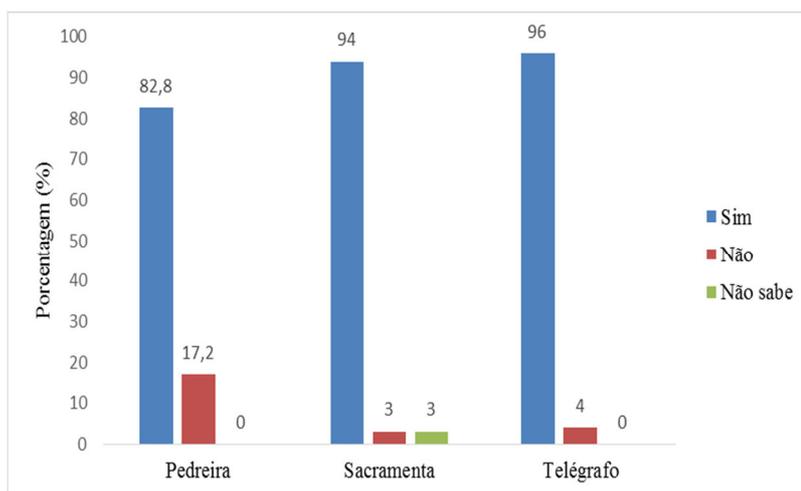


Gráfico 2. Registro de violência na escola.
Fonte: Pesquisa direta (2014)

Todas as escolas pesquisadas registraram casos de violência nos dois últimos anos. O percentual total é de 92% de registros de violência, esses dados nos dizem que as escolas estão impregnadas de atos violentos, que na verdade é o reflexo dos transtornos sociais pelos quais passa a sociedade. Os resultados mostram as escolas da Pedreira com 82,8%. Nas escolas do bairro da Sacramento com 94 %, as escolas do Telégrafo com 96 %. Comprova-se que as escolas do telégrafo registraram mais ocorrências de atos violentos nestes dois últimos anos. Este é o ponto em que se encontram as escolas públicas com relação ao índice de violência.

Pontes & Cruz (2010) declaram que ao lado das violências mais aparentes que afetam as pessoas, existe e se expande a violência “invisível” ou tolerada. A qual se manifesta com humilhações, perseguições, ofensas, que se transvestem em alguns casos de “brincadeiras” de crianças e jovens. É o caso do *bullying* e do assédio moral. Violências que muitas vezes quando toleradas ou até estimuladas pelas escolas, dão lugar a graves agressões, chegando até o homicídio.

Os autores responsabilizam o próprio Estado, que não dá garantia dos direitos de educação iguais a todos, aparece como ente violador dos direitos desses educandos/educadores: seja por ação ou por omissão. Ação quando oferece uma política

educacional sem um mínimo de qualidade, e de desrespeitar o cidadão; ou omissão quando presta serviços educacionais de forma descontínua ou excludente. Isso é o que se chama de violência.

A escola deveria ser o lugar para tentar reverter as situações de conflito da sociedade, e muitas responsabilidades são delegadas à escola e aos educadores, com cobrança de todos os tipos e de todos os setores da sociedade.

Nunes (2011) diz que a escola é o local adequado para aprimorar o nosso potencial de vivermos juntos, de alcançarmos objetivos comuns criando habilidades de relacionamentos e de difundirmos práticas de solidariedade e de cooperação. Um dos grandes desafios da educação é buscar a autonomia dos jovens e possibilitar a construção da capacidade deles de relacionar-se com eles mesmos, com os outros e com o mundo.

6.3 Turno em que ocorre maior frequência de casos de violência

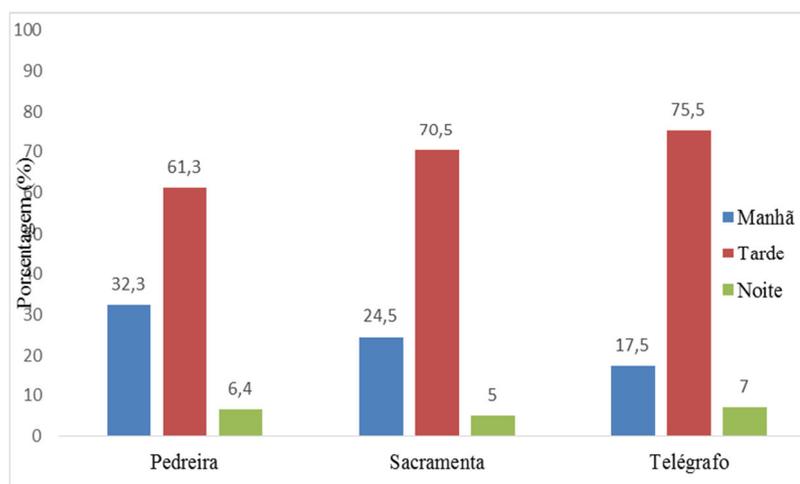


Gráfico 3. Turno com maior índice de violência

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Com relação aos turnos com frequência maior de violência, a pesquisa detectou em todas as escolas pesquisadas, nos três bairros, que o turno da tarde é o mais violento. Os dados demonstraram que nas escolas A, B,C (Sacramento) 70,5 % consideraram o turno da tarde o mais violento; nas escolas D,E,F (Telégrafo) 75,5 % confirmaram o mesmo; e nas escolas H, I (Pedreira) 61,3 % fizeram a mesma indicação.

As falas comuns que se pode ouvir nas escolas, são de que os alunos ficam mais agitados em consequência do horário mais quente, os professores por sua vez já chegam

cansados do trabalho do primeiro turno e não possuem a mesma calma ou tolerância para encaminhar as questões referentes aos atos violentos que ocorrem em sala de aula. Belém é uma cidade com temperaturas elevadas e chuvas frequentes todas as tardes.

Nossas escolas não possuem uma estrutura arquitetônica que favoreça a situação do clima, por isso o aluno a tarde é mais indisposto para estudar, mal humorado e conseqüentemente menos tolerante, os atos de agressão física ocorrem mais frequentemente neste turno.

O segundo turno onde ocorrem atos violentos nas escolas é o turno da manhã, a pesquisa demonstrou que o grupo de escolas de cada bairro, 10 profissionais deram esta resposta sobre a violência do turno da manhã, o que não deixa de ser uma preocupação aos profissionais, porém é possível observar ser um turno mais bem servido com relação ao atendimento escolar, não há falta excessiva de professores, e com relação ao clima o ambiente fica menos hostilizado pelo calor e pela chuva.

6.4 Tipos de violências ocorridos na escola nos dois últimos anos

As alternativas relacionadas à questão sobre os tipos de violência têm como objetivo identificar a violência ocorrida nos dois últimos anos nas escolas investigadas se referem aos atos violentos contra a estrutura física da escola, aos bens materiais, contra pessoas e contra a dignidade sexual.

Costa (2014) diz que as ameaças a professores e funcionários, a discriminação, o preconceito, a falta de autoridade do mundo adulto e a incapacidade dos profissionais gerirem de forma democrática a escola, explicam parte das ocorrências de violência escolar.

Na maioria das vezes estas ações são cometidas por alunos e ex-alunos, que nem sempre tem conseqüências significativas. Ações desta natureza são tratadas pelos pesquisadores como incivilidade.

6.4.1 Contra bens materiais

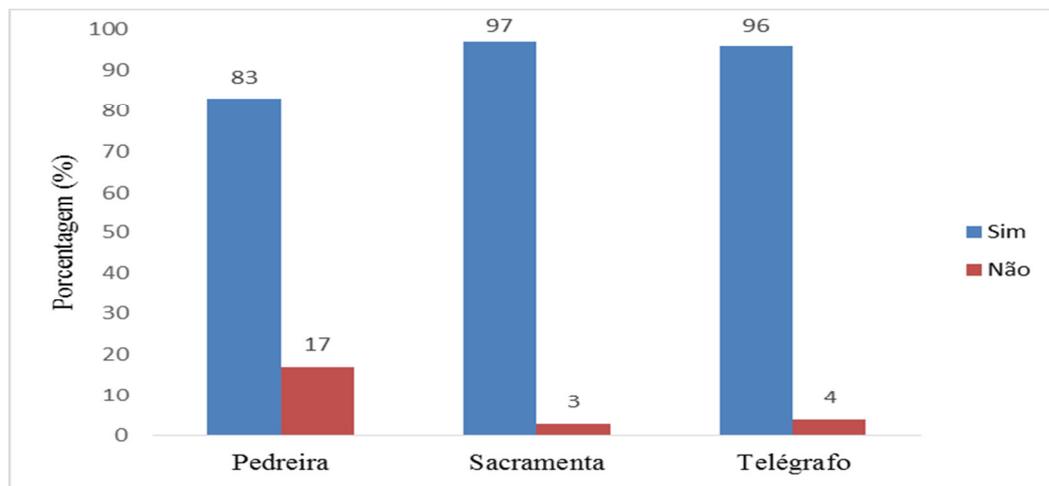


Gráfico 4. Violência contra bens materiais

Fonte: Pesquisa direta (2014)

6.4.1.1 Se respondeu 'Sim'

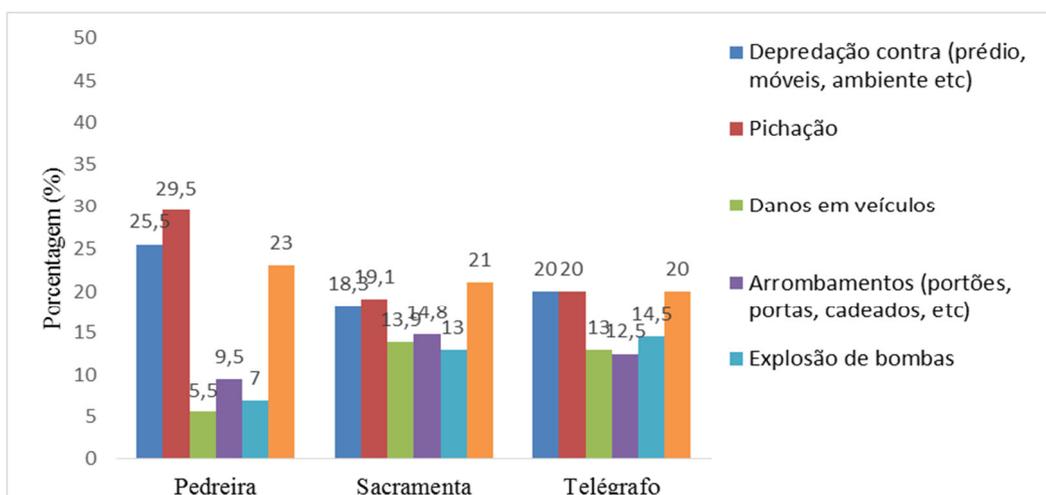


Gráfico 5. Tipos de violência contra bens materiais

Fonte: Pesquisa direta (2014)

As escolas pesquisadas nos três bairros destacaram que a violência contra bens materiais é considerada de índice bastante elevado. Nas escolas A, B, C (Sacramento) 97 % dos pesquisados disseram sim e apenas 3 % disse Não. Nas escolas D, E, F (Telégrafo) 96 % disseram Sim, e apenas 4 % disseram Não. Nas escolas H, I (Pedreira) 83 % disseram Sim e 17 % disseram não.

- **Depredação** contra (prédio, móveis e o ambiente em geral), Com índice de 25,5% nas escolas da Pedreira; 18,3% na Sacramento e 20% nas escolas do bairro do Telégrafo.

- **Pichação nas paredes** é uma violência que se pode constatar na pesquisa de todas as escolas, 19.1% para as escolas do bairro da Sacramento e 20% nas escolas do bairro do Telégrafo.

Declarações dos educadores com relação ao vandalismo na escola:

O Ed 8, da escola E :“ um aluno ateou fogo na carteira”.

O Ed 9, da escola F: “O aluno arrancou os azulejos do laboratório de ciências danificando o mobiliário e o ambiente escolar”.

O Ed 13 da escola I: “Constantemente objetos escolares são furtados”.

Considera-se que todo esse tipo de agressão interfere no momento de aprendizagem, uma vez que os atos de vandalismos quase sempre ocorrem em momentos de aula. Portanto, retornando à pesquisa bibliográfica que indica nos conceitos e significados de violência, que segundo Charlot (2002) é a violência à escola que representam um conjunto de ações ligadas às atividades da instituição escolar, ações de provocação, de desrespeito de agressão, de insultos, envolvendo alunos professores e funcionários.

Outros tipos de violência perguntados na pesquisa relacionados a bens materiais tiveram percentuais consideráveis, como:

- **Os arrombamentos** (portas, portões e cadeados) tiveram índices de 9,5% nas escolas da Pedreira, 4,8% nas escolas da Sacramento e 12,5% no bairro do Telégrafo.

- **Explosão de bombas**, o índice indicado para as escolas da Pedreira foi de 7%; para as escolas da Sacramento foi de 13%, e para as escolas do Telégrafo foi de 14,5%. A violência de explosões de bombas ocorrem com maior frequência no período das festas juninas.

- **Furtos** (Cantina, TV, Celular, material escolar, DVD, computador, som, veículo...) foram apurados 23% nas escolas da Pedreira; 21% nas escolas da Sacramento e 20% nas escolas do bairro do Telégrafo.

Segundo Parrat-Dayán (2012), os alunos precisam conhecer normas básicas da convivência, que conjuguem o direito dos alunos a se sentirem seguros na escola, livres de todo tipo de agressão, livres de serem ridicularizados ou discriminados, com o dever a

responsabilidade de saber escutar e de responder a todos os adultos com respeito, aceitando as sanções que possam derivar de um mau comportamento. Falta de respeito, insulto ou vandalismo é a realidade cotidiana de muitas escolas. Para frear a indisciplina crescente os docentes necessitam de meios e capacitação.

6.4.1.2 Contra pessoas

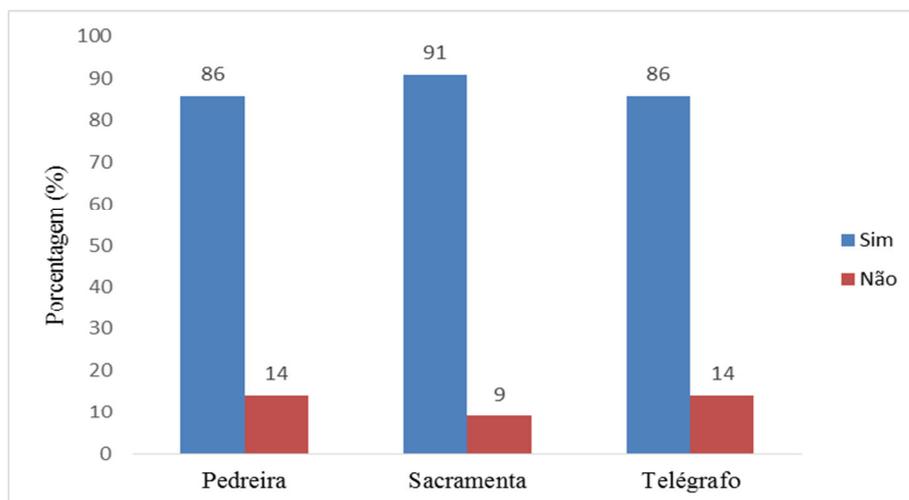


Gráfico 6. Tipos de violência contra pessoas
 Fonte: Pesquisa direta (2014)

6.4.1.3 Se respondeu 'Sim'

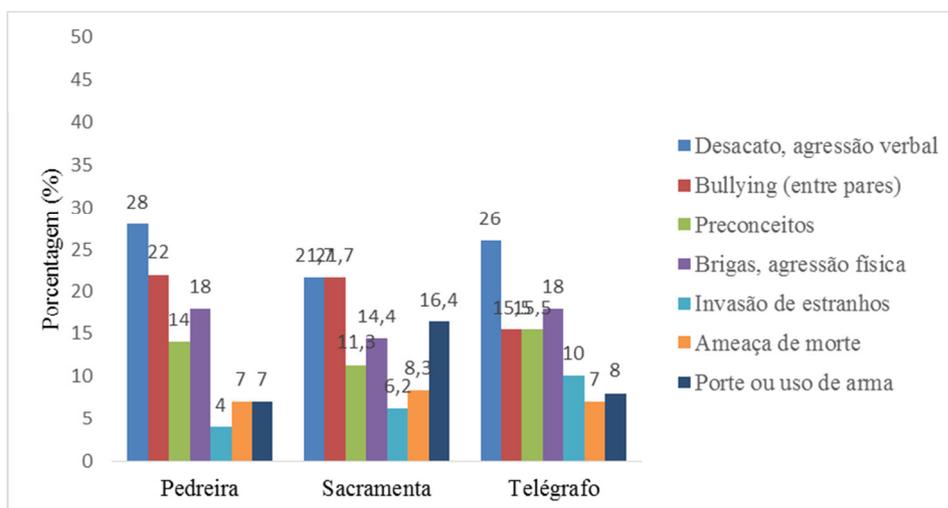


Gráfico 7. Tipo de violência contra pessoas
 Fonte: Pesquisa direta (2014)

Esta questão tem o objetivo de saber se a escola produziu especificamente atos violentos nos dois últimos anos contra os professores, os pedagogos, pessoal de apoio, alunos enfim contra as pessoas que convivem no ambiente escolar. Vejamos o que a pesquisa aponta:

- **Desacato e agressão verbal.** Foi o tipo de agressão contra pessoas que obteve o maior percentual de casos, sendo 21,7% de respostas das escolas (A-B-C) bairro da Sacramento; 26% das escolas (D-E-F) do bairro do Telégrafo; e 28% das escolas (H-I) bairro da Pedreira. Declaração dos educadores a respeito deste tipo de agressão:

A Ed 1, da escola A, disse que “há brigas em frente à escola”

A Ed. 2, da escola C, disse que “há muitas agressões entre alunos, inclusive alunos armados na escola”.

O Ed 7, da escola D, declarou que ” há muitos assaltos contra alunos e professores na porta da escola”.

O Ed 9, da escola E, relatou que “há sempre assaltos `a mão armada, e um colega professor foi alvejado com um tiro dentro do seu carro na porta da escola”.

- O **bullying** foi o segundo item de violência contra pessoas, mais indicado pelos profissionais pesquisados. Nas escolas (A, B, C), Sacramento 21,7% marcaram este item como um ato violento que ocorre entre alunos na escola. Nas escolas (D, E, F), Telégrafo 15,5% foi o resultado, e na Pedreira escolas (H, I) foi de 28%. Declaração de um educador sobre o bullying na escola:

O Ed 10, da escola D, disse que “o bullying é muito comum entre os alunos no início do ano letivo, porém a coordenação percebe logo o problema e trabalha com os alunos envolvidos e suas família, inicialmente com atendimento individual e depois dialogar e realiza atividades pedagógicas com as turmas dos alunos envolvidos”.

Fante (2005) afirma que o *bullying* “é uma das formas de violência que mais cresce no mundo.” Segundo a especialista, é um ato violento que pode ocorrer em qualquer contexto social, como escolas, universidades, famílias, vizinhanças e locais de trabalho. O que pode parecer à primeira vista um simples apelido inofensivo, afeta emocionalmente e fisicamente o alvo, ou o indivíduo violentado. Em casos extremos, o *bullying* chega a afetar o estado emocional do jovem de forma que o mesmo não vê outra saída e decide pelo suicídio tal maneira, que ele opte por soluções trágicas como o suicídio.

- As **brigas, agressões físicas** foram indicadas pelos profissionais pesquisados como o terceiro tipo de violência que mais ocorre na escola. Nas escolas (A, B, C) bairro da Sacramento, 14% indicaram as brigas e agressões físicas na escola.

Nas escolas (D, E, F) do bairro do Telégrafo, 11,3% disseram também haver na escola este tipo de violência. Nas escolas (H, I) Bairro da Pedreira, 15% dos profissionais disseram que há ocorrências nas escolas. Há que se considerar o alto índice de indicação nas escolas dos três bairros pesquisados, de porte ou uso de armas pelos alunos e ameaças de morte, como indicação de que as escolas estão chegando ao extremo da violência entre os alunos.

Abramovay (2003) classifica o fenômeno violência como: Violência física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s), ou de grupos e também contra si mesmo, abrangendo desde o suicídio, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além das diversas formas de agressões sexuais.

Descreve ainda a autora, que “a violência não pode ser compreendida apenas como episódios graves e espetaculares, homicídios ou porte de arma, mas conflitos, comportamentos e práticas institucionais, incorporadas ao cotidiano dos estabelecimentos escolares” (Abramovay, 2003 p.79).

6.4.1.4 Contra a dignidade sexual

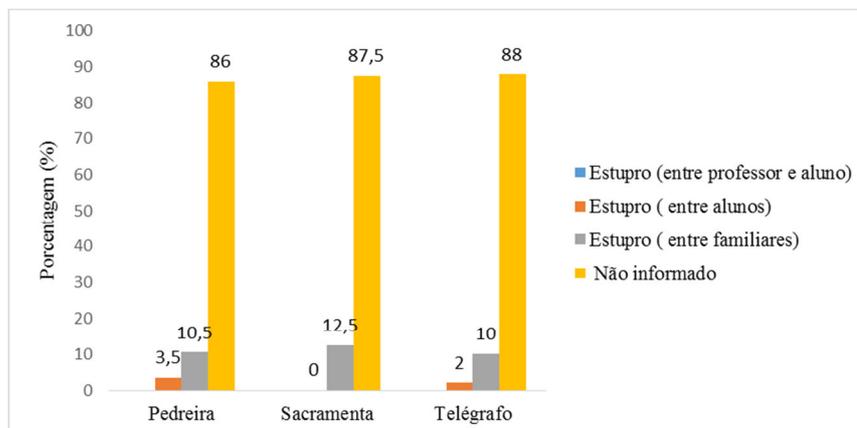


Gráfico 8. Violência contra a dignidade sexual.
Fonte: Pesquisa direta (2014)

A violência contra a dignidade sexual é um assunto considerado tabu entre os profissionais, dizem apenas que “ouviram falar sobre o assunto, mas a escola não tomou conhecimento ou providência”. A grande maioria dos pesquisados, nas escolas dos três Bairros (Sacramento, Telégrafo e Pedreira), 89% disse **não saber informar** a respeito de casos sobre violência sexual na escola nos dois últimos anos. No item sobre **Estupro entre familiares**, 15% dos profissionais pesquisados das escolas (A, B, C) Sacramento disseram ouvir falar; 12% pesquisados das escolas (D, E, F) Telégrafo e 11% pesquisados das escolas (H,I) Pedreira disseram que ouviram falar desses **casos entre familiares e alunos**, porém nenhum caso foi citado em que a escola tivesse que fazer ocorrência ou tomar alguma providência. Outras indagações sobre **estupro entre alunos**, a incidência foi pequena entre os pesquisados dos três bairros; e **entre professores e alunos**, os pesquisados das escolas não deram depoimentos a respeito.

A pesquisa realizada pelo CRAMI/UNICEF (2009, p. 47), diz que:

grande parte das crianças e adolescentes vítimas são incapazes de se protegerem sozinhas, muitas vezes por serem pequenas e não conseguirem se expressar ou mesmo porque não entendem a situação que estão vivenciando. Outras por estar dentro de uma família, na qual o silêncio faz parte de uma regra estabelecida, podem estar sendo ameaçadas ou seduzidas a reforçar o complô do silêncio. Sendo assim, as vítimas sentem-se inseguras em revelar de fato o que ocorre com elas.

Vê-se que o relato do CRAMI, confirma o que os educadores nas escolas pesquisadas disseram. A escola não visualiza esta violência, porque há muito silêncio em

torno das ocorrências. A família se cala e a escola não identifica o problema por falta de informações a respeito.

6.5 Pensou em desistir da função de educador por causa da violência escolar

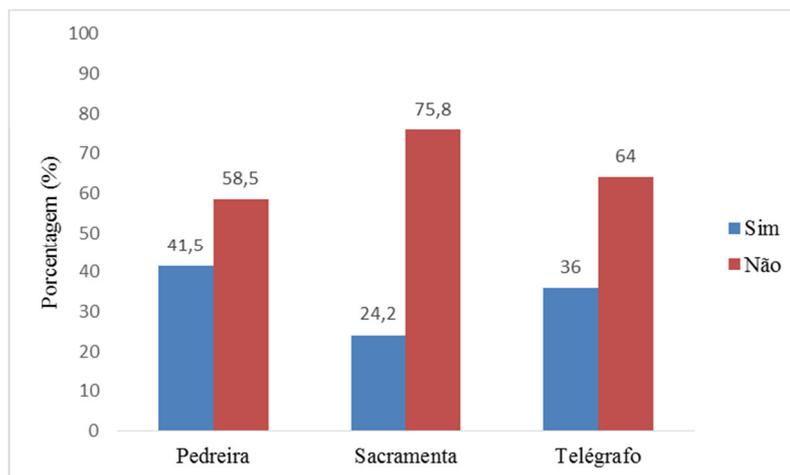


Gráfico 9. Pensou em desistir da função
Fonte: Pesquisa direta (2014)

Apesar dos resultados indicarem que a grande maioria dos profissionais não pensa em desistir da função, é certo também que aqueles que disseram não foi considerado um resultado significativo. E por mais que não haja uma declaração explícita o pesquisado do grande grupo, alguns se encorajam e dão as seguintes declarações:

O Ed 9 da escola E disse: “Já não tenho mais tempo para mudar de profissão, se pudesse mudaria, pois a violência que está instalada na escola hoje é motivo para desanimar qualquer educador”.

Educadores nesta situação crônica de tensão emocional são insatisfeitos com o trabalho que fazem, mas por algum motivo, persistem por anos nesta situação de descontentamento.

La Taille (2013), diz que parece haver consenso, pelo menos entre os mais pessimistas, de que nos dias atuais estamos vivendo uma intensa crise de valores. As pessoas vivem com medo e mostram-se descrentes em relação à capacidade das instituições (Militares, escola e instituições partidárias), de deter o aumento geométrico da corrupção, da violência e da auto violência.

6.5.1 Porque pensou em desistir?

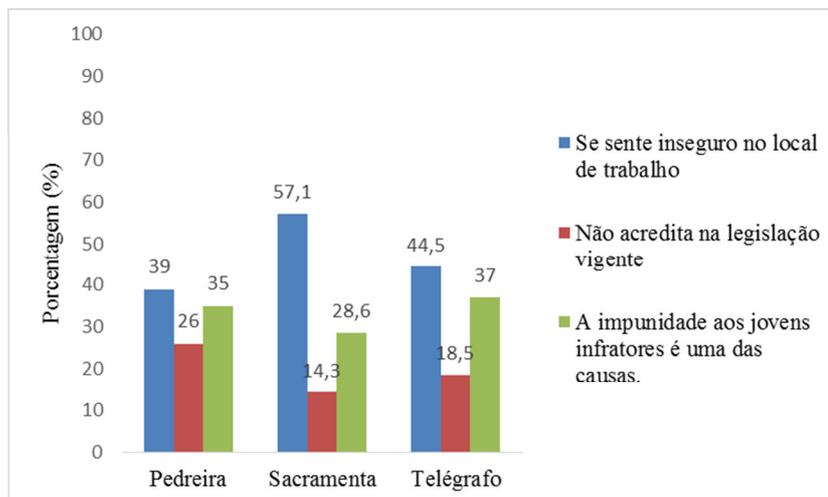


Gráfico 10. Porque pensou em desistir
Fonte: Pesquisa direta (2013)

Este questionamento objetiva saber o nível de tolerância que o educador possui com relação à violência escolar, a ponto de pensar em desistir da função que exerce. O resultado da pesquisa comprovou que a grande maioria não pensa em desistir da função.

Nas escolas A,B,C (Sacramento) 75,8% disseram não pensar em desistir da função de educador, e 24,2% disseram que sim, porém 57% indicaram que se sentem inseguros no local de trabalho, 14,3% não acreditam na legislação vigente e 28,6 declararam que a impunidade aos jovens infratores é uma das causas.

Nas escolas D, E, F (Telégrafo) dos 50 pesquisados 64% disseram não pensar em desistir e 36% disseram que já pensaram em desistir, porém 44,5% professores declararam que se sentem inseguros no local de trabalho; 18,5% não acreditam na legislação vigente e 37% disseram que a maior causa é a impunidade aos jovens infratores.

Nas escolas H, I (Pedreira) dos 29 profissionais pesquisados, 58,5% disseram não pensar em desistir da função e 41,5% disseram que já pensaram sim em desistir da função por causa da violência; porém 39% se sentem inseguros no local de trabalho, 26% não acreditam na legislação vigente e 35% disseram que a causa é a impunidade aos jovens infratores. O Ed. 14, da escola H, declarou: “Não pensei ainda em desistir, porém me sinto inseguro no local de trabalho”.

Esta insegurança dos educadores se reflete no que diz La Taille (2013), que os professores, chegam até mesmo a dizer: “Já fiz tudo o que era possível, isto é, conversei com

os alunos e com os pais, dei suspensão, apliquei pontos negativos, mudei a metodologia de ensino, e as crianças e os adolescentes continuam indisciplinados e violentos.

6.6 A escola possui alunos cumprindo medidas sócio-educativas?

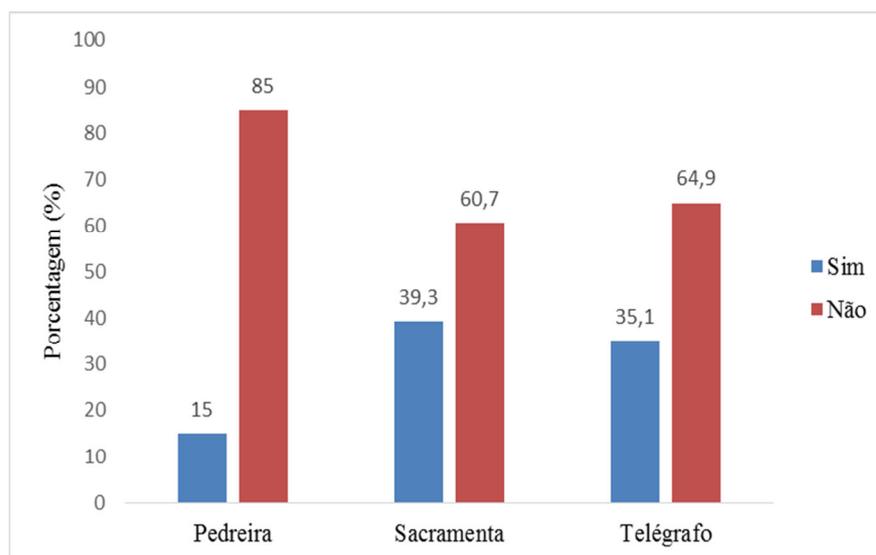


Gráfico 11. Alunos que cumprem medidas sócio-educativas
Fonte: Pesquisa direta (2013)

Apesar do resultado da pesquisa NÃO ter sido um índice menor que o SIM, a respeito de alunos que cumprem medidas socioeducativas, este é um percentual que indica que os profissionais pesquisados nem sempre sabem exatamente se há ou não alunos cumprindo medidas socioeducativas, pois os administradores não dão essas informações à comunidade escolar.

Segundo Pontes & Cruz (2010), no Pará, entre 2003 e 2006, treze mil, duzentos e oitenta (13.280) jovens cumpriram medidas socioeducativas. Esse indicativo de violência que envolve crianças e adolescentes, não é consequência da baixa escolaridade, e sim de outros fatores. Entre os quais estão a repetência, a evasão/expulsão, a reprovação etc., itens que não são considerados pelo MEC nos diversos tipos de avaliação a que se submetem alunos e professores.

6.6.1 Se respondeu 'Sim'

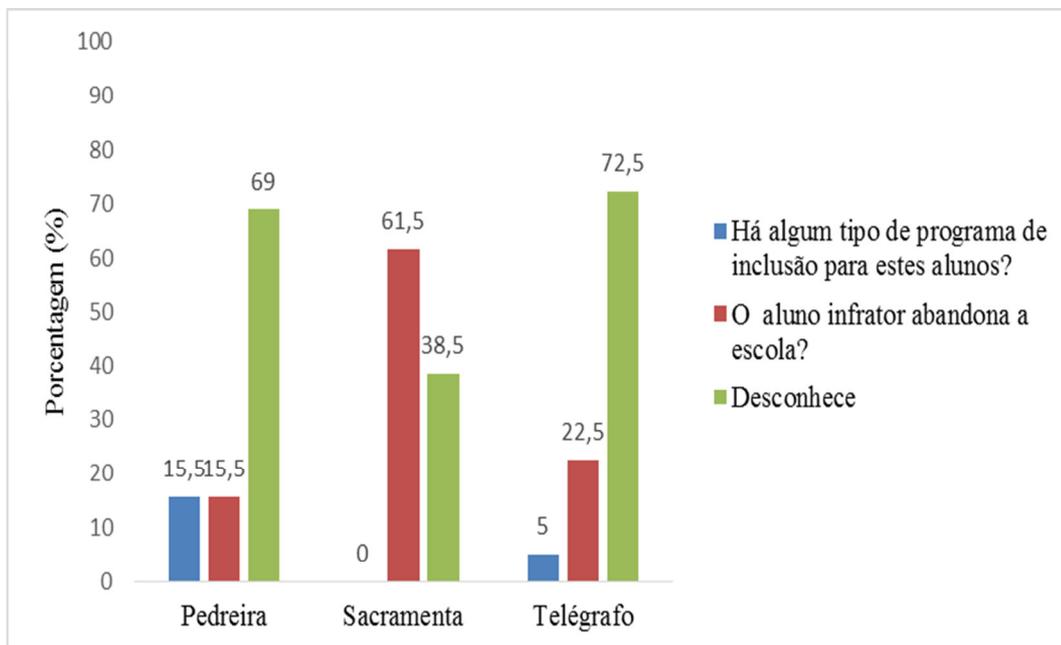


Gráfico 12. Situação do aluno que cumpre medidas

Fonte: Pesquisa direta (2014)

Esta pergunta tem como objetivo verificar como os professores recebem na escola os alunos que cumprem medidas socioeducativas, os quais normalmente são enviados pelos Conselhos tutelares através do Ministério público.

Como relatei anteriormente a grande maioria dos pesquisados disseram não saber se existem alunos nessa situação na escola, isto porque há certo sigilo da equipe administrativa pedagógica, para que principalmente os professores, não saibam da existência destes alunos em sala, a fim de que sejam tratados igualmente aos outros, para não haver discriminação ou preconceitos contra eles na comunidade escolar.

Nas escolas do Bairro da Pedreira 85% dos pesquisados disseram Não e 15% disseram Sim, sendo que 15,5% disseram haver algum tipo de programa de inclusão para estes alunos e 69% desconhecem ou não marcaram.

Nas escolas da Sacramentoa 60,7% disseram Não e 39,3% disseram Sim, sendo que 0% não marcou a respeito de algum programa de inclusão para alunos que cumprem medidas sócio educativas, 61,5% disseram que o aluno infrator abandona a escola e 38,5% não responderam ou desconhece.

Nas escolas do Bairro do Telégrafo 64,9% disseram Não existir aluno cumprindo medidas sócio educativas e 35,1% dos pesquisados disseram sim, 5% marcaram que não há

algum tipo de programa de inclusão para estes alunos, 22,5 disseram que o aluno infrator abandona a escola e 72,5% não responderam ou desconhece.

O índice de desconhecimento deste assunto dentro das escolas, principalmente sobre os programas de inclusão para estes alunos, contraria o ECA no seu art. 59º, “Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude”. Sobre o item quanto à discriminação do aluno, por colegas professores ou funcionários, grande parte dos pesquisados disseram não haver.

Neste ponto, fica caracterizado que se não há programas de inclusão suficientes à criança e adolescente, como informaram os pesquisados, conseqüentemente, o aluno infrator irá abandonar a escola, por não haver ali alguma atividade pedagógica que garanta a sua ressocialização ou integração no ambiente escolar.

6.7 Dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolas

Esta questão objetiva identificar as dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolar.

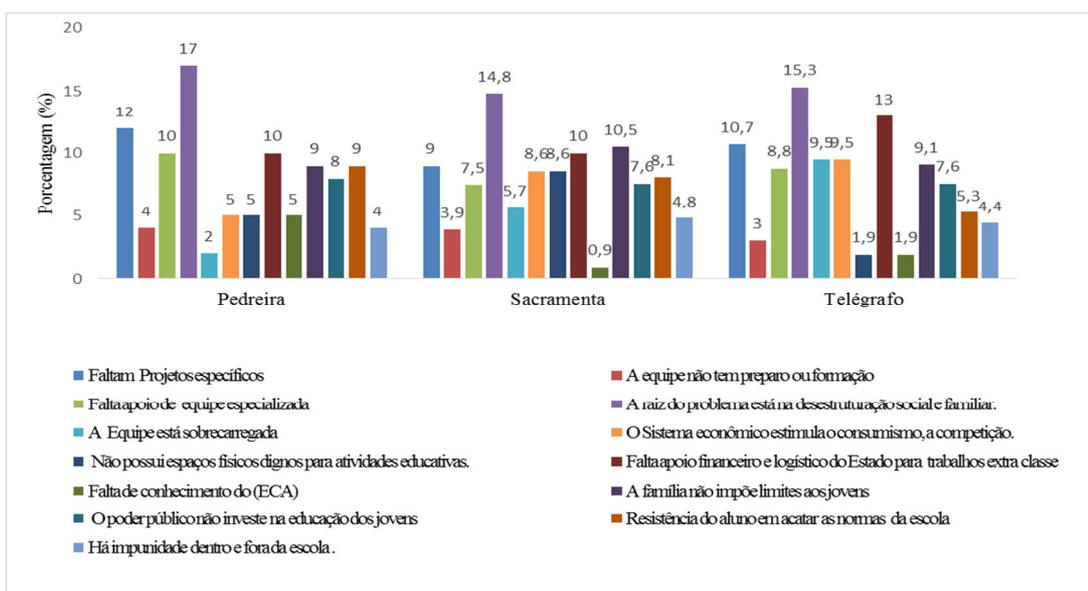


Gráfico 13. Dificuldades da equipe para combater a violência
 Fonte: Pesquisa direta (2014)

O que se observa nas escolas dos três bairros que houve unanimidade em declarar que **a raiz do problema está na desestruturação social e ausência da família**. Há neste

item uma relação com a pesquisa teórica onde Os percentuais encontrados na pesquisa realizada nas escolas foram: Pedreira 17%; Sacramento 14,8%; e Telégrafo 15,3%.

Como foi confirmado por Valle & Mattos (2011), o convívio familiar é fundamental para o crescimento do ser humano, é o elemento básico da sociedade e o meio natural para o crescimento social e psicológico de todos os seus membros, em particular o bem estar necessário às crianças, conforme declara a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança. A família é o grupo social que oferece as condições de desenvolvimento satisfatório da personalidade de uma pessoa, garantindo vínculos estáveis com a própria família, parentes ou adultos que cumprem o papel de ser referência da criança. A criança se desenvolve no dia a dia com a família e aprende com ela.

Dessa forma, o que a pesquisa confirma é que nos dias de hoje a família não cumpre mais este papel deixando por conta de outrem ou até mesmo da escola a educação que deveria ser fornecida no seio da família. Assim há uma transferência deste descaso e da desestruturação que se encontra instalada nas famílias para o ambiente escolar.

Vejam os outros itens indicados pelos pesquisados sobre as dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolar: **A falta de Projetos específicos que envolvam a comunidade escolar**, aqui 12% de resposta no Bairro da Pedreira; 9% no bairro da Sacramento e 10,7% no Bairro do Telégrafo.

Sabe-se que a educação escolar e a formação das crianças e jovens se dar com maior consistência através de Projetos bem elaborados e executados pelo coletivo da escola. Com esse intuito há possibilidade de colocar em prática as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea: Aprender a conhecer, que garante o aprender e constitui o passaporte para a educação; aprender a fazer, que privilegia a aplicação da teoria à prática e enriquece a vivência da ciência na tecnologia e no social dando significado especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea; aprender a viver, que trata de aprender a viver juntos de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis; e aprender a ser que supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir sobre si mesmos, frente à diferentes circunstâncias da vida (PCN do Ensino Médio, 1999).

Prosseguindo o relato das dificuldades encontradas pela equipe pedagógica para combater a violência pela ordem de índices alcançados são:

- **A falta de apoio do estado para levar o aluno a fazer trabalhos extraclasse.** Os índices para essas dificuldades foram de 10% para a Pedreira, 10% para Sacramento e 13% para o Bairro do Telégrafo. O relatos dos profissionais, indicam que as escolas não são auto suficientes financeiramente para arcar com despesas de condução e alimentação e apoio, necessários para a equipe levar os alunos a fazerem visitas à ambientes educacionais e atividades extra classe. “Se o estado através da SEDUC disponibilizasse o apoio logístico, certamente ajudaria à escola e sua equipe, na ampliação do conhecimento e no convívio com outros espaços educativos, tirando o aluno um pouco da rotina escolar”, esta é a fala do Ed 9 da escola E e de outros educadores que fizeram parte da pesquisa.

- **A família não impõem limites aos jovens.** A pesquisa demonstrou um índice acentuado nesta dificuldade da equipe, e que já foi relatado acima sobre a ausência da família na educação dos jovens. Com um percentual de 9% no bairro da Pedreira; 10,5% no Bairro da Sacramento e 9,1% no Bairro do Telégrafo.

É possível observar que o acompanhamento da família deixa a desejar no que diz respeito à formação educacional, à vida dos filhos na escola, como também à interação entre pais e filhos.

Como relata Gasparine et al, (2010), é importante considerar que os pais também apresentam os mais variados comportamentos: excessivamente condescendentes com os filhos, alguns presentes e outros totalmente ausentes em suas vidas e atividades. Guardiã da moral e dos valores, muitas vezes equivocados, em nada auxiliam na formação dos jovens e adolescentes.

A permissividade é tão danosa quanto à indiferença, são fatores de que levam à falta de autoridade dos pais e conseqüentemente atitudes de violência até contra eles mesmos. A origem destes comportamentos vem da educação oferecida nos lares.

- O sistema econômico estimula o consumismo, a por consequência a violência.

Com um percentual de indicação de 5% no bairro da Pedreira; 6,6% no bairro da Sacramento e 5,5% no bairro do Telégrafo. Este item teve indicação razoável em todas as escolas pesquisadas dos três bairros. A criança de hoje é estimulada pelo consumismo mesmo sem ter condições econômicas para obter o objeto desejado de valor, que pode ser o brinquedo, a roupa, o sapato, o celular, tablete, entre outros. Assim, na vontade de adquirir ou possuir este objeto ele subtrai de outras crianças ou mesmos dos adultos; a princípio como um pequeno furto sem malícia ou maldade, mais tarde como a família nem sempre o acompanha nas pequenas investidas, porque são ausentes da vida do filho como ficou declarado na dificuldade anterior, ele continua com esta delinquência e chega ao ponto de assumir atos mais violentos como: assalto, roubos e assassinatos.

Esta dificuldade encontrada pela equipe de educadores poderá ser minimizada com a observância do ECA e do desdobramento da CF em seu (art.227) que traz a doutrina da proteção integral. A criança deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do estado, e passa a ser entendida como um sujeito de direito e em desenvolvimento. Daí a grande importância do Conselho Tutelar e da Educação formal para ajudar as crianças e jovens na recuperação da sua formação pessoal.

- Ausência do poder público que não investe na educação dos jovens. A pesquisa apontou um percentual para esta dificuldade de 8% para as escolas do Bairro da Pedreira; 7,6% das escolas do Bairro da Sacramento e 7,6% do Bairro do Telégrafo. Aqui se observa muitas falhas na aplicação da lei e os investimentos em educação acabam sendo precários. Quando há verbas, elas não são bem aplicadas, e a lei fica à “deriva”, é só observar no inciso VIII do art. 4º da nova LDB onde determina: “O atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

A legislação provoca inquietação nos profissionais da educação no que diz respeito ao investimento na formação do educador, e traz esperanças para refletir a respeito da sua profissionalização. Aqui se acredita que, quanto melhor for o investimento na formação dos profissionais, maior serão as habilidades para o atendimento ao aluno. Ser um profissional preparado e atuante com as causas educacionais tornará possível a redução dos casos de desrespeito, indisciplina, e violência no ambiente educacional.

Nesse contexto Ibernón (2011) destaca que não devemos esquecer, porém, que a formação do profissional de educação está diretamente relacionada ao enfoque ou à perspectiva que se tem sobre suas funções. E continua afirmando que se se baseia em um profissional crítico-reflexivo, ele será orientado para o desenvolvimento de capacidades de processamento da informação, análise e reflexão crítica, diagnóstico, decisão racional, avaliação de processos e reformulação de projetos, sejam eles profissionais, sociais ou educativos.

- Resistência do aluno em acatar as normas e condutas da escola. Os percentuais encontrados na pesquisa são: 9% para os profissionais do Bairro da Pedreira; 8,1% para os profissionais da Sacramento e 6,3% para os profissionais do Bairro do Telégrafo. Esta dificuldade encontrada pela equipe pode ser caracterizada pelo choque de realidade quando o professor está iniciando a sua carreira, como se verifica nas escolas onde estão sendo admitidos os novos profissionais, quase sempre as turmas com indisciplinas, ou alunos que resistem em acatar normas e condutas escolares, nunca ficam com os professores mais antigos e experientes na função e sim com os novatos que por insegurança ou falta de manejo adequado tem dificuldades em conduzir as turmas mais agitadas. Por outro lado pode-se analisar a resistência dos alunos em acatar as normas da escola com a relação de poder produzido nos discursos educacionais.

Certamente é importante refletir sobre uma proposta democrática para diminuir esta dificuldade em que a equipe pedagógica se depara. Elaborar normas educacionais em conjunto com o aluno, de forma a estabelecer o que é correto ou incorreto, do que é normal ou anormal em termos de indisciplina, os resultados pedagógicos com os alunos seriam mais proveitosos, e o cumprimento das normas seria conduzida com menor dificuldade ou esforço por todos os sujeitos da escola.

É necessário que a escola juntamente com a equipe e com a sua comunidade, trace estratégias que priorize a democratização das relações internas, para que os alunos absorvam as normas como uma proposta sua de convivência harmônica com todos os sujeitos que fazem parte deste ambiente.

- Há impunidade dentro e fora da escola diante de atos violentos praticados pelos menores. Os resultados encontrados para esta dificuldade da equipe, não são tão significativos, porém há que se repensar o assunto quando se trata de violência na escola.

Para o Bairro da Pedreira o índice encontrado foi de 4%; para a Sacramento foi de 4,8% e para o Bairro do telégrafo foi de 4,4%. Esta dificuldade possui relação com a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do adolescente. Sabe-se que no Pará e no Brasil de forma geral a violência cresce assustadoramente, principalmente entre as crianças e adolescentes. As leis existem, porém não são colocadas em prática.

A impunidade reclamada pelos professores resulta quando o jovem menor de 18 anos pratica violência na escola ou no entorno dela, e nada acontece na tentativa de assegurar que o mesmo não seja reincidente em atos infracionais. Isto acontece por que os capítulos I e II do Estatuto, que tratam dos direitos, e dos que tratam do direito à liberdade, ao respeito e a dignidade, não são bem interpretados pelas autoridades, ou há má vontade em colocá-los em prática.

Desse modo o jovem não cumpre medidas socioeducativas como determina a legislação em locais apropriados à sua ressocialização, retornam à sociedade e se matricula nas escolas, além de influenciar outros jovens a praticar indisciplinas, atos violentos e terem a certeza da impunidade.

Valle & Mattos (2011), afirmam que o papel da lei não é eminentemente pedagógica e não pode se restringir a isso, sob pena de sua própria ineficácia. Depõem contra a aplicação de uma lei sua impraticabilidade e conseqüentemente inefetividade.

- A escola não possui espaços físicos dignos para atividades educativas (Biblioteca, quadra esportiva, auditórios, sala de aula etc. Os percentuais para esta dificuldade nas pesquisas foram: 5% nas escolas da Pedreira; 6,6% nas escolas da Sacramento e 1,9 nas escolas do Telégrafo. Esta é uma dificuldade citada por alguns profissionais das escolas pesquisadas que impossibilita a realização de atividades pedagógicas, as dinâmicas de grupo, ou atividades culturais esportivas de forma a impedir o desenvolvimento de projetos efetivos que contribuam para o desenvolvimento dos alunos.

Assim, os direitos à educação, à Cultura, ao esporte e ao lazer como determina o Art. 53 do ECA, ficam prejudicados pela ausência de verbas públicas para a construção de espaços pedagógicos dignos que incentivem os alunos em praticar atividades educacionais, culturais

e esportivas, as quais podem ser realizadas nas escolas ou nos bairros onde as escolas estão localizadas.

- **A equipe está sobrecarregada.** Os dados levantados informam que esta dificuldade não possui índices altos de reclamações em algumas escolas, principalmente na Pedreira que registrou 2%; o Bairro da Sacramento indicou 5,7% e o Bairro do Telégrafo 9,5% nesta dificuldade.

Verdadeiramente, a questão da violência transporta os profissionais da escola para a solução de problemas que muitas vezes não estão na ordem do dia, o que os sobrecarrega de certa forma porque os atos violentos, sejam praticados na escola ou da escola, necessitam ser atendidos com certa rapidez para mediação do problema. E a equipe pedagógica obrigatoriamente terá que assumir vários papéis além de educador, professor, psicólogo etc.

Segundo Rodrigues (2011) os professores, no decorrer de sua formação inicial ou mais adiante, tem que desenvolver a capacidade de intervir e evitar comportamentos agressivos nas escolas. Sejam mais claros: a capacidade de ensinar a ler, escrever e fazer operações matemáticas não é mais suficiente para educar os jovens que hoje frequentam nossas salas de aula.

É preciso que o professor juntamente com a escola assuma um importante papel de prevenir e lidar com a violência e comportamentos agressivos. Esse papel é na verdade de toda a instituição escolar, mas em especial dos professores que estão entre os principais atores do processo educativo.

A equipe não tem preparo ou formação continuada para esta finalidade. Esta dificuldade que também teve percentuais baixos de indicação deverá ser analisada no contexto da escola como algo que necessita uma reflexão da equipe. Conforme a pesquisa o Bairro da Pedreira obteve 4%; o Bairro da Sacramento de 3,9% e o Bairro do Telégrafo com 3% das respostas.

Trabalhar a formação continuada dos educadores pelos órgãos estaduais e sindicatos da categoria, estimulando-os a desenvolver novos meios de realizar o seu trabalho pedagógico com base na reflexão da sua prática diária, principalmente no que diz respeito à indisciplina e a violência escolar. Nesta perspectiva a formação deve-se estender ao longo da carreira considerando que os atos violentos fazem parte tanto da sociedade quanto da escola nos dias atuais. Parrat-Dayana (2012, p. 113) fala em:

um novo modelo de educador e diz que o educador deverá, como profissional, reunir um conjunto de competências que o levem a elaborar conceitos e aplicá-los. O novo profissional deverá saber identificar um problema, apresentá-lo e encontrar uma solução. Esse modelo implica uma capacidade dinâmica para evoluir em função de situações e de contextos de ensino e, por isso, exige uma formação prolongada.

Falta conhecimento da Lei que protege a criança e o adolescente (ECA). Esse item obteve o menor índice percentual como dificuldade indicada pelos pesquisados das escolas e bairros. Verificou-se que os resultados do Bairro da Pedreira indicaram 5%; no Bairro da Sacramento a indicação foi de 0,9% e o bairro do Telégrafo foi de 1,9%. Isto indica que a grande maioria tem conhecimento da Lei (ECA), tanto por parte dos profissionais quanto por parte do aluno.

Dessa forma, como já foi dito anteriormente, a lei é forte e muito clara, porém em muitos casos ela não é bem aplicada, por isso o jovem não respeita e o profissional da educação não acredita na sua aplicabilidade.

Quando os educandos desconhecem o conteúdo do ECA (1990) perdem a chance de usar a lei a seu favor. É propiciando que diretores, professores, orientadores pedagógicos e as próprias crianças, tenham um conhecimento profundo de uma Lei que diz respeito à defesa, da Infância e da adolescência, que é possível colaborar na mudança da história de muitas crianças e adolescentes e no resgate a educação para a paz e para a tranquilidade de todos.

6.8 De que forma a violência é combatida na escola?

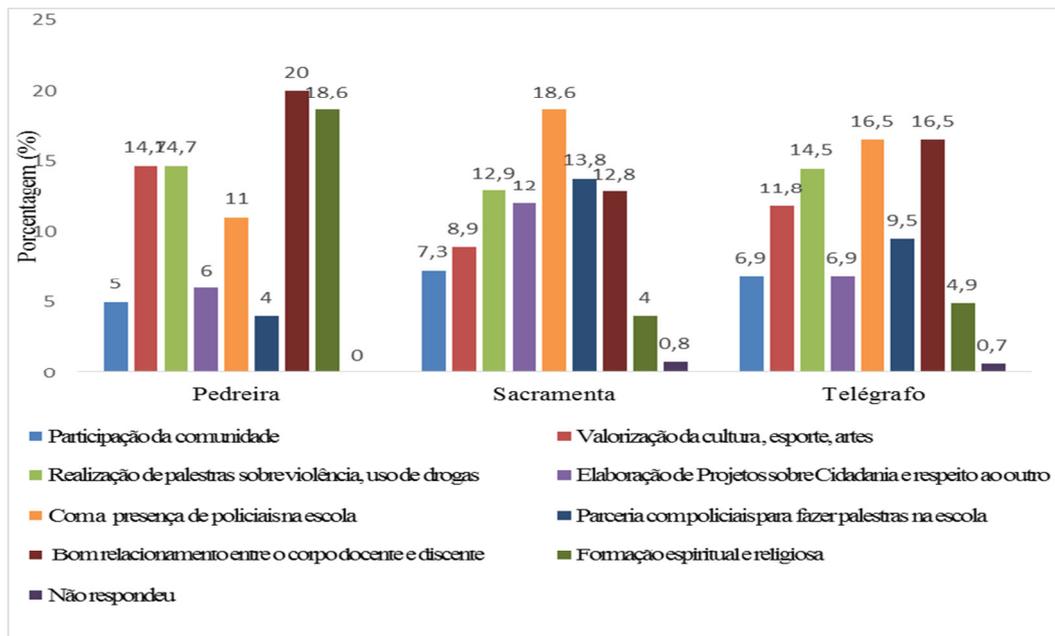


Gráfico 14. De que forma a violência é combatida na escola
 Fonte: Pesquisa direta (2014)

Este questionamento foi apresentado como forma de Identificar junto a equipe pedagógica, a melhor forma de combater à violência na escola. Nove subitens foram ofertados como base para facilitar as respostas ao questionamento realizado às equipes das escolas. Observou-se que entre os educadores pesquisados no Bairro da Sacramento 0,8% não responderam, e no Bairro do Telégrafo 0,7% também não. O gráfico apresentou os seguintes resultados:

Participação da Comunidade Escolar nos casos de violência. Essa forma de combater a violência foi indicada pelos profissionais do Bairro da Pedreira com 5%; na Sacramento com 7,3% e no Telégrafo com 6,9%. Pela análise realizada nas legislações educacionais, é possível verificar que a escola tem certa autonomia no que diz respeito ao processo de sua relação com a comunidade e a participação na ação de diversos atores: alunos, pais, professores e comunidade.

A comunidade com suas lideranças precisam ser motivadas para acolher a escola como sendo parte e continuidade da sua casa. Aqui Pontes e Cruz org. (2010), dizem que “infelizmente muitos consideram a escola como um mundo aparte que não tem nada a ver com outras questões”, esse é mais um empecilho que nos faz caminhar a passos lentos, e

outros atribuem a ela a causa da baixa escolaridade, da repetência, da exclusão, das violências físicas etc.

Declaração de um educador: O Ed 3 da Escola A, disse que : “É importante chamar a família para conversar a respeito do comportamento dos filho e da violência que ocorre na escola”.

- Valorização da cultura, esporte, artes como direitos universais dos alunos.

Neste item a pesquisa das escolas da Pedreira alcançou um índice de 14,7%, nas escolas da Sacramento 8,9%, e nas escolas do Telégrafo 11,8%. A equipe pedagógica percebe claramente que há falta de programação específica para a cultura, esporte e artes em todas as escolas pesquisadas. Pontes & Cruz (2010, p. 86) concluíram que

os Governos Federal e Estadual tem liberado verbas para a efetivação de políticas públicas na área da educação, porém tais verbas ainda são insuficientes. São necessários mais investimento no setor educacional, além de uma fiscalização da real aplicação das verbas existentes.

O Ed 4 da escola C disse que : “Os professores tentam conscientizar os alunos da forma como eles podem, porque o Estado não investe em educação”.

- Realização de palestras sobre Violência e uso de drogas na escola. Aqui os pesquisados indicaram ser importante a realização de palestras sobre os temas relacionados à violência e ao uso de drogas como forma de combater a violência escolar.

Os percentuais encontrados entre os pesquisados foram: 14,7% nas escolas da Pedreira; 12,9 % nas escolas da Sacramento, e 14,5% nas escolas do Telégrafo. Com essas indicações se acredita que com uma melhor formação dos profissionais da educação, os mesmos terão maior habilidade para atender ao aluno. Ser um profissional preparado, estudioso, sensível e atuante com as causas educacionais irá ajudar os alunos nos momentos de conflitos e violências na escola.

A pesquisa realizadas pela UNESCO (2010), mostra que existe uma associação entre o uso de drogas ilícitas e o rendimento escolar, as variáveis consideradas são a reprovação, expulsão e transferência escolar.

Deve-se desenvolver estratégias de prevenção de longo prazo com o apoio da escola, da família e da comunidade. Um pedagogo da escola D do bairro do Telégrafo disse: “Aqui se aplica a pedagogia da transferência”. Indicando claramente que os alunos que praticam atos violentos nas escolas apenas são transferidos para outras escolas, isto possibilita apenas

transferir o problema, o que se torna mais simples do que fazer um trabalho educativo para tentar mudar o comportamento desses alunos.

- Elaboração de projetos sobre cidadania e respeito ao outro e que envolva toda a equipe pedagógica. Com um percentual significativo sobre este item as escolas de maneira geral acreditam que esta é uma estratégia importante para combater a violência escolar. Nas escolas do bairro da Pedreira, a pesquisa obteve neste item um percentual de 6%; nas escolas do Bairro da Sacramento um percentual de 12%, e as escolas do Telégrafo com 6,9%.

Envolver toda a equipe e também a comunidade, é uma estratégia pedagógica que possibilita a cooperação, ajuda mútua para construir normas de convivência entre os alunos. Os projetos elaborados e executados são importantes para encontrar uma maneira agradável de tornar os tempos realizados com atividades juntos com alunos, e possibilitar a realização de dinâmicas sobre tolerância, respeito, cidadania.

Fazer qualquer atividade no coletivo da escola sempre dá prazer. As pessoas na escola precisam estar realmente engajadas em projetos comuns, coletivos.

Quando os projetos são realizados pela comunidade juntamente com a equipe técnica forem considerados como uma atividade intencional, com responsabilidade e autonomia dos alunos, ou seja, fazer parte do seu contexto é possível que o Projeto como proposta de intervenção pedagógica, gere situações de aprendizagem reais. Segundo Groh (2006), apenas a possibilidade de maior participação popular da escola, tornaria possível pensar uma escola pública pertencente ao povo e não ao governo.

Com a presença de Policiais na escola. A presença de policiais na escola é um projeto elaborado em governos anteriores no estado do Pará para que a Polícia civil através do CIPOE, desse o apoio necessário e quando solicitados às escolas públicas nos casos de violência escolar.

Interessante notar que ainda há professores que se sentem amparados quando há policiais dentro da escola e dessa forma consideram que este apoio é uma forma para se combater a violência na escola.

O resultado da pesquisa nas escolas identificou os seguintes resultados: Nas escolas da Pedreira 11% consideram importante a presença de policiais na escola; nas escolas da Sacramento 18% também e nas escolas do Telégrafo o percentual foi de 16,5%.

Portanto, para que o policial pertença a esse novo ambiente, é necessária uma mudança no comportamento e costumes de forma física, social e psicológica, que não seja forçada e sim espontânea.

Parcerias com policiais para fazer palestras nas escolas. Da mesma forma que o item anterior, há convênios com a SEGUP e a SEDUC, e os policiais se habilitam a ministrar palestras nas escolas estaduais e municipais, que os convidam para tal.

Também houve um bom índice de aceitação com a presença de policiais nas escolas pesquisadas. Os valores encontrados foram: Para a Pedreira 20%; para a Sacramento 12% e no Bairro do Telégrafo 16,5%. Os educadores se sentem mais seguros quando os policiais estão por perto, apesar de saber que eles não são os profissionais indicados para o trabalho educativo.

Segundo Nunes (2011), o ambiente escolar, reflete de certa forma, o ambiente social, e a violência escolar se manifesta das mais diversas formas, tais como agressão (física, psicológica, sexual); ameaças de grupos e de gangues; ataques contra o patrimônio público e privado, destacando-se as pichações, as bombas, os arrombamentos e depredações; furtos e roubos contra o patrimônio alheio; uso e tráfico de drogas, entre outros. Será que a violência no ambiente escolar é caso de polícia? E o autor continua: o medo e a insegurança levam as escolas a buscarem maior rigor nas penalidades e apoio da polícia. Para Nunes (2011, p. 20):

Embora muitas vezes necessário essas respostas não surtem efeito a médio e longo prazo, porque enfrentam o problema superficialmente, não levando em conta de onde a violência surge, além disso as formas repressivas de enfrentar a violência nas escolas há muito tem fracassado.

- **Um bom relacionamento entre o corpo docente e discente.** A pesquisa nos mostra que a equipe entende que o educador deve estar atento ao bom relacionamento com o aluno. O resultado nos apontou os seguintes percentuais: 20% nas escolas da Pedreira; 12,8% no bairro da Sacramento e 16,5% no bairro do Telégrafo.

A sensibilidade do educador em entender o porquê dos comportamentos diferenciados na escola, irá facilitar o trabalho com alunos que praticam atos violentos na escola. Marchetto (2009, p. 31) diz que:

a educação para a paz, não se faz com grandes ações, mas se processa no cotidiano, na atitude de cada um, na relação com o outro, na postura diante das diversidades, na humanização das relações, já que muitas são as demonstrações de violência e desrespeito com o ser humano. É algo que vem de dentro, é preciso acreditar, é preciso se apaixonar.

É imprescindível a ação do professor. Que ele tenha consciência de que uma boa convivência com o aluno deve ser precedida de um bom diálogo. Freire (1980, p.23) diz que “o diálogo é um encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orienta-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar”.

- **Formação espiritual e religiosa.** Esta forma de combater a violência nas escolas, não foi um item considerado significativo, a não ser no Bairro da Pedreira que obteve um índice de 18,6% na pesquisa, acredita-se que por haver escolas religiosas em convênio com o Estado nesse bairro. Nas escolas localizadas na Sacramenta houve um percentual de 12,8% e no Bairro do Telégrafo 4.9% de indicação.

O Brasil como estado laico demorou a colocar em prática a legislação. A lei 5.692/71 diz que o Ensino religioso é obrigatório para a escola e facultado ao aluno. E a resolução nº 01/1974-CEDF art.17, diz que o profissional deve ser qualificado e competente para trabalhar para o ensino religioso numa perspectiva interdisciplinar, e aborda a adoção de estratégias que possibilitam a interação do ensino religioso com as demais disciplinas, e ao mesmo tempo que corresponda à opção, aos anseios e à realidade do aluno.

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) o Ensino Religioso marca um fato histórico na educação brasileira, que é unir as pessoas de diferentes tradições religiosas num único objetivo, de encontrar algum sentido, a partir de uma proposta educacional tanto educadores como educandos, o sentido da vida e dos valores através do sagrado, do transcendental ou da dimensão da fé.

O resultado da pesquisa vem comprovar que pela falta de cumprimento da legislação a categoria não acredita no ensino religioso como forma de combater a violência, pois o educador irá transmitir a sua fé e a sua crença religiosa na escola, quando deveria haver um ensino religioso ecumênico e imparcial por parte de quem ministra as aulas, atendendo a proposta dos Parâmetros curriculares nacionais.

6.9 De que maneira a violência escolar compromete o processo ensino aprendizagem?

Esta pergunta tem como objetivo, identificar quais são os comprometimentos que a violência traz para o processo ensino aprendizagem. Grande parte dos itens apresentados obtiveram altos índices de indicação pelos profissionais pesquisados, como veremos seguir:

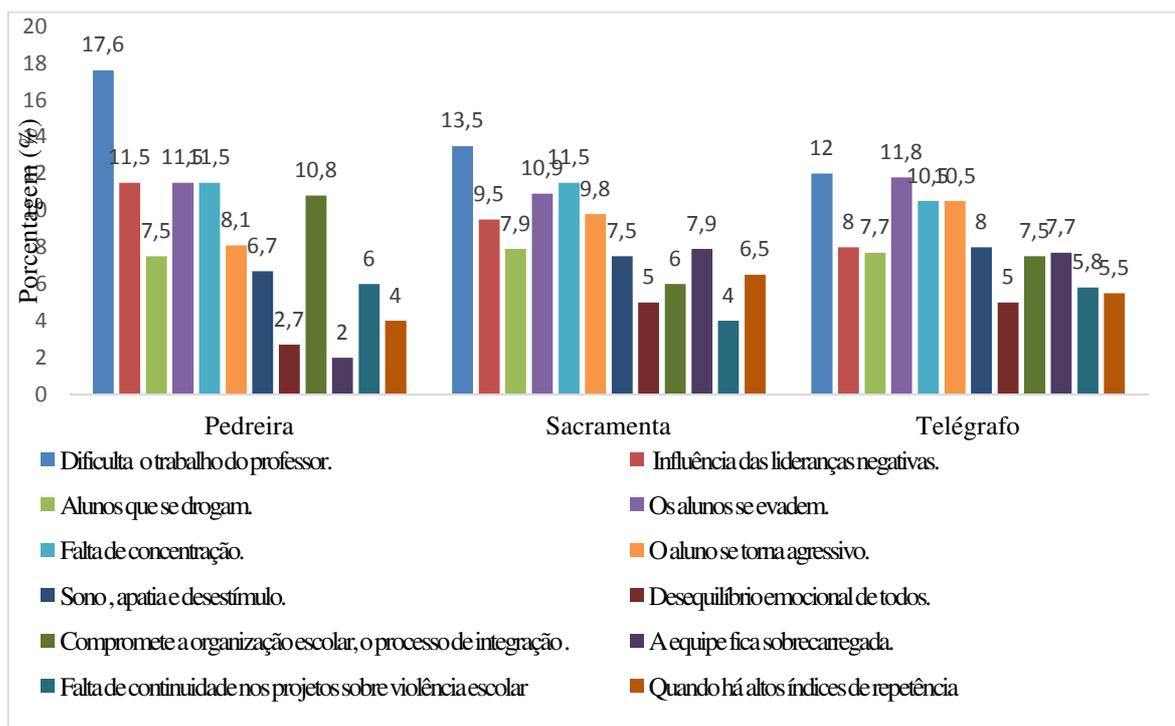


Gráfico 15. A violência compromete o ensino aprendizagem

Fonte: Pesquisa direta (2014)

- **Dificulta o trabalho do professor em sala.** Com 17,6% das respostas dos pesquisados na Pedreira; 13,5% dos pesquisados na Sacramento e 12% da pesquisa do Telégrafo, o que significa o maior índice entre todos os itens pesquisados nos três bairros.

Como se vê o trabalho do professor no ambiente escolar terá que ser ampliado no sentido de fornecer o atendimento educacional necessário ao aluno englobando todos os aspectos. O educador é constantemente colocado à prova: a gestão cotidiana da aula, a manutenção da disciplina, o controle de si e dos próprios afetos, o equilíbrio da distância para com os alunos e os múltiplos papéis a serem assumidos.

Como escreve Parrat-Dayán (2012), ser um especialista da aprendizagem supõe saber mobilizar conhecimentos em ciências humanas, para interpretar, de maneira justa, as situações vividas em sala de aula e para se adaptar aos diferentes públicos escolares; implica dominar saberes disciplinares e interdisciplinares, dominar a didática da matéria, ter uma cultura geral

para saber e poder despertar o interesse dos alunos, conceber dispositivos de ensino, testá-los e regulá-los; além de planificar, gerar e avaliar situações de aprendizagem.

Conforme escreve Freire (2002), afinal o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Neste sentido, quanto mais solidariedade existe entre o educador e educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola. Assim é possível conquistar o aluno, prender sua atenção nas atividades de sala e dominá-los no sentido de conquistar sua amizade e o seu respeito.

- **Através das lideranças negativas, dificulta o processo educativo.** A má influência de alunos violentos e usuários de algum tipo de droga, compromete a aprendizagem e desarticula o andamento das aulas. Os profissionais que não possuem o devido preparo para este enfrentamento, se sentem desmotivados, sem o apoio necessário por parte das famílias e do estado. Os índices apresentados pela pesquisa foram: 11,5% nas escolas do Bairro da Pedreira; 9,5% nas escolas da Sacramento e 8% nas escolas do Telégrafo.

Qualquer tipo de liderança, seja positiva ou negativa possuem os mesmos objetivos, de alcançar metas, dar exemplo seja pelo lado negativo ou positivo conforme o que pretendem liderar. No caso de alunos que praticam violência, usam drogas, eles possuem a capacidade auto afirmar-se no grupo, e mostram que o que eles fazem se transforma em atos heroicos, o que é seguido por outros colegas de sala.

- **Alunos que se drogam se prejudicam, e prejudicam outros grupos.** A pesquisa realizada demonstrou que os casos de alunos que se violentam com o uso de drogas, ficam pouco tempo na escola, ou somente fica o tempo suficiente para influenciar outros colegas, portanto eles se evadem, não se concentram nos estudos e não deixam outros alunos se concentrarem, agitados são sonolentos e apáticos e nada os estimula para as atividades de sala de aula.

Segundo Robaina (2010), o uso e abuso de substâncias psicoativas, têm relação estreita com a condição socioeconômica em que vivem os jovens. O tráfico de drogas se organiza e se instala cada vez mais junto as comunidades carentes, cooptando, explorando e escravizando. Crianças, jovens e adultos tornam-se trabalhadores e usuários, atraídos não só por uma fonte de renda, mas também pelo acesso direto às drogas. Destituídos de seus direitos mínimos, e na maioria das vezes, sem perspectiva na melhoria de suas condições, buscam no

álcool e em outras drogas um “refúgio de prazer”, para desconectarem-se da realidade ou seja, de sua própria condição.

- **Desequilíbrio emocional de todos que trabalham na escola.** Este item é um indicativo que também compromete o ensino aprendizagem como uma forma de violência, pois todos os sujeitos envolvidos no trabalho escolar se envolvem de certa maneira quando há casos de atos violentos em sala, no interior ou no entorno da escola. Os resultados encontrados foram: Escolas do bairro da Pedreira com 2.7%, Sacramento 5% e Telégrafo 5%.

As pessoas se desarticulam emocionalmente com a violência, por ser algo prejudicial ao andamento das atividades educacionais. O momento é sempre drástico, confuso até os ânimos se acalmarem.

Há necessidade de cada um deixar os seus afazeres para se disponibilizar em ajudar de alguma maneira o aluno que agride ou que é agredido, ou aquele que se descobre usando ou vendendo droga. A articulação para ajudar a resolver o problema de violência deve ser igualmente de todos os educadores.

Naturalmente os professores e os pedagogos são afetados emocionalmente pelos eventos estressantes do cotidiano educacional. Educadores exercem uma ocupação na escola na qual lidam diretamente com pessoas: pais, alunos, colegas de trabalho, gente de toda a ordem. Em qualquer profissão lidar com gente causa stress, e esgota as emoções de muitas pessoas.

- **A violência compromete a organização escolar, não favorecendo o processo coletivo de integração e gestão.** O resultado da pesquisa para este item comprovou que as escolas do bairro da Pedreira obtiveram um percentual de 10,8%; Sacramento 6% e Telégrafo 7,5%.

Desta forma o gestor deve ser responsável por resolver problemas na escola, que perpassam por diversos âmbitos, e um deles é a questão da violência, que traz sensação de desconforto e de insegurança. A violência escolar sobrecarrega a gestão e faz com que ele deixe de resolver de cumprir suas funções, assim o processo de integração da gestão não favorece a organização escolar. Para Luz & Tercio et al 2006, p. 13):

A violência desestabiliza a gestão escolar e interfere no processo de democratização das escolas. Contudo o exercício de uma gestão democrática, é uma possibilidade de inserção da comunidade na escola para o enfrentamento de problemas socioculturais. É necessário que a escola exerça sua autonomia e adquira competência para o enfrentamento da violência.

- **A equipe fica sobrecarregada com tarefas e disfunções.** Quanto a este resultado foi comprovado 2% nas escolas do bairro da Pedreira; 7,9% na Sacramento e 7,7% no Telégrafo. Nas escolas há um pedido de socorro quanto à sobrecarga de trabalho. O professor juntamente com a equipe pedagógica, muitas vezes deixa de assumir a sua função de educador para executar papéis diferenciados como: separar as brigas, chamar a atenção de alunos, reunir-se com os pais para resolver problemas de agressões à professores, roubos na escola etc.

Sabe-se que a ausência do poder público, e principalmente da família como determina a lei, desvia os rumos das orientações e da educação dos alunos, sobrecarregando os profissionais e as tarefas da escola. Assim os profissionais terão que se desdobrar em atividades que nem sempre estão preparados para executá-las junto aos alunos. O mundo hoje em constantes transformações exige profissionais multifacetários.

- **Falta de continuidade nos projetos pedagógicos desenvolvidos sobre violência escolar.** Para este item o resultado da pesquisa foi de 6% na Pedreira; 7,9% para as escolas da Sacramento; e 5,8 no bairro do telégrafo. O que os professores normalmente reclamam é que os Projetos relacionados à Violência, não são elaborados no contexto da escola. Eles são pensados e elaborados pela equipe central e encaminhados para serem executados nas escolas, e faz com que o aluno, professores e a comunidade em geral não absorvam o conteúdo com motivação no que deva ser realizado.

Segundo Professor Eduardo de Freitas, quem mais tem contato com o aluno é o professor, cabe a ele sempre que possível abrir momentos para discussão acerca do assunto, o tema sobre Violência não é de incumbência somente de determinadas disciplinas, mas de todas (Equipe Brasil Escola).

- **Quando há altos índices de repetência.** Este item obteve um resultado de 4% nas escolas do bairro da Pedreira; 6,5% na Sacramento; e 5,5% no Telégrafo. Marcheto (2009) declara para que a escola cumpra o seu papel na reconstrução da humanidade se faz necessário superar o ensino fragmentado, e colocar-se na busca do aprender e do ensinar sistêmico, inter e transdisciplinar, que coloca o ser humano como centro do processo e promove aprendizagens significativas e prazerosas, ou seja, o conhecimento pertinente.

Desse modo não há porque haver reprovação. O que destrói a autoestima do aluno é classificá-lo como fracassado enquanto aluno. O aluno repetente, na maioria das vezes,

percebe a escola como desprezível, mas este sentimento está intrinsecamente vinculado aos motivos culturais, sociais, familiares e psicológicos. Estes fatores influem diretamente sobre a forma de educar o mundo, pois se há absorção da ideia de que é um derrotado e sempre será, conseqüentemente perde o interesse em estudar e concebe a escola e a educação, como algo que jamais alterará sua vida.

6.10 Já presenciou situações de violência na escola nos dois últimos anos ?

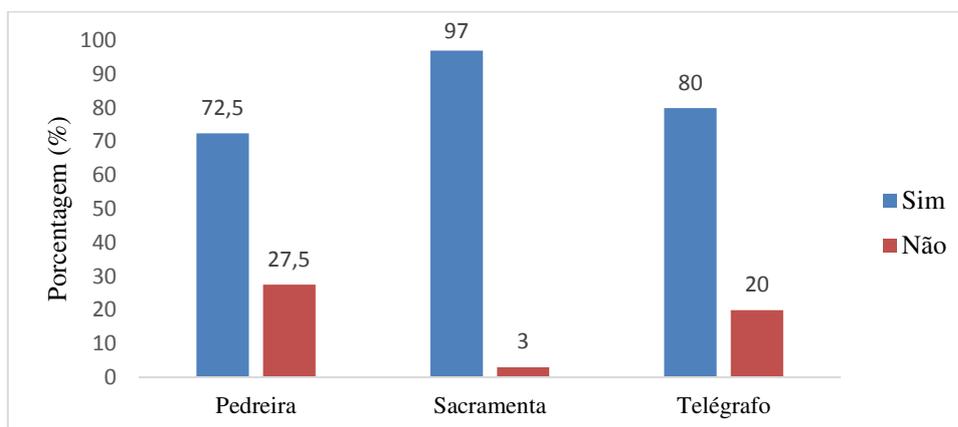


Gráfico 16. Se já presenciou situações de violência na escola
Fonte: Pesquisa direta (2014)

Este questionamento tem como objetivo verificar se os componentes das equipes pedagógicas, já presenciaram situações de violência na escola nos dois últimos anos, e quem participou desta violência.

Os resultados apresentados através da pesquisa indicaram índices altos de violências nas escolas. No Bairro da Pedreira os que disseram Sim foi de 72,5%; Na Sacramento foi de 97%; na Sacramento o índice apresentado foi de 80%. Os índices de violência comprovadamente são altos nas escolas e de forma muito variadas eles acontecem nas salas de aula, na escola e no seu entorno.

Conforme escreve Charlot (2002), existe a violência na escola, da escola e contra a escola e Abramovay (2003), afirma que a violência na escola se classifica através da violência física e agressões físicas de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) e também contra si mesmo, abrangendo o suicídio, espancamentos, roubos, assaltos e homicídios, estupro, porte de arma que ferem sangram e matam; Violência simbólica - que pode ser violência verbal relacionada ao abuso de poder, incivildades ou pressão,

intimidação ou *bullying*; Violência Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

6.10.1 Se ‘Sim’, quem participou da violência?

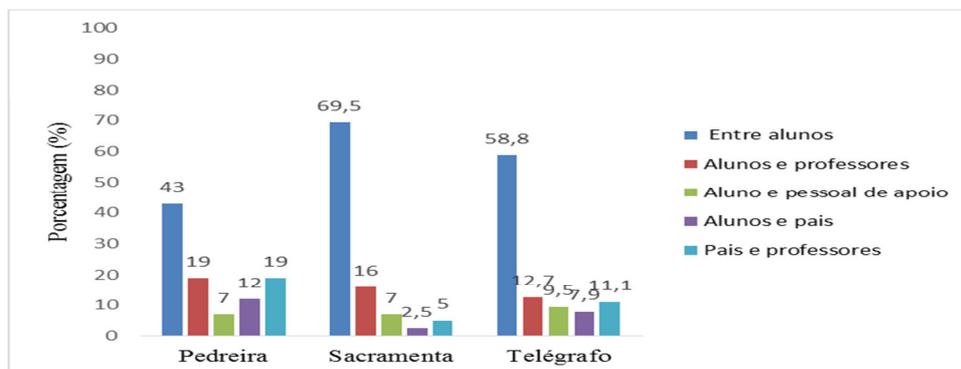


Gráfico 17. Quem participou?

Fonte: Pesquisa direta (2014)

Dos pesquisados que disseram que há violência **entre alunos**, o percentual foi de 43% na Pedreira ; 69,5% na Sacramento e 58,8% no Telégrafo; **entre alunos e professores**, o percentual encontrado foi: Para a Pedreira 19%, para a Sacramento 16%, e para o Telégrafo 12,7%; **entre Aluno e pessoal de apoio**, o percentual encontrado na Pedreira foi de 7%, na Sacramento 7% e no Telégrafo foi de 9,5% ; **entre alunos e pais** o Percentual da Pedreira foi de 12% , na Sacramento 2,5%, e no Telégrafo 7,9%; **entre pais e professores**, na Pedreira 19%, Sacramento 5% e Telégrafo 11,5%. Os resultados indicaram que o maior índice de violência está relacionado aos alunos e entre eles. A seguir os depoimentos dos Educadores pesquisados em algumas escolas:

- Ed 5, da escola B declarou : “presenciei alunos em sala e em frente à escola se agredindo aos tapas”.
- O Ed 6, da escola B disse: “ Vi em vários momentos falta de respeito, palavrões e ameaças à professores”.
- O Ed 9, da Escola E, disse: “presenciei repressão de policiais contra alunos que faziam uso de drogas”.
- O Ed 10, da escola E: “Vi uma agressão do marido da aluna contra um aluno por ciúmes”. O Ed 11, da escola E: “Professor foi agredido verbalmente pelo servidor de uma empresa terceirizada”. O Ed 12, da escola E: “Brigas e agressões entre alunos durante os jogos internos

escolares. Professores ameaçados por alunos por causa de notas. Agressões verbais de alunos contra professores”.

- O Ed 12, da escola D: “Uma aluna quebrou o objeto da outra e ambas se agrediram”.
- O Ed 14, da Escola H disse: “Presenciei brigas e agressões entre alunos por ciúmes dentro da escola, são atos isolados, mas que precisam ser levados à sério”.

Valle & Mattos (2011), dizem que, é pertinente distinguir a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola. Segundo Charlot (2002), a violência na escola, é aquela que se produz dentro do espaço escolar. A violência à escola representa um conjunto de ações ligadas à natureza e as atividades da instituição escolar, ações de provocação, de desrespeito, de agressão e agressão. A violência da escola é uma violência institucional, simbólica, que todos suportam, da maneira a instituição e seus membros os tratam.

6.11 Foi vítima de bullying e cyberbullying nos dois últimos anos?

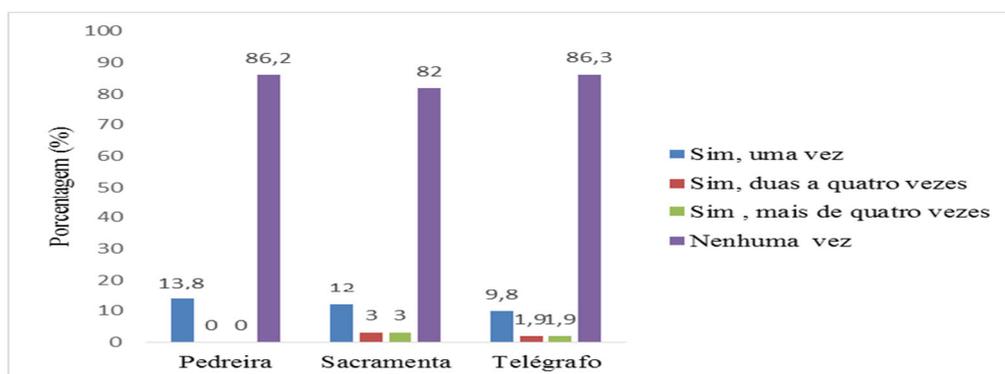


Gráfico 18. Quantas vezes foi vítima?

Fonte: Pesquisa direta (2014)

O objetivo desta questão é verificar se o professor foi vítima de violência simbólica ou psicológica através do *bullying* ou *ciberbullying* pelos seus pares (diretores, coordenadores e pedagogos ou outro professor). As alternativas apresentadas foram: **Sim, uma vez** - 13,8% foi o percentual das escolas da Pedreira; 12% nas escolas da Sacramento e 9,8% para as escolas do Telégrafo. **Sim, duas à quatro vezes** – 0% para as escolas da Pedreira, 3% para as escolas da Sacramento e 1,9% para as escolas do Telégrafo. **Sim, mais de quatro vezes**- 0% para a Pedreira; 3% para as escolas da Sacramento e 1,9% para as escolas do Telégrafo. **Nenhuma vez**- neste item a pesquisa apontou um índice de 86,2 para as escolas do bairro da Pedreira; 82% para as escolas da Sacramento e 86,3 para as escolas do bairro do Telégrafo. A

Ed 15, da escola E , fez a seguinte declaração: “Sofri insultos e agressões psicológicas via celular (Facebook), por um aluno da escola. O mesmo foi identificado , fiz uma ocorrência policial contra o aluno, porém até o momento nada foi feito para reparar os danos que sofri, e ficou tudo por isso mesmo, além do aluno permanecer na escola”.

Segundo Amorim & Romanelli (2005), o *bullying* entre profissionais ou colegas de trabalho pode ocorrer quando há ameaças, rótulos pejorativos, discurso de ódio, tirania, intimidação ou maus tratos. É uma ação que ocorre “quando alguém faz ou diz coisas para mostrar poder sobre outra pessoa.”.

Silva (2010) escreve que, apesar da dinâmica comportamental ser a mesma, tanto no *mobbing* quanto no *bullying*, convencionou-se utilizar este último termo para definir o abuso de poder que ocorre em ambientes escolares, enquanto o primeiro designa a mesma situação ocorrida no âmbito laboral.

6.12 Já se sentiu violentado com desrespeito, insultos ou xingamentos por parte de alunos, nos dois últimos anos?

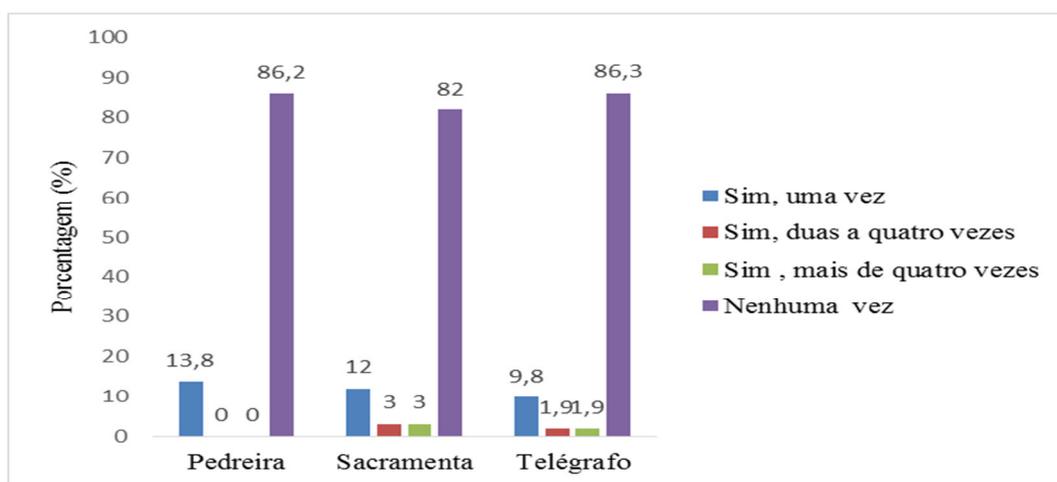


Gráfico 19. O educador já se sentiu violentado?

Fonte: Pesquisa direta (2014)

Este é um questionamento que possibilita identificar se os educadores pesquisados se sentiram violentados nos últimos dois anos pelos seus alunos.

Os dados da pesquisa revelaram que o maior índice é **Nenhuma vez**. Vejamos os índices: Pedreira com 41,3% que disseram **nenhuma vez** e 24,1% que disseram **duas a quatro vezes**; Na Sacramento 33,3% disseram **nenhuma vez** e 30,3% disseram **Uma vez**; No bairro do Telégrafo houve um percentual de 58,5% que disseram **Nenhuma e vez** e 21% disseram **Uma vez**.

Há constatações que apontam que o cotidiano escolar é marcado pela presença de um constante desrespeito ao outro. A falta de polidez, as transgressões aos códigos de boas maneiras, se repetem sem parar.

Silva (2010) diz que infelizmente muitos professores são humilhados, ameaçados, perseguidos e até ridicularizados por seus alunos. A maioria deles não sabe como agir frente a essas desagradáveis situações que ocorrem em seu ambiente de trabalho.

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a importância de uma equipe pedagógica no combate à violência escolar. O resultado foi alcançado parcialmente, por não ser possível perceber se há um efetivo envolvimento de todos os educadores com relação ao combate à violência na escola. Aqueles que se envolvem de forma compromissada, o fazem de maneira isolada e não alcançam os objetivos necessários ao combate no todo da escola.

A maior dificuldade encontrada durante a pesquisa, e que retardou a execução da aplicação dos questionários, e conseqüentemente a conclusão do trabalho de pesquisa, foi a greve geral nas escolas estaduais no ano anterior.

É preciso analisar e aprofundar os estudos da violência nas suas causas pessoais, familiares e ambientais, além de ser necessário adotar medidas preventivas, por quem de direito para combatê-la.

Quanto a forma encontrada para combater a violência escolar, a pesquisa detectou nos três bairros percentuais bastante variados. Nas escolas do Bairro da Pedreira considerou-se que um bom relacionamento entre o corpo docente e discente, com sensibilidade dos educadores em entender o porquê dos comportamentos diferenciados irá facilitar o trabalho no combate à violência escolar. Portanto o diálogo nesse sentido surtirá um bom resultado. Nesse bairro considerou-se importante a formação espiritual e religiosa para combater a violência escolar.

Nas escolas do bairro da Sacramento, a pesquisa indicou que a melhor forma para combater a violência escolar, é a elaboração de projetos sobre cidadania e respeito ao outro e que envolva toda a equipe e a comunidade para a execução desse projeto.

Nas escolas do bairro do Telégrafo, a pesquisa indicou que a melhor forma também é a elaboração de projetos sobre cidadania e que envolva toda a comunidade. Outro item com grande percentual neste Bairro foi a valorização da cultura esporte, artes como direitos universais. Portanto neste sentido, há necessidade de uma política mais efetiva dos governos, no investimento na educação pública, dando o assessoramento necessário à realização dos projetos, além de fiscalização da real aplicação das verbas.

As equipes pesquisada nas escolas dos três bairros, presenciaram um percentual de mais de 80% de situações de violências nos dois últimos anos. O índice maior foi encontrado no bairro da Sacramento, onde todos foram unânimes em indicar o aluno como o elemento que mais participou dos atos de violência na escola.

Recomenda-se após este estudo, que as equipes pedagógicas das escolas pesquisadas dos Bairros da Pedreira, Sacramento e Telégrafo, trabalhem de forma coletiva, com projetos interdisciplinares em temas transversais sobre violência e uso de drogas; que a escola atenda as famílias nas suas necessidades de informação sobre a educação dos filhos e os convide a participar do trabalho a ser planejado e executado na escola; que seja resgatado o nível de coerência e tolerância em todos os que convivem no ambiente educacional.

Promover nas escolas, cursos e formação aos pais; formação continuada aos professores, com temas educativos e psicológicos que façam abrangência na educação dos jovens e das crianças. Sensibilizá-los a ver o adolescente de forma positiva, descobrindo a função e as grandes possibilidades dessa etapa da vida do ser humano; além de dar condição ao profissional para atender as necessidades emocionais dos jovens; ajudá-los a educar os adolescentes nos valores da paz, da vida, do respeito, da tolerância e da solidariedade.

Há necessidade urgente de realização pelas equipes gestoras do estado, de programas de capacitação continuada que alcance todos os professores, pedagogos e demais educadores, a fim de prepará-los para atuarem na prevenção das manifestações de violência na escola.

Repensar estratégias com toda a comunidade escolar, que possibilitem atividades educativas e de extraclasse, de lazer, em ambientes climatizados e saudáveis, a fim de que os alunos se envolvam em estudos atrativos e significativos, que propicie o convívio humano e social para melhorar ou minimizar as ações de violência nas escolas.

A pesquisa detectou que a maior dificuldade e resistência para combater a violência, está na desestrutura social e ausência da família na vida das crianças, além da falta de projetos específicos e multidisciplinares, com o envolvimento de todos os setores da sociedade, por isto, acompanhar a educação dos filhos de forma intensa, é uma ação que a família não pode prescindir. Os pais não podem se ausentar em nenhum momento da vida dos filhos, e principalmente quando esse filho se envolve em casos de violência. Em parceria com a escola os familiares devem se envolver em ações educativas que ajudem os jovens a se distanciarem das drogas, do *bullying* e de qualquer forma de violência.

O governo deve cumprir a obrigação de proteger a sociedade e as famílias, com políticas de maior distribuição de renda, melhores salários, justiça social, cumprimento das leis, e programas efetivos de governo que ajudem a combater as diversas formas de violência, pois o que está sendo realizado não atinge a grande parcela da sociedade.

As escolas poderão recuperar sua credibilidade no papel de educar. Educar para a cidadania e para a paz, através de um trabalho conjunto e multidisciplinar, com a participação

do poder público, e cada um cumprindo sua parcela de responsabilidade no tocante a desenvolver programas e atividades que viabilizem o combate à violência nas escolas.

Enfim, as dificuldades pelas quais passam a família, a escola e a sociedade, deverão ser a tônica para os debates da comunidade, despojando-se de preconceitos contra as drogas e seus usuários, a fim de que a equipe pedagógica tenha a sua real importância ao combate à violência no interior da escola.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M; Avancini, M; Oliveira, H. (2002). **Violência na escola** – “O bê-a-bá da intolerância e da discriminação”- Observatório de violência nas escolas, Brasil/UNESCO/UNICEF-Brasília. Acedido a 03 março 2014, em <http://www.unicef.org/brasil/pt/cap.02.pdf>
- Abramovay, Mirian. Et al (2003) **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO.
- Abramovay, Mirian & Rua, Maria das Graças (2004). **Violência nas Escolas**. Brasília: UNESCO. Acedido a 03 março 2014, em: <http://www.unesdoc.org>
- Abramovay, Mirian. (2004). **Escola Inovadora: experiências bem sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO/MEC, 2004. Acedido a 03 agosto 2014, em: <http://www.unesdoc.org>
- Abramovay, Mirian (Org.). (2005). **Violência nas Escolas : situação e perspectiva**. Boletim 21, UNESCO. v.1. Acedido a 05 março 2014, em: <http://www.unesdoc.org>
- Almeida, Camila Viana; Chiuzi, Rafael Marcus; Silva Cíntia; Centurion Pâmela. (2011). Síndrome de burnout em professores: Um estudo Comparativo na Região do Grande ABC Paulista. In XAVIER. **Revista eletrônica Gestão e Serviços** v. 2, nº 1 jan/jul. Acedido a 05 março 2014, em; <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/REGS/>.
- Araújo, D. C. (2007). Maus-tratos a crianças e adolescentes. Acedido a 21 maio 2014, em: <http://jus.com.br/artigos/9745/maus-tratos-a-criancas-e-adolescentes-art-13-do-eca>.
- Baltieri, D. A.; Cortez, F. C. P. (2009). **A violência e o consumo nocivo de álcool**. Acedido a 27 março 2013, em: <http://www.cisa.org.br>.
- Barreto, Elba Siqueira de Sá. (2010). Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações. **Artigo para Caderno de Pesquisa**, v.40, nº 140, São Paulo.
- Benevides-Pereira, A. M. T. (2012). Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. PCM /PR - **Bol. Psicol.** Vol. 62 nº 137 São Paulo. Dez. Acedido a 10 abril 2014, em:http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S0006.
- Bitar, D.B. (2010).**Violência intrafamiliar: um estudo com mães agressoras usuárias de álcool e droga**. Dissertação de mestrado em ciências. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto- SP. Acedido a 25 agosto 2014, em: <http://www.teses.usp.br/teses>
- BRASIL. (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal.
- BRASIL. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução Brasília, Ministério da Educação - MEC/SSEF.

- Calegari, D. K. **A presença da visão dos PCNs na formação ética e moral em aula.** Dissertação de Mestrado. Faculdade Frederico Westphalen. Paraná. Acedido a 5 agosto 2014, em: http://www.fw.uri.br/new_arquivo/pos/dissertação_16.pdf.
- Carvalho, Patrícia Cristina Amorim. (2013). **O Professor mediador comunitário: desafios e violência escolar.** Dissertação de mestrado em educação UEMS-MS, Unidade de Paranaíba MS. Acedido a 24 agosto 2014, em: <http://www.uems.br/pgedu/arquivo>.
- Charlot, B.; Emin, J. A. et al (1997). **Violences à l'ècole: etat des saviors.** Paris: Mason 7, Armand Colin.
- Charlot, B. (2002). A violência na escola: Como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 4, nº8, jul/dez, p. 432-443.
- Chispino, Alvares & Chispino, Raquel. (2001). **Política educacionais e redução da violência: Mediação do conflito escolar.** In. Débora Bianca Xavier Carreira – Violência nas Escolas, Qual é o papel da gestão? São Paulo: Ed. Biruta. Acedido a 21 agosto 2014, em: <http://www.bdttd.ucb/tede/tde-arquivos>.
- Costa, Helen Regina. (2011). **Violência escolar: políticas públicas e programas no município** de S. José dos Pinhais. Dissertação de mestrado. Curitiba. Cedido a 24 agosto 2014, em: <http://www.nupe.ufpr.br/costa>.
- Costa, Polyana Andreza da Silva. (2011). **Violência no Cotidiano escolar: a visão de professores que atuam no ensino fundamental de escolas públicas do município de Corumbá-** dissertação de mestrado –Universidade de Corumbá- MS. Acedido a 21 agosto 2014, em: <http://www.pggecpan.sites.ufms.br>.
- Demo, Pedro. (1994). **Pesquisa e Construção do Conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Demo, Pedro. (2000). **Metodologia do Conhecimento Científico.** S. Paulo: Atlas.
- Demo, Pedro. (2008). **A nova LDB: Rarões e avanços.** Campinas: São Paulo.
- Demo, Pedro. (2011). **Outro professor: Alunos podem aprender bem com professores que aprendem bem.** Jundiaí: Paco Editorial.
- Fante, Cleo. (2005). **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** 2. ed. Campinas: Verus.
- Freire, Paulo. (2000). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** S. Paulo: Paz e Terra..
- Freire, Paulo. (2003). **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra.

- Gadotti, Moacir (2006). **Pedagogia: Diálogo e completo/** Gadotti, Paulo Freire e Sergio Guimarães – 7ª ed. São Paulo: Cortez.
- Gadotti, Moacir. (2010). **Escola Cidadã-** 13º Ed. – São Paulo: Cortez.
- Gadotti, Moacir. (2012a). **Educação e poder.** 16ª ed. – São Paulo: Cortez.
- Gasparine, R. M. (2010). **Violência na família, na escola e na sociedade. De quem é a responsabilidade?** UNICASTELO- Santa Rita do Passa Quatro. São Paulo. Acedido a 02 setembro 2013, em: [http://: www.unicastelo.br](http://www.unicastelo.br)
- Gatti, B. A; Barreto, E. S. de S. (coord.). (2009). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília; UNESCO.
- Gomes, C. A.; Pereira, M. M. A formação do professor em face da violência das/nas escolas. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, nº 136, p. 201-224, jan/abril.
- Groh, Ivanete Lago. (2006). **Participação da comunidade na escola pública: As percepções de professores, alunos e pais sobre projetos em parceria escolar, comunidade e empresa.** Dissertação de mestrado apresentado à UNIVALE - Itajaí-SC. Acedido a 19 setembro 2014, em: [http://:www6.univale.br/tede_busca/arquivo.php?CodArquivo=106](http://www6.univale.br/tede_busca/arquivo.php?CodArquivo=106).
- Hengemühle, Adelar. (2010). **Gestão de Ensino e práticas pedagógicas.** 6ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.
- Imbernón, Francisco. (2011). **Formação docente e Profissional** - Formar-se para a mudança e a incerteza; Tradução de Silva Cabucci Leite- 9ª Ed. – S. Paulo: Cortez.
- JUSNAVEGANDI. (2009). **Das atribuições do Conselho Tutelar.** Acedido a 21 agosto 2014, em: [http://: jus.com.br/artigos/13024/das-atribuicoes-do-conselho-tutelar](http://jus.com.br/artigos/13024/das-atribuicoes-do-conselho-tutelar)
- Kremer, Catharine Dumonteil. (2009). **Educar com limites.** Tradução de Stephania Matousek. Petropolis, RJ: Ed. Vozes.
- Landini, T. S. (2011). **O professor diante da violência sexual.** São Paulo: Cortez.
- La Taille, Yves de, Justo, José Sterza, Silva, Nelson Pedro. (2013). **Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor** – 5º Ed. – Porto Alegre: Mediação.
- Libânio, J. C. (2001). **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Editora Alternativa
- Lortier, D. C. et al (2002). **Schoolteacher: a sociología study.** 2 ed. Chicago. University of Chicago Press.

- Luz, Ana Maria de Carvalho & Jesus, Tercio Rios de. (2006). **A formação de gestores educacionais: desafios e perspectiva de saberes em construção**. Salvador: ISP/UFBA. Acedido a 21 agosto 2014, em: <http://www.proged.ufba.br/biblioteca/formgest.pdf>
- Marchetto, Glória Lourdes Alessi. (2009). **Educação para a paz – Um caminho necessário**. – 1ª Ed. – S. Paulo.
- Mattar, Enza. (2002). Necessidade de uma política de atendimento e prevenção da violência sexual doméstica. In **CRAMI (Centro Regional aos Maus Tratos na Infância)** (org). Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. São Paulo, Cortez.
- MEC. (1997). Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília: MEC.
- MEC. (2010). Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica – CNE/CEB nº 7/2010, p.6. Acedido a 23 agosto 2014, em: <http://www.nepiec.com.br>.
- MPESP- Ministério Público do Estado de S. Paulo. (2012). Conselho Tutelar e Educação. Acedido a 23 agosto 2014, em: <http://www.mpsp.mp.br/portal>.
- MS (2007). Ministério da Saúde- UNESCO, UNICEF, UNFA. **Censo escolar 2005- Levantamento sobre ações em DST, AIDs, Saúde sexual e reprodutivas e drogas**. Instrumento do projeto saúde e prevenção nas escolas: Atitude para curtir a vida (SPE). Brasília-DF. Acedido a 20 janeiro 2014, em: <http://www.unicef.org/brazil/pt>.
- Nunes, Antônio Osório (2011). **Como Restaurar a Paz nas Escolas- Um guia para Educadores- S. Paulo: contexto**.
- Odalia, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Oliveira, A. P; Menin, M. S. D. F. (2012). **Relação entre escola, família e educação moral: um levantamento bibliográfico** – Dissertação de mestrado para a FCT/UNESP- SP. Cedido a 18 agosto 2014, em: <http://www.ppge.fe.ufg.br>.
- Palma, Y. A. & Strey, M. N. (2013). **Orientação sexual e sexualidade nos PCNs: E a Escola com isso?** Universidade de Santa Catarina. Acedido a 27 agosto 2014, em: <http://fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais>.
- Paiva, Fernando Santana. (2009). **Adolescência e consumo de Álcool – Estilos parentais e socialização: riscos ou proteção?** – Dissertação de mestrado – Faculdade de medicina de Juiz de Fora – MG. Acedido a 24 agosto 2014, em: <http://www.ufjf.br/pgsaudecoletiva/files>.

- Patchin, J.W.; Hinduja S. et al (2010). Cyberbullying and self-esteem. *Journal of School Health*, 80(12, 614-621). In: Guilherme, Welter Went; Lisboa, C.S. de M. (2013). **Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying**. *Psicologia Clínica – Rio de Janeiro*, vol.25.n.i.
- Parrat-Dayán, Silvia. (2012). **Como enfrentar a disciplina na escola**- 2ª Ed.-1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto.
- Perrenoud, Philippe e outros. (2005). **A Escola de A à Z: 26 maneiras de repensar a educação**. Tradução: Patrícia Chittoni R. Reuillard – Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, Philippe. (2002). **A prática reflexiva do professor – Profissionalização e razão pedagógica**; tradução de Cláudia Shilling – Porto Alegre: Artmed.
- Planos Curriculares Nacionais Ensino Médio. (s/d). Acedido a 12 abril 2014, em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/epcn.htm>
- Pontes, Reinaldo Nobre; Cruz, Cláudio Roberto Rodrigues (org.). (2010). **Educação Inclusiva e violência Escolar**- Ed. UNAMA – Belém: UNAMA.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa civil. (2009). **Decreto nº 6.755/ 2009**. Acedido a 02 julho 2014, em: <http://www.planalto.gov.br>.
- Prioto, E.P; Boneti, L.W; Wessner, L. (2009). Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo e Educação**, Curitiba, v. 9, nº 26, p. 161 – 179, jan/abril. 2009. Acedido a 18 janeiro 2014, em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=2589&dd2>
- Procuradoria geral de justiça. (2009). **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**/ Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – Belém.
- PRONAIICA – **Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente nº 8642 de 31/03/1993**. Acedido a 10 Agosto 2014, em: [http://nível em: pge.sp.gov.br/centrodeestudos/biblioteca virtual](http://nível.em:pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual).
- Robaina, José Vicente Lima. (2010). **Drogas: O papel do Educador na prevenção ao uso** – Porto Alegre: Mediação.
- Rodrigues, Leila Oliveira. (2011). **Violência escolar e formação de professores: estudo em escola pública de Goiânia**- Dissertação de mestrado. Acedido a 23 agosto 2014, em: <http://ppge.fe.ufg.br/up/6/0>.
- Romaneli, B; Amorim, C. (2005). A auto estima e o Bullying: Uma possibilidade de ação do psicólogo escolar/educacional. **Educação e movimento**. Curitiba, v.4 nº 10.
- Rosin, L. Zagonel; Zagone, I.P.S. (2013). **Adolescentes que fazem uso nocivo/abuso de álcool: percepção de risco e proteção para a dependência**. Artigo da Rev. Eletrônica de enfermagem. Acedido a 21 agosto 2014, em: <http://dx.doi.org>.

- Rucheinsky, Aloísio. (2004). **A Violência descortinando a Educação: a polêmica de decifrar a prática social.** In LAMPERT, Ernani (org). Educação Cultura e Sociedade: Abordagens múltiplas. Porto Alegre: Sulina.
- SALTO PARA O FUTURO. (2013). **Prevenção ao uso de drogas.** A Escola na rede de cuidados. Revista Eletrônica – Ano XXII – Boletim 23. Acedido a 23 agosto 2014, em: [http://: www.tvbrasil.org.br](http://www.tvbrasil.org.br).
- Sanches, Z.M; & Nappo. (2006). **As Práticas religiosas atuando na recuperação de dependentes de drogas: a experiência de grupos católicos, evangélicos e espíritos.** Tese de Doutorado apresentada à UNIFESP- S. Paulo, 2006. Acedido a 05 maio 2014, em: [http://: www.amebrasil.org.br/html/tese_Zila_PhD.pdf](http://www.amebrasil.org.br/html/tese_Zila_PhD.pdf).
- Santana, Edna Miranda Ugolini, Santana, Levy Aniceto, LIMA, Diogo Acioli – **Representações das violências por alunos de escolas públicas do distrito Federal** – (artigo) - UCB – ednaugolini@gmail.com. Área temática: Formação de Professor. Cedido a 21 agosto 2014, em: [http://: www.pucpr.br/eventos/educare/educare2008](http://www.pucpr.br/eventos/educare/educare2008).
- Santana, Edna Miranda Ugolini, Santana, Levy Aniceto, Lima, Diogo Acioli. (2008). **Atuação do Policial no Combate à Violência Escolar** (artigo) – UCB-ednaugolini@gmail.com. Área temática: Formação de Professor. Acedido a 21 agosto 2014, em: [http://: www.pucpr.br/eventos/educare/educare2008](http://www.pucpr.br/eventos/educare/educare2008).
- Santos, M. F. P; Vilar, E. T. F. (2011). **O estágio supervisionado em Geografia: percepções e narrativas dos licenciados.** V Colóquio internacional “Educação e contemporaneidade”. S. Cristóvão–SE–set/2011. Acedido a 21 abril 2014 em: [http://: educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%204/pdf](http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%204/pdf).
- SESI. (2013). **A escola na prevenção ao uso de drogas.** Revista Eletrônica Cuide-se. Acedido a 20 agosto 2014, em: [http://:www.sesipr.org.br](http://www.sesipr.org.br).
- Severino, A. J. Expansão do ensino superior. (2009). **Contextos, desafios e possibilidades.** Cedido a 02 julho 2014, em: [http://: www.scielo.br/pdf/aval/v14n2](http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2).
- Silva, Ana Beatriz. (2011). **Mentes perigosas nas escolas – Bullying** – Rio de Janeiro: objetiva.
- Silva, S. E.D. da & Padilha, M. I. (2011). Atitudes e comportamentos de adolescentes em relação à ingestão de bebidas alcoólicas. **Revista eletrônica Escola de enfermagem USP/SP.** Acedido a 24 agosto 2014, em: [http://: www.se.usp.br/reeusp](http://www.se.usp.br/reeusp).
- Souza, L. P. & Queiroz, E.V. (2012). Violência escolar: Um desafio de professores e gestores. **Revista Fórum identidade** – UFS/ plataforma dos periódicos eletrônicos – Ano 6 – vol. 12 – dez.

Tardif, Maurice; Lessard, Claude, et al. (2008). **O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 4ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

UNICEF. (2009). **Abuso sexual doméstico - Atendimento às vítimas e responsabilização ao agressor**. Organização CRAMI (Centro Regional aos Maus-tratos à Infância). -3ª Ed.- São Paulo: Cortez: Brasília. – (série fazer valer os direitos).

Valle, Luiza Elena L. Ribeiro & Mattos, Maria José Viana Marinho (org). (2011). **Violência e Educação- A sociedade Criando Alternativas** – Rio de Janeiro: Walk Editora.

Vilga, V. F; Felix, L.S.M; Urvanegia, H.L. (2009). **Implicações Psicológicas decorrentes de processos judiciais de abuso sexual doméstico contra crianças e adolescentes**. In CRAMI/Campinas (org). **Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. S. Paulo: Cortez. P. 54-66.

ÍNDICE REMISSIVO

- A**
 abandono, 33, 39
 abuso sexual, 35, 140
 adolescentes, 3, 25, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 46, 48, 51, 54, 64, 75, 77, 97, 100, 101, 106, 108, 111, 130, 139, 140
 agressor, 26, 139, 140
 álcool, 16, 32, 33, 34, 120, 134, 138
 alunos, 6, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 23, 30, 33, 36, 37, 40, 43, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 80, 81, 82, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 127, 128, 131, 136, 139, 149, 150
 ambiente escolar, 20, 36, 39, 46, 50, 68, 78, 82, 91, 94, 103, 104, 116, 118
- B**
bullying, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 66, 70, 87, 95, 124, 126, 127, 131, 135, 151
- C**
 comportamento, 13, 15, 26, 27, 29, 32, 33, 36, 52, 57, 58, 74, 92, 113, 114, 115
 Conselho Tutelar, 35, 41, 42, 48, 76, 106, 136, 137
 contexto social, 25, 95
 crianças, 18, 25, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 54, 64, 66, 73, 74, 75, 77, 87, 97, 100, 101, 104, 106, 108, 111, 130, 131, 140
cyberbullying, 25, 26, 28
- D**
 drogas, 6, 13, 16, 19, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 51, 52, 64, 65, 71, 74, 76, 77, 80, 113, 114, 116, 119, 120, 125, 130, 131, 132, 138, 139, 150
- E**
 educação, 3, 14, 15, 18, 24, 28, 29, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 63, 64, 66, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 88, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 116, 117, 121, 122, 130, 131, 134, 137, 150
 educadores, 6, 15, 27, 29, 37, 52, 54, 56, 59, 60, 64, 65, 85, 88, 91, 94, 97, 100, 105, 106, 110, 112, 115, 117, 120, 127, 130, 131, 145
 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 38, 39, 40, 138
- F**
 família., 18, 29, 31, 32, 45, 73, 104
 Forma física e material, 24
 Forma psicológica e moral, 24
 Forma sexual, 24
 Forma Verbal, 24
 Forma virtual, 24
- G**
 grupo familiar, 18, 31
- I**
 instituições escolares, 20, 30
 instrumentação democrática, 50
- J**
 jovens, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 56, 60, 66, 73, 75, 76, 77, 87, 88, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 120, 130, 131, 149, 150
- L**
 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 8, 38, 45
- M**
 Ministério Público, 38, 41, 42, 43, 48, 76, 81, 86, 137
mobbing, 27, 127
- O**
 Organização Mundial de Saúde, 8, 21
 orientadores pedagógicos, 37
- P**
 Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs), 38

políticas educativas, 38

problemas sociais, 32

professores, 5, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 23, 30, 31, 37, 39, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 92, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 139, 149, 150

V

violência escolar, 6, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 55, 57, 60, 61, 62, 80, 81, 86, 90, 99, 103, 104, 110, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 130, 134, 145, 147, 148, 150

violência física, 21, 23, 123

violência psicológica, 21

vítima, 11, 22, 24, 26, 27, 35, 40, 42, 125, 126, 151

APÊNDICES

Apêndice I - Termo de consentimento livre e esclarecido

Título: A importância da atuação de uma equipe pedagógica, no combate à violência escolar.

O QUE É A PESQUISA:

A pesquisa ora realizada, consiste em levantar dados que caracterizem a importância da atuação dos educadores ou de uma equipe pedagógica no combate à Violência escolar. Todos deverão assinar conscientemente este termo. A partir desse ato, deverão responder ao questionário que será aplicado para subsidiar a pesquisa e identificar a atuação do educador frente à violência escolar.

O QUE SERÁ FEITO COM O MATERIAL RECOLHIDO OU INFORMAÇÕES DO SUJEITO PESQUISADO:

As informações obtidas serão utilizadas unicamente para a presente pesquisa, cada indivíduo responderá um código, além dos seus dados serem analisados em conjunto com os de outros participantes, não sendo divulgada qualquer informação que possa levar a sua identificação.

RISCOS, PREVENÇÃO E BENEFÍCIOS PARA O SUJEITO DA PESQUISA:

Não haverá risco ou desconforto aos participantes, visto que o roteiro de entrevista utilizado foi construído com base em dados bibliográficos, não havendo questões que possam trazer dificuldades dessa natureza para os sujeitos da pesquisa.

Os benefícios serão diretos aos participantes e a comunidade pesquisada, já que será aplicado questionário, visando obter dados que respondam aos objetivos da pesquisa, e que serão devolvidos à comunidade, através de uma dissertação.

GARANTIAS E INDENIZAÇÕES:

Será garantida a confidencialidade das informações obtidas com os sujeitos da pesquisa. O pesquisador se responsabilizará em salvaguardar as informações, para a confidencialidade dos dados da pesquisa, codificando através do alfabeto os participantes. As consequências da quebra de confidencialidade, assim como de qualquer dano causado pela pesquisa ao sujeito, constam desde solicitar indenização em reparação aos mesmos perante a justiça legal. É livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Serão informados a respeito dos resultados dos resultados parciais e finais da pesquisa, logo terão livre acesso à pesquisadora para esclarecer dúvidas a respeito.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

A única investigadora é a acadêmica Nailza Antunes Cordeiro de Melo, que pode ser encontrada no seguinte endereço: Travessa Vileta, 2198-apto: 1901 – Bairro : Marco, Belém/Pará/Brasil, Cep: 66093380 ou pelos telefones: (91) 3355-0560 e (91) 8244-7540, e-mail: n.acordeiro@hotmail.com. Caso a acadêmica Nailza Antunes Cordeiro de Melo não seja localizada, poderá contactar com o Orientador da Pesquisa Professor Dr. Ricardo Figueiredo Pinto, na travessa Padre Eutíquio, 1730 – Edifício Ebenezer Eloi, esquina com a Rua Mundurucus – Batista Campos – Cep: 66033720.

FINANCIAMENTO:

Este trabalho de pesquisa será realizado, com recursos da própria autora, não sendo financiado ou coparticipado por qualquer instituição de pesquisa. Não há nenhuma despesa pessoal para os participantes em qualquer fase do estudo. Assim como não há nenhum pagamento por sua participação.

DECLARAÇÃO:

Declaro ter compreendido as informações que me foram explicadas ou que li sobre a pesquisa em questão. Discuti com a acadêmica Nailza Antunes Cordeiro de Melo sobre minha decisão em participar nesse estudo, ficando claro quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis desconfortos e confidencialidade as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro que minha participação não será paga, nem terei despesas, inclusive se optar por desistir de participar da pesquisa. Se houverem danos decorrentes do estudo, posso legalmente solicitar indenização.

Concordo participar voluntariamente desse estudo, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo.

Nailza Antunes Cordeiro de Melo
Pesquisadora Principal

Dr. Ricardo Figueiredo Pinto
Orientador da Pesquisa

TRAV. VILETA Nº 2198- APTO 1901-MARCO
BELÉM-PARÁ, Tel: (91)8244-7540
e-mail: n.acordeiro@hotmail.com

TRAV. Pe. EUTÍQUIO,1730
BELÉM-PARÁ, [Tel:\(91\)3229-5240](tel:(91)3229-5240)
E-mail: rfpuepa@yahoo.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Ass:

Apêndice II - Questionário para pesquisa in loco

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

MESTRANDA: NAILZA ANTUNES CORDEIRO DE MELO

TEMA: O EDUCADOR NA ATUALIDADE

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE UMA EQUIPE PEDAGÓGICA, NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR.

PARTE I

O objetivo geral deste trabalho é caracterizar a importância da atuação de uma equipe pedagógica na escola, no combate à violência escolar.

As questões abaixo irão nortear o estudo, como um projeto piloto, e dar início a identificação dos objetivos específicos a serem desenvolvidos com as equipes pedagógicas das escolas estudadas.

- 1- Quais são as dificuldades encontradas pela equipe pedagógica no combate à violência escolar?
- 2- De que forma a Violência Escolar é combatida na Escola?
- 3- De que maneira a Violência Escolar compromete o processo Ensino Aprendizagem?

Nome(se desejar).....

Belém,.....de.....de 2014.

PARTE II

A-IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

E.mail _____

Data: _____

Função que exerce na escola: _____

Tempo de atuação na função: _____

Modalidades de Ensino em que trabalha:

() Fundamental Regular () Médio Regular.

- O questionário abaixo sobre Violência escolar, dará início a identificação dos objetivos específicos a serem analisados, com as equipes pedagógicas das escolas de Ensino Fundamental e Médio, as quais são jurisdicionadas à USE-2.

-O objetivo geral do trabalho é caracterizar a importância da atuação de uma equipe pedagógica na escola, no combate à violência escolar.

-Fique a vontade para responder as questões a respeito do assunto. Os espaços abaixo de cada questão servirão para os acréscimos necessário que considere importantes. Sua contribuição será muito significativa para a realização da pesquisa.

- Marque SIM ou Não :

01- A Escola já registrou algum tipo de violência nos 2 últimos anos? () Sim () Não

1-2- Registrou Boletim de ocorrência nos últimos 2 anos? () Sim () Não
Quantos?

02- Qual o turno Ocorre maior frequência de casos de violência?

Manhã ()

Tarde ()

Noite ()

- Marque quantas alternativas forem convenientes:

3.0- Identifique a seguir os tipos de Violência ocorridos na Escola nos últimos 2 anos.

3.1- **Contra Bens Materiais:** () Sim () Não

() Depredação contra (prédio, móveis, ambiente etc)

() Pichação

() Danos em veículos

() Arrombamentos (portões, portas, cadeados, etc)

() Explosão de bombas

() Furtos (cantina, TV, Celular, material escolar, DVD ,Computador, som, veículos)

Outros: Quais?

3.2- **Contra Pessoas:** Professores, técnicos, direção, pessoal de apoio () Sim () Não

() Desacato, agressão verbal

() Bullying (entre pares)

() Preconceitos

() Brigas, agressão física

() Invasão de estranhos

() Ameaça de morte

() Porte ou uso de arma

Outros: Quais?

3.3- **Contra a dignidade sexual**

() Estupro (entre professor e aluno)

() Estupro (entre alunos)

() Estupro (entre familiares)

() Desconheço.

Outros: Quais?

3.4- Você já pensou em **desistir** da sua função de educador por causa da Violência Escolar

() sim () Não

-Se respondeu que SIM quais os prováveis motivos?

() Se sente inseguro no local de trabalho

() Não acredita na legislação vigente

() A impunidade aos jovens infratores é uma das causas.

Outros.

4.0- A escola possui alunos cumprindo penas ou **medidas sócio- educativas**? () Sim () Não

Se SIM

() Há algum tipo de programa de inclusão para estes alunos?

() O aluno é discriminado por colegas, professores ou funcionários da escola?

() O aluno infrator abandona a escola?

Outros:

5.0- Quais as **dificuldades** encontradas pela equipe pedagógica no combate à Violência escolar?

- Faltam Projetos específicos que envolva a comunidade
 A equipe não tem preparo ou formação continuada para esta finalidade.
 Não há uma equipe especializada para dar o apoio necessário.
 A raiz do problema está na desestruturação social e ausência da familiar
 A Equipe (Professores e Pedagogos) está sobrecarregada.
 O Sistema econômico estimula o consumismo, a competição e por consequência a violência.
 A escola não possui espaços físicos dignos para atividades educativas (Biblioteca, Quadra esportiva, auditório, salas de aula etc)
 Falta de apoio financeiro do Estado, para levar o aluno a fazer trabalhos extra classe.
 Falta de conhecimento da lei que protege a Criança e o Adolescente (ECA).
 A família não impõe limites aos jovens.
 Ausência do poder público que não investe na educação dos jovens.
 Resistência do aluno em acatar as normas de conduta da escola.
 Há impunidade dentro e fora da escola, diante de atos violentos praticado pelos menores.

Outras dificuldades:

6.0- De que forma a violência é **combatida** na escola?

- Participação da comunidade escolar nos casos de Violência
 Valorização da cultura, esporte, artes como direitos universal dos alunos.
 Realização de palestras sobre violência, uso de drogas na escola.
 Elaboração de Projetos sobre Cidadania e respeito ao outro e que envolva toda a equipe pedagógica.
 Através de palestras sobre o assunto.
 Com a presença de policiais na escola.
 Parceria com policiais para fazer palestras na escola.
 Um bom relacionamento entre o corpo docente e discente.
 Formação espiritual e religiosa

Outras formas:

7.0- De que maneira a violência escolar **compromete** o processo Ensino Aprendizagem?

- Dificulta o trabalho do professor em sala
 Através da má influência das lideranças negativas dificulta o processo educativo.
 Alunos que se drogam, se prejudicam e prejudicam outros grupos.
 Os alunos se evadem da escola.
 Não há concentração nos estudos
 O aluno se torna agressivo com os professores, técnicos e funcionários.
 Sono, apatia e desestímulo do aluno em sala.
 Desequilíbrio emocional de todos que trabalham na escola.
 A Violência compromete a organização escolar, não favorecendo o processo coletivo de integração e gestão.
 A equipe fica sobrecarregada com tarefas e disfunção escolar.
 Falta de continuidade nos projetos pedagógicos desenvolvidos sobre violência escolar.
 Quando há altos índices de repetência.

Outras maneiras:

8.0- Já presenciou alguma situação de violência no interior da escola nos últimos dois anos?

Sim () Não ()

Se sua resposta for **SIM**, quem participou da situação de Violência?

- Entre alunos
 Alunos e professores

- Aluno e pessoal de apoio
- Alunos e pais
- Pais e professores

Outros. Quais? _____

Marque apenas uma das alternativas abaixo

9.0- Foi vítima de bullying ou cyberbullying na escola nos últimos dois anos?

- sim, uma vez
- sim, duas a quatro vezes
- Sim , mais de quatro vezes
- Nenhuma vez

10- Você já se sentiu violentado (a) com desrespeito, insultos ou xingamentos por parte de aluno, nos últimos dois anos ?

- sim, uma vez
- Sim, duas à quatro vezes
- Sim, mais de quatro vezes
- Nenhuma vez